

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD

LARISSA ALINE JOSÉ BRUSIANI

**A CONSTITUIÇÃO AXIOLÓGICA DE ANÚNCIOS DE PROPAGANDA
GOVERNAMENTAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
CRONOTOPO PANDÊMICO**

CAMPO MOURÃO, PR

2022

LARISSA ALINE JOSÉ BRUSIANI

**A CONSTITUIÇÃO AXIOLÓGICA DE ANÚNCIOS DE PROPAGANDA
GOVERNAMENTAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
CRONOTOPO PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, processos socioculturais e instituições.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Delmira
Mendes Polato

CAMPO MOURÃO – PR

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Brusiani, Larissa Aline José
A CONSTITUIÇÃO AXIOLÓGICA DE ANÚNCIOS DE
PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO CRONOTOPO PANDÊMICO / Larissa
Aline José Brusiani. -- Campo Mourão-PR, 2022.
112 f.: il.

Orientador: Adriana Delmira Mendes Polato.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2022.

1. Movimentação de lutas feministas. 2.
Dialogismo, linguagem e relações sociais. 3. A
constituição axiológica. I - Delmira Mendes Polato,
Adriana (orient). II - Título.

LARISSA ALINE JOSÉ BRUSIANI

**A CONSTITUIÇÃO AXIOLÓGICA DE ANÚNCIOS DE PROPAGANDA
GOVERNAMENTAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
CRONOTOPO PANDÊMICO**

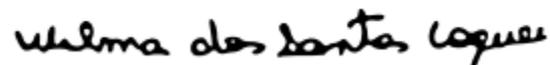
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Adriana Delmira Mendes Polato (Orientadora) - UNESPAR, Campo Mourão – PR



Profa. Dra. Cristiane Malinowski Pianaro Angelo - UNICENTRO, Guarapuava – PR



Prof. Dra. Wilma dos Santos Coqueiro - UNESPAR, Campo Mourão – PR

Data de Aprovação

30/06/2022

Campo Mourão - PR

AGRADECIMENTOS

A minha valiosa dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento não poderia chegar a bom porto sem o apoio incondicional de várias pessoas. Em primeiro lugar, agradeço a minha atenciosa e querida orientadora, Professora Doutora Adriana Delmira Mendes Polato, pela oportunidade de realizar este trabalho, pela confiança, por me atender e compreender todas as vezes que precisei e, também, por me guiar os passos por esses inúmeros ensinamentos compartilhados de forma admirável. Muito obrigada por ter me corrigido quando necessário e por todos conselhos de motivação, para que conseguisse concluir este trabalho. Aos professores do programa, em especial ao professor Marcos Clair Bovo, por estar sempre pronto a ajudar, pelos ensinamentos valiosos, por todo apoio e força para que chegasse à conclusão deste; aos professores Maria Izabel Rodrigues Tognato, Fabiane Freire França, Ana Paula Colavite, Fábio André Hahn e Fábio Rodrigues da Costa, os meus sinceros agradecimentos. Quero agradecer, também, meus colegas de Mestrado, em especial minhas amigas Aline Rocha Amaral, Úrsula Tostes Agenciano, Aline Fernanda Cordeiro, Juliana Ritter e Andréia Souza, cujo o apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos, por todo o conhecimento compartilhado durante esse processo. Agradeço, também, aos funcionários da biblioteca e da secretária do programa, que foram sempre prestativos. Os ensinamentos dessa etapa ultrapassam os limites da Universidade Estadual do Paraná, pois, para além das formalidades, há uma formação humana. Por fim, agradeço aos membros de minha banca de qualificação e defesa, as competentes professoras Cristiane Malinowski Pianaro Angelo e Wilma dos Santos Coqueiro, pelas valiosas contribuições.

Por último e mais importante, quero agradecer a Deus e a toda minha família e amigos, pelo apoio incondicional que me deram. Especialmente ao meu esposo, Pedro Paulo Zamarian Brusiani, sou grata por todo amor, apoio e incentivo. Obrigada, com todo o amor do meu coração, por compartilhar inúmeras fases de ansiedade e medo. Sem você ao meu lado, não teria conseguido chegar à conclusão dessa etapa. Agradeço a minha mãe, Neuza Alves Nequinha José, heroína que deu apoio nas horas difíceis, ao meu pai, Carlos José, que, apesar de todas dificuldades, me fortaleceu e, para mim, foi muito importante. Obrigada ao meu irmão, Allan José, que nos

momentos de dificuldade perante o estudo, sempre me fez entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação.

Para finalizar, quero agradecer aos meu filhos Enrico Brusiani e Arthur Brusiani. Eles não fazem ideia da força que me deram. Passamos por tantas coisas juntos: pandemia da COVID-19, descoberta da Diabete tipo 1 do meu filho mais novo... Mediante a toda dificuldade, foram vocês, meus filhos, que me mantiveram forte para que eu pudesse concluir esta dissertação e buscar uma vida melhor para nossa amada família.

BRUSIANI, Larissa José. **A constituição axiológica de anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher no cronotopo pandêmico**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2022.

RESUMO

A problemática da violência doméstica contra a mulher é veemente e grave na sociedade brasileira, o que demanda uma compreensão sócio-histórica, cultural e ideológica de sua perduração e intensificação, mesmo diante da implementação de políticas públicas e das lutas travadas em torno da reconfiguração de papéis sociais de gênero em todos os âmbitos da organização social no curso da história. Assim, o objetivo desta dissertação é analisar a constituição axiológica e ideológica de dois anúncios de propaganda governamental de combate à violência doméstica contra a mulher, pelo incentivo a denúncias pelo ligue 180, no contexto da pandemia da covid-19. Ambos são de autoria institucional encomendada pelo governo Federal, representado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos direitos Humanos, em parceria com outras instituições. Um dos enunciados foi produzido no ano de 2020, e o outro no ano de 2021, como resposta governamental aos reclames de organizações sociais nacionais e internacionais à problemática do aumento da violência doméstica contra a mulher no cronotopo da pandemia da covid-19. Trata-se de pesquisa interdisciplinar, qualitativa e interpretativa que se vale das contribuições dos estudos feministas, dos estudos de gênero, da história das mulheres, da publicidade e propaganda e do aparato teórico-metodológico analítico do dialogismo do Círculo de Bakhtin. Nesse ínterim, e a partir dos pressupostos teórico-metodológicos elencados, problematizamos o conteúdo ideológico e a efetividade dos enunciados eleitos para análise, a considerar tanto a sua dimensão extralinguística de produção e recepção social quanto a sua dimensão linguístico-semiótica. Os resultados indicam que os anúncios de combate à violência contra a mulher e incentivo ao Ligue 180 são restritivos em sua composição axiológica e ideológica, configuram e reforçam imagens estereotipadas de mulheres agredidas e de homens agressores em relações sociais assimétricas. No anúncio de propaganda governamental do ano de 2020 são discursivizadas imagens de uma mulher branca, resignada, submissa, de classe média alta, amedrontada, coagida dentro do lar, impotente à denúncia no isolamento social e que oculta as agressões sofridas. Já sobre o agressor, discursiviza-se a imagem do homem detentor de poder dentro do lar, agressivo, vigilante, coercitivo. No anúncio de propaganda governamental do ano de 2021, são discursivizadas duas imagens de mulher, uma branca e outra negra. As axiologias mobilizadas na representação de ambas são diferentes. Na configuração da mulher branca investe-se em axiologias que constituem sua resignação, santidade, sofrimento, submissão, vergonha, dor, enquanto para a representar a mulher negra são mobilizadas axiologias que naturalizam sua condição de agredida. Por outro lado, são discursivizadas imagens de homens agressores que oscilam em suas práticas de agredir e demonstrar amor, em círculo pernicioso de violência doméstica física e psicológica que necessita ser rompido.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Dialogismo. Violência doméstica contra a mulher. Anúncios de propaganda governamental. Ligue 180. Axiologias sociais.

BRUSIANI, Larissa José. **The axiological constitution of government propaganda advertisements to combat violence against women in the pandemic chronotope.** Dissertation (Master's) – Interdisciplinary Postgraduate Program Society and Development, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2022.

ABSTRACT

The problem of domestic violence against women is constant and serious in society, requiring a socio-historical, cultural and ideological understanding of its permanence and intensification, even with implementation of public policies and the struggles fought over the reconfiguration of social gender roles in all spheres of social organization throughout history. Thus, the objective of this dissertation is to analyze the axiological and ideological constitution of two government advertisements to combat domestic violence against women, by encouraging complaints calling to 180, in the context of the covid-19 pandemic. Both advertisements are of institutional authorship commissioned by the Federal government, represented by the Ministry of Women, Family and Human Rights, in partnership with other institutions. One of the statements was produced in 2020, and the other one in 2021, as a government response to the claims of national and international social organizations to the problem of the increase in domestic violence against women in the chronotope of the covid-19 pandemic. It is an interdisciplinary, qualitative and interpretive research that uses the analytical theoretical-methodological works about dialogism from Bakhtin Circle. Thereby, and based on the theoretical-methodological assumptions listed, we question the ideological content and the effectiveness of these statements, considering both their extralinguistic dimension of social production and reception, and their linguistic-semiotic dimension. The results indicate that the advertisements for combating violence against women and encouraging *Ligue 180* (Call 180) are restrictive in their axiological and ideological composition and configure and reinforce stereotyped images of battered women and aggressors in asymmetrical social relationships. In the 2020 government advertisement, images of a white, resigned, submissive, upper-middle class woman, frightened, coerced within the home, powerless to report in social isolation and who hides the aggressions suffered. As for the aggressor, the image represents a man holding power within the home, aggressive, vigilant, coercive. In the 2021 government advertisement two images of a white and a black woman are shown. The mobilized axiologies in the representation of both are different. In the configuration of the white woman, we see axiologies that constitute her resignation, sanctity, suffering, submission, shame, pain, while axiologies that naturalize her condition of being attacked are mobilized to represent the black woman. Moreover, images of male aggressors who oscillate in their practices of assaulting and showing love are shown, in a mischievous circle of physical and psychological domestic violence that needs to be broken.

Keywords: Interdisciplinary. Dialogism. Domestic violence against women. Government advertisements. Call 180. Social axiologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio de propaganda governamental de denúncia à violência contra a mulher 2020	52
Figura 2 - Anúncio de propaganda governamental de denúncia à violência contra a mulher 2021	53
Figura 3 – Anúncio de propaganda governamental de combate a violência doméstica e incentivo a denúncia 2020.....	85
Figura 4 – Anúncio de propaganda governamental de combate a violência contra a mulher e incentivo à denúncia 2021	92

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 MOVIMENTOS DE LUTAS FEMINISTAS E PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	15
2.1 Ondas feministas, lutas, embates e histórico de violência contra a mulher	15
2.1.1 <i>Primeira onda feminista: luta por direitos civis</i>	17
2.1.2 <i>Segunda onda do feminismo: opressão e luta pela liberdade</i>	20
2.1.3 <i>Terceira onda: subjetividades e discursos em foco</i>	24
2.1.4 <i>Quarta onda do feminismo: ativismo on line nas plataformas digitais</i>	27
2.2 A violência doméstica contra a mulher no contexto da pandemia da covid-19 e denúncias pelo ligue 180	32
2.2.1 <i>Violência doméstica contra a mulher: contextualização</i>	32
2.2.2 <i>O ligue 180: dados recentes</i>	41
3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA	43
3.1 A pesquisa interdisciplinar	43
3.2 A pesquisa qualitativa e interpretativa do tipo documental	46
3.2.1 <i>Universo e unidades de análise</i>	50
3.3 O pensamento filosófico dialógico e os pressupostos teórico-metodológicos fundantes da análise em perspectiva dialógica	53
4 DIALOGISMO, LÍNGUA(GEM) E RELAÇÕES SOCIAIS	58
4.1 Signo ideológico e ideologia	58
4.2 O enunciado e dimensões extralinguísticas e linguísticas/semióticas pelo fio da publicidade e propaganda	63
4.2.1 <i>O gênero discursivo do enunciado</i>	71
4.2.1.1 <i>Conteúdo temático, composição, estilo e axiologias sociais</i>	74
4.2.1.2 <i>O anúncio de propaganda governamental</i>	80

5 A CONSTITUIÇÃO AXIOLÓGICA DE ANÚNCIOS DE PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CRONOTOPO PANDÊMICO	83
5.1 Do cronotopo às axiologias	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
7 REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

A problemática da violência doméstica contra a mulher é veemente e grave na sociedade brasileira, o que demanda uma compreensão sócio-histórica, cultural e ideológica de sua perpetuação e intensificação, mesmo diante de todas as lutas travadas em busca da igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos da organização social.

Segundo *Atlas de Violência*, produzido pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada do Brasil (2019), trata-se, também, de um grave e complexo problema da saúde pública, que envolve, entre outras questões, relações interseccionais de gênero, classe, raça/etnia, as quais implicam em relações de poder e assimetrias. Um dado do referido Atlas ilustra a natureza do problema no que toca à intersecção raça e gênero: “[...] enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% [...]”, no mesmo período (IPEA, 2019). O relatório aponta, ainda, que 28,5% dos homicídios gerais contra as mulheres ocorre dentro de suas próprias residências, tipificando-se como casos de violência doméstica.

A violência doméstica contra a mulher ocorre, muitas vezes, de forma invisível e insidiosa. Fatores como consumo demasiado de álcool, drogas, comportamento controlador, desemprego e outros problemas econômicos são apontados como fatores preponderantes para que esse tipo de violência perdure (BORIN, 2007). Fato é que são muitas as mulheres machucadas, agredidas física e psicologicamente por seus companheiros no Brasil, como apontam os próprios relatórios governamentais (IPEA, 2019, 2020).

Além das consequências mais evidentes da violência física, para autores como Day et al. (2003), Casique e Fugerato (2006), a violência psicológica também é perniciosa às mulheres, porque destrói sua autoestima, corroborando o surgimento de problemas como depressão, ansiedade, fobia, tendência ao suicídio, consumo abusivo de álcool e drogas, ansiedade, além de despertar sentimentos de vergonha e culpa e até autoflagelação.

Abusos e agressões domésticas contra a mulher, em grande parte, encontram raízes em estereótipos e papéis impostos pela sociedade, os quais legitimam assimetrias verticais entre homens e mulheres na organização social. A respeito das

questões que envolvem gênero e relações de poder, por exemplo, pontua Scott (1995, p.86), que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. De todo modo, as agressões e os abusos acontecem, porque, de alguma forma, a sociedade consente (BARNETT, 2000).

Historicamente, a violência doméstica contra a mulher é um elemento que está enraizado no cotidiano social, sendo praticada por pessoas de convivência familiar, geralmente marido ou companheiro, independentemente de sua posição social, econômica ou nível de escolaridade. Por sua dimensão, conforme discute Silva (1992), o “[...] fenômeno que era considerado como um componente natural decorrente das relações pessoais e que, desta forma, era remetido à dinâmica do mundo doméstico – o domínio do privado – passa a ser publicizado, assumindo uma conotação política.” (SILVA, 1992, p. 97-98).

Os atos de violência doméstica contra a mulher, perpetrada ou tolerada pela sociedade e pelo Estado, são compreendidos como um obstáculo para a garantia dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais de mulheres e meninas (BRASIL, 2014). Em razão disso, há pressão política e social para que os governos busquem pela diminuição desses índices. No Brasil, uma das ações instituídas pelas políticas governamentais foi a criação do Ligue 180, um canal específico para denúncia formal de atos de violência doméstica contra a mulher às autoridades competentes.

De acordo com o sítio institucional do governo Federal, “A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 presta uma escuta e acolhida qualificada às mulheres em situação de violência. O serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes.” (BRASIL, 2020). Também acolhe reclamações, sugestões ou elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento. Trata-se um serviço telefônico que se constitui como um canal de combate à violência doméstica, e está disponível 24 horas por dia, todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, podendo ser acionado de qualquer lugar do Brasil e de outros 16 países. Por meio dele, é possível também esclarecer dúvidas sobre a aplicação da Lei n.11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que prevê pena para cinco tipos de violência: a moral, a psicológica, a patrimonial, a física e a sexual.

Mais recentemente, em meio à problemática da pandemia da Covid-19 que o mundo e o Brasil enfrentam, os índices de violência doméstica contra a mulher, inclusive os que dizem respeito à prática do feminicídio como fenômeno vinculado, cresceram assustadoramente. Diante da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para que o isolamento social se constituísse na saída para evitar o contágio generalizado da população e o colapso nos sistemas de saúde, as relações sociais foram drasticamente reconfiguradas e o lar passou a ser o cronotopo – tempo-espaço - reflexo do todo da organização social.

Conforme problematizam Mattei e Heinen (2020), em meio ao isolamento social e a perda de empregos decorrente da crise, as mulheres foram afetadas. Nessa conjuntura, a violência doméstica atua atingindo as mulheres, visto estarem sujeitas à informalidade nas relações de trabalho, cenário que as coloca, economicamente, em vulnerabilidade.

O fenômeno não ocorre só no Brasil, mas é inerente a outros países também atingidos pela pandemia do coronavírus. Segundo dados dispostos no sítio institucional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2019, o Ligue 180 registrou um total de 1,3 milhão atendimentos telefônicos (BRASIL, 2021). Já nos primeiros quatro meses de 2020, “[...] houve um crescimento médio de 14,1% no número de denúncias feitas ao Ligue 180 em relação ao mesmo período do ano passado” (BRASIL, 2021). O sítio, ainda, informa que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, declara que apenas em 2018, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, sendo 88,8% desses casos associados à violência doméstica, pois as mulheres assassinadas foram vítimas de companheiros ou ex-companheiros. Em agravante, a formalização das denúncias às autoridades policiais está mais difícil em virtude das medidas de isolamento social, pois as vítimas estão isoladas em casa com seus agressores e não têm conseguido ir às delegacias, do mesmo modo que sentem medo de denunciar pela proximidade com o agressor, que agora ocorre com a permanência em casa.

Fato é que o enfrentamento à violência contra as mulheres depende, em termos pragmáticos, de vários serviços integrados de uma rede de proteção, que inclui cuidado, proteção e assistência à vítima, que necessita de apoio para resgate da dignidade.

Embora importantes, as ações pragmáticas de amparo à mulher em situação de vulnerabilidade e violência não são suficientes. Nesse sentido, a reflexão sobre a constituição sócio-histórica, cultural e ideológica da organização da vida, em dadas ordens sociais, políticas e econômicas é uma tarefa científica que as Ciências humanas, a partir de suas várias disciplinas subscritas a diferentes subáreas, têm buscado problematizar.

São inúmeras as áreas do conhecimento empenhadas em compreender e refletir sobre a (re)configuração das relações sociais com base em valores como a igualdade, a justiça e a liberdade, a não violência, a tolerância, o respeito e outros ligados à preservação da vida e não à propagação da morte. Assim, a História, a Sociologia, os Estudos Culturais, os Estudos de Gênero, os Estudos Feministas, a Antropologia, as diversas vertentes das Análises do Discursos e outras, são exemplos de disciplinas que têm se empenhado em discutir problemas decorrentes de relações sociais assimétricas que subsidiam relações de poder, em que grupos subjagam outros à subordinação na organização social. Entre os problemas reflexos de relações sociais assimétricas, está a violência doméstica contra a mulher.

A considerar que a linguagem, a partir dos diversos enunciados que emergem de diferentes esferas ideológicas da comunicação, medeia a interação discursiva entre os homens e reflete e refrata, em sua totalidade, as relações sociais (DARKLET, 2005), ressaltamos a importância da compreensão e da produção valorada dos discursos, como ato de responsabilidade ética, para a transformação de relações sociais. Assim, do lugar da perspectiva sociológica e dialógico-enunciativa de linguagem do Círculo de Bakhtin, compreendemos que a linguagem é concebida como “[...] construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados.” (BRAIT, 2008, p.10).

Do mesmo modo que defendemos a importância da compreensão e da produção valorada de discursos para compreensão de temas da vida social, entendemos a produtividade da perspectiva metodológica interdisciplinar para a compreensão mais ampliada desse mesmo tema em sua historicidade e da perspectiva dialógica e sociológica de linguagem como baliza teórico-analítica para compreensão de como os fenômenos sociais se refratam em enunciados específicos, em foco aqui os anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher e incentivo ao Ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19.

Assim, ao assumir meu papel social e meu lugar de fala como publicitária, preocupada e incomodada com as representações femininas nessa esfera ideológica da comunicação, compreendemos a necessidade investigar como se dão as representações femininas e as relações sociais em anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher no período da pandemia da covid-19, mais especificamente nos anos de 2020 e 2021, os quais foram afetados pelo isolamento social. Esses anúncios emergem da esfera ideológica da publicidade governamental e se utilizam de compartilhamentos de valores atravessados por projeções axiológicas e ideológicas que reverberam concepções de mundo e de sujeitos. No caso dos anúncios governamentais, as axiologias mobilizadas remetem a ideologias que sustentam concepções e atos de dado governo, formas de conceber a violência contra a mulher, e o próprio sujeito social mulher.

Diante das inquietações expostas, algumas perguntas passaram a nortear a realização da discussão empreendida nesta dissertação. Entre elas, estão:

Quais são as axiologias representativas de partidas ideológicas utilizadas nos anúncios de propaganda governamental para incentivo à utilização do Ligue 180 no contexto da pandemia da Covid-19?

Como os anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher pelo incentivo ao ligue 180 discursivizam a imagem da mulher agredida e do agressor?

Quais são as relações sociais representadas nesses enunciados?

Esses anúncios são ou não efetivos do ponto de vista de sua constituição e de seus objetivos sociais?

Para responder a esses questionamentos, coadunamos as perspectivas interdisciplinar e dialógica e sociológica de linguagem do Círculo de Bakhtin, com objetivo geral é analisar a constituição axiológica e ideológica de dois anúncios de propaganda governamental de incentivo a denúncias de violência doméstica contra a mulher pelo Ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19.

Como objetivos específicos depreendemos: a) apontar às imagens de mulheres agredidas e de homens agressores discursivizadas nos anúncios eleitos para análise; b) discutir como essas imagens subsidiam relações sociais representadas nesses enunciados; c) problematizar a efetividade dos enunciados do

ponto de vista de sua constituição axiológica e ideológica a partir de suas dimensões extralinguísticas e linguísticas.

Para responder ao objetivo geral da pesquisa e às perguntas motivadoras de seu desenvolvimento, dividimos o trabalho em quatro seções no corpo, salvo introdução e conclusão. Na primeira delas, a partir de uma abordagem interdisciplinar, buscamos compreender sócio-histórica, cultural e ideologicamente o tema da violência doméstica contra a mulher, a focar a história de opressão e os embates e lutas das mulheres por conquistas na vida social. Assim, abordamos as nominadas ondas feministas, que se constituem didaticamente em movimentos em torno de determinadas demandas das lutas das mulheres em diferentes contextos sócio-históricos, e contextualizamos o tema da violência doméstica, em confluência a sua compreensão no contexto da pandemia da covid-19. Para tanto, nos valemos da contribuição de trabalhos vinculados à História das Mulheres, à Sociologia, à Filosofia, à psicologia, aos estudos culturais, aos estudos feministas e de gênero e de uma revisão de pesquisas atuais sobre a violência doméstica no contexto da pandemia, vinculadas a diferentes disciplinas.

Na segunda seção, apresentamos os pressupostos metodológicos, a situar e a justificar a escolha pela perspectiva interdisciplinar de contextualização do tema e dialógica de análise, a partir do paradigma da pesquisa de natureza qualitativa e interpretativa. Também justificamos a natureza documental do corpus, assim como anunciamos algumas premissas teórico-metodológicas da perspectiva sociológica e dialógica de linguagem do Círculo de Bakhtin, bem como apresentamos as unidades de análise eleitas dentro universo dos discursos governamentais.

Na terceira seção, apresentamos os conceitos do dialogismo que se constituem em princípios orientadores da análise. Entre eles, estão signo ideológico, enunciado, a considerar suas dimensões extralinguística e linguística, cronotopo, esfera ideológica, situação extraverbal de interação gênero discursivo, conteúdo temático, estilo, construção composicional, axiologias sociais – valoração e entonação. Nesse ínterim, costuramos um diálogo interdisciplinar, a apresentar a esfera ideológica da publicidade e propaganda, problematizamos as representações da mulher que nela se inserem e caracterizamos o gênero discursivo anúncio de propaganda governamental.

Por fim, na quarta e última seção, analisamos as axiologias compartilhadas à construção dos sentidos em dois anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher pelo incentivo ao uso do Ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19, a partir do que problematizamos sua efetividade e alcance social.

2 MOVIMENTOS DE LUTAS FEMINISTAS E PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Nesta seção, buscamos compreender as denominadas ondas feministas, e a partir delas depreendemos uma série de violências civis e simbólicas e outras praticadas contra as mulheres na história do desenvolvimento das sociedades. Esse panorama geral, construído com a colaboração da história das mulheres, dos estudos feministas e de gênero, nos encaminha à discussão do tema da violência doméstica contra a mulher e de como essa problemática social se revela perniciosa e agravada nas relações sociais no contexto da pandemia da covid-19.

Nesse íterim, ainda, apresentamos brevemente o que representa o Ligue 180 e discutimos como o incentivo às denúncias de violência doméstica contra a mulher por este canal se estabelece como política governamental no contexto pandêmico.

2.1 Ondas feministas, lutas, embates e histórico de violência contra a mulher

A luta das mulheres por respeito e igualdade remonta o final do século 18 e se estende até a atualidade. Reconhecer as lutas na sua integração ao movimento feminista e examinar estereótipos, é reconhecer a importância que o feminismo ou os feminismos têm para as conquistas das mulheres no Brasil e no mundo.

Conforme discute Moura (2018), o feminismo é um conceito flexível e complexo que engloba processos de transformações, rupturas e resistências. Em razão da grande diversidade de posicionamentos sobre o feminismo, autoras diversas utilizam o termo *feminismos*, para demarcar uma abordagem plural do tema (CASTRO, 2000; COSTA e SARDENBERG, 1994; RAGO, 2006; SOIHET, 2006). Essa abordagem plural relaciona-se não só às diferenças dentro dos feminismos, mas ao

reconhecimento e à valorização de aspectos particulares e importantes que compõem o movimento.

Ao adotar o termo feminismo, neste trabalho, o compreendemos como um movimento de reivindicações por direitos da mulher e por transformação de relações sociais, baseado “[...] na compreensão de um segmento comum a todos os *feminismos*: a luta pela igualdade entre os gêneros, pela resignificação do papel da mulher na sociedade e pela emancipação e autonomia das mulheres.” (MOURA, 2018, p.65).

Estudiosos como Bonnici (2007) e Silva (2019) compreendem, didaticamente, que as lutas feministas se organizaram a partir das chamadas ondas feministas, cada uma com foco na reivindicação de direitos e valores para as mulheres em dado tempo histórico em que sentiram, como grupo social, o peso da opressão e da desigualdade, o peso de não ter direitos já legitimados aos homens. As ondas feministas são, portanto, momentos históricos relevantes de efervescência militante ou acadêmica em que determinadas pautas e questões surgem e são debatidas (SILVA, 2019).

O feminismo, assim, “[...] dito de modo curto e simples, [...] é um movimento político que reivindica a libertação da mulher de todos os padrões e expectativas comportamentais baseadas na discriminação de gênero.” (SILVA, 2019, p. 5). Já o termo “ondas” do feminismo, se refere ao tempo histórico-espacial em que houve efervescência de determinadas pautas, a partir de problemáticas vivenciadas pelas mulheres na organização social e as quais as levaram a se organizar e agir, tomar frente dos debates. Conforme discute Moura (2018), muitas feministas rebateram a ideia de que os movimentos feministas se dão em ondas, pois:

pensar o movimento feminista a partir do conceito de ondas leva a entender que as reivindicações da primeira onda estavam completamente resolvidas quando se alcançou a segunda onda, num sentido progressista, ou que fora dos períodos abrangidos pelas ondas, houve um intervalo sem atividades. E ainda pode levar a ignorar o fato de que, existiram diversos tipos de movimentos feministas dentro da mesma onda (MOURA, 2018, p. 67).

Neste trabalho, a divisão didática do feminismo em ondas sugere atenção a alguns marcos reivindicatórios, o que não significa que as ondas precisam ser compreendidas como movimentos estanques, com começo e fim determinados. Tanto é assim, que há, na ciência, o reconhecimento das ondas por feministas e intelectuais,

que dividiram a história do movimento feminista, inicialmente, em três momentos, sendo que atualmente já se reconhece e se debate uma quarta onda.

2.1.1 Primeira onda feminista: luta por direitos civis

Para estudiosos como Bonnici (2007), a primeira onda do feminismo, ocorrida entre o final do século 19 até a luta pelo direito de voto no início do século 20, abrange ativismo cultural e político. A primeira onda feminista surge inicialmente nos Estados Unidos e Reino Unido e é caracterizada pela reivindicação de direitos civis. Outra pauta de reivindicação se dá em torno dos “[...] direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança.” (PEDRO, 2005, p. 79).

Esse rol de reivindicações foi encabeçado por mulheres brancas burguesas, enquanto as mulheres negras nem eram consideradas seres humanos pela lei e eram tratadas como objeto. “Assim, enquanto as mulheres brancas estavam lutando por direito de participação política, as mulheres negras estavam lutando para serem reconhecidas como seres humanos.” (SILVA, 2019, p. 9).

De todo modo, existiam, também, mulheres negras feministas desde a primeira onda, cuja pauta era analisar sua condição enquanto mulheres a partir do prisma do racismo. Por isso, o movimento da primeira onda constitui-se de forma tensa em termos ideológicos, pois parte das feministas lutou pela abolição da escravatura, enquanto outras eram contra o movimento. Silva (2019) problematiza que, ao passo que algumas mulheres brancas lutavam por direitos para si mesmas, participavam de grupos como o *Ku Klux Klan* (KKK), grupo supremacista branco, de extrema-direita, surgido no sul dos Estados Unidos em meados de 1865, que promovia atos terroristas contra pessoas negras recém-libertas pela 13ª Emenda Constitucional e também contra brancos simpatizantes a pessoas negras.

De todo modo, a pauta central das lutas ligadas à primeira onda feminista girava em torno de conquistas que já eram legitimadas aos homens, como o direito ao voto, a participação na política e na vida pública, em contravenção ao papel social predestinado ao espaço privado do lar, onde a missão da mulher era a de “anjo do lar” era cuidar do marido e dos filhos. Nesse sentido, Bonnici pontua que “[...] a mulher que ousava cultivar sua inteligência e escolaridade além do desempenho da sala de estar estava violando a natureza e a tradição religiosa” (BONNICI, 2007, p. 201).

Com fundamento no liberalismo e universalismo, as feministas da primeira onda problematizaram a imposição de papéis de submissão e arguíram serem iguais aos homens moral e intelectualmente. Portanto, deveriam ter oportunidades iguais de estudo trabalho e participação política. Isso porque, no cenário político e econômico,

a revolução Industrial e os trabalhos femininos fabris, juntamente com os ideais de igualdade circulantes no período, levaram as mulheres a perceberem a exploração e a opressão em que viviam. Foi através dessa consciência de submissão que se deu origem ao *movimento feminista* no final do século XVIII, sendo consolidado no século XIX em muitos países europeus e nos Estados Unidos e, posteriormente, nos países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2006) (MOURA, 2018, p. 66).

Esse movimento se deu até a metade do século XX, com o advento da segunda guerra e só ganhou corpo no Brasil por volta dos anos 1920.

Em meados de 1827, meninas são liberadas para frequentarem a escola no Brasil, a partir da Lei Geral que autorizava as mulheres a ingressarem nos colégios e estudarem além da escola primária. No entanto, conforme discute Duarte (2003), não existiam escolas de fato funcionando e as opções de ensino às mulheres voltavam-se às prendas domésticas, o que ocorria nos conventos, em algumas poucas escolas particulares ou nas próprias casas de professoras, ou, ainda, a partir do ensino individualizado.

Em termos científico-culturais, o movimento feminista tem seus primeiros reflexos mais expressivos no Brasil com a publicação da obra *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, da autora Nísia Floresta, em 1832. A obra, considerada tradução da obra *A vindication of the Rights of Women* (1832), de Mary Wollstonecraft, representa o despertar de uma consciência crítica sobre a condição das mulheres, a romper com as tradições patriarcais, pela denúncia ao mito de superioridade do homem.

O livro publicado por Nísia Floresta provocou a reflexão sobre o status social das mulheres, já que defendia a participação feminina em postos de comando. Em uma sociedade patriarcal, escravocrata e recém-saída da condição de colônia, Nísia Floresta foi mulher incomum, atuante e de certa forma 'desajustada' se forem levadas em conta as expectativas que a sociedade brasileira tinha em relação às mulheres do seu tempo (CAMPOI, 2011, p. 199).

Conforme discutem Costa e Sardenberb (2007), a nossa primeira onda vem de fora, tendo Nísia Floresta o importante papel de ter colocado em língua portuguesa o clamor Europeu, numa tradução feita à luz da compreensão do contexto nacional, que envolvia os problemas da mulher na história brasileira. Moura (2018) explica que a imprensa de mulheres do século XIX foi de suma importância à divulgação das ideias feministas no Brasil. Nesse período histórico, havia a imprensa feminina e a imprensa feminista. A primeira tratava de assuntos ligados aos chamados 'deveres do feminino', com temas ligados à moda, jardinagem, culinária e outros e a segunda volta-se "[...] às publicações sobre a condição da mulher na sociedade e na luta por direitos" (MOURA, 2018, p 67) e emancipação. Esta última tendência, naturalmente, alcançava um público menor.

Vinte anos depois da Proclamação da República no Brasil, em 1910, as mulheres brasileiras conseguiram a fundação do primeiro Partido Republicano Feminino, que buscava representar e integrar as mulheres na sociedade política. O partido foi presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro e dentre suas lutas estava a defesa do direito ao voto e à educação e a luta por plenos direitos políticos e pelo direito e o acesso ao trabalho, valores que compunham a ideia de emancipação feminina. Em novembro de 1917, o partido organizou e promoveu uma marcha pelas ruas centrais do Rio de Janeiro, com a participação de aproximadamente 90 mulheres. O fato atraiu a atenção da imprensa com destaque (TELLES, 1993). Nesse contexto, a insatisfação feminina relacionava-se à negação da própria cidadania. A exclusão da mulher do exercício dos direitos políticos a enquadrava no grupo de cidadã de 2ª classe, cuja representatividade era cerceada e mediada pelos interesses masculinos (BONNICI, 2007).

As insatisfações gestadas desde o final do século XIX, propiciaram, mais tarde, em 1922, a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com liderança da bióloga e feminista Bertha Lutz. Uma das ações desse movimento foi a ocupação das galerias do Congresso Nacional para reivindicar o voto feminino (TELLES, 1993). Em 1927, em Mossoró/RN, ocorreu a primeira concessão de voto à mulher. A professora Celina Guimarães Viana conseguiu o reconhecimento de seu direito de voto por meio da lei estadual 660/1917, que aventava a possibilidade do voto feminino. No entanto, foi apenas em 1932, por meio de um decreto assinado

pelo então presidente Getúlio Vargas, que o voto feminino no Brasil foi assegurado nas eleições nacionais, após uma intensa e longa história de lutas iniciadas antes mesmo da Proclamação da República (MIGALHAS, 2018). Efetivamente, então, o direito do voto feminino só veio em 1934 no Governo de Getúlio Vargas e com restrições. Apenas mulheres casadas, viúvas e solteiras podiam votar, excluindo-se as mulheres separadas e sem renda. Para Duarte (2003),

pode-se dizer que a vitória do movimento feminista [da época] é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão [...], candidatar-se ao que quiser... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente (DUARTE, 2003, p. 81).

Todavia, todas essas importantes conquistas feministas encontraram resistência no Brasil, onde houve forte combate à palavra feminismo pelo movimento antifeminista dos séculos XIX e XX, que de maneira astuta disseminou socialmente uma imagem negativa da mulher feminista, valorando-a como oposto da feminina (DUARTE, 2003). Essa construção destrutiva perdurou até o final dos anos 1980, de modo que poucas mulheres se assumiam feministas, em razão de no senso comum haver associação do feminismo à luta de mulheres feias, lésbicas, ressentidas, masculinizadas, mal-amadas (PEDRO, 2012).

As lutas do feminismo da primeira onda pelo direito ao voto, ao trabalho, à herança, à propriedade, à educação desvelam violência cultural e jurídica. No primeiro caso, estava arraigada à cultura das vivências, às assimetrias que colocavam as mulheres em desvantagem econômica e cidadã e, no segundo caso, a lei validava essas práticas.

2.1.2 Segunda onda do feminismo: opressão e luta pela liberdade

Nos anos 50, identificam-se os primórdios do que se chamou de segunda onda do Feminismo, após a publicação da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir no ano de 1949 (SILVA, 2019). As feministas da segunda onda buscavam identificar a origem da condição feminina, a questionar o porquê de serem oprimidas e o porquê

de as mulheres estarem em situação de desvantagem aos homens quanto as suas liberdades.

A obra de Simone Beauvoir, em 1949, é um marco que desafia ideias relacionadas à construção do papel social da mulher. Por essa razão, foi duramente criticada. A autora estabelece uma discussão que distingue sexo e gênero e assim passa a discutir “sexo” como característica biológica e “gênero” como uma construção social. Tanto que para ela,

ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2019, p. 05).

Quanto aos questionamentos teóricos da segunda onda, as feministas buscavam compreender a origem da condição feminina e as razões que fundamentam a opressão de gênero que recai sobre todas enquanto coletividade, colocando-as em situação de vulnerabilidade. Segundo Silva (2019), a resposta a essa inquietação “[...] seria o sexo: a prerrogativa de engravidar.” (SILVA, 2019, p. 12). Assim, a procriação é problematizada como fardo que se impõe às mulheres. Com a invenção da pílula no ano de 1962, provocou-se uma revolução na história em termos das discussões sobre gênero, porque o uso da pílula incide diretamente sobre a questão dos direitos reprodutivos e sobre as discussões acerca da liberdade sexual, visto que engravidar não se constituía mais um problema para as mulheres.

Desse modo, o questionamento ao papel social imposto à mulher trava-se como um embate a valores patriarcais. E justamente por almejar a ressignificação do papel da mulher na sociedade, a pauta de reivindicações que integra a segunda onda do feminismo é muito criticada e combatida dos pontos de vista ideológico e político, visto questionar as bases culturais, que sustentam costumes e valores subsidiários das relações de poder que os homens exerciam sobre as mulheres.

A valorização profissional feminina, o direito ao prazer sexual, a liberdade reprodutiva e o fim da violência doméstica são os pontos centrais das reivindicações que afetam as relações sociais, porque se organizam em torno da necessidade de desestabilizar papéis sociais que exigiriam mudanças nas relações de poder. Portanto, a luta contra a impunibilidade masculina nos casos de violência doméstica,

a luta pela saúde e descriminalização do aborto, a luta pela ampliação de mulheres eleitas a cargos políticos e por salários iguais eram a pauta (BONNICI, 2007).

As demandas ligadas ao corpo eram fator relevante da luta feminista, assim como as temáticas relacionadas à maternidade, ao casamento, à violência sexual, ao estupro, todas ligadas à questão da sexualidade, à exploração e objetificação da mulher pela cultura patriarcal.

Conforme nos apresenta Silva (2019), um dos principais jargões da segunda onda do feminismo é “sisterhood is powerful” ou a “sonoridade é poderosa”. As feministas dessa época estimulavam a conscientização das mulheres por meio de atividades coletivas, para favorecer o empoderamento coletivo. Esse contexto deu origem ao que ficou conhecido como feminismo radical.

Em ação contra a exploração comercial de mulheres, ativistas feministas protestaram em grandes eventos, como no concurso Miss América, de 1968. Elas dispuseram no chão sapatos de salto alto, maquiagens, cílios postiços, sprays laque, símbolos de beleza feminina, que naquele contexto foram compreendidos como símbolos que reforçavam seu papel objetificado e submisso. As feministas da segunda onda, ainda, são as pioneiras quanto à crítica à pornografia e à prostituição, lutavam contra as desigualdades culturais e políticas e encorajavam as mulheres a refletirem sobre diversos aspectos de suas vidas pessoais relacionados ao poder da divisão sexista (SILVA, 2019). Nesse período, surgiram nos Estados Unidos expressões como “Liberação das mulheres”. Protestos feministas como a famosa queima de sutiãs, ficaram associados a essa fase do movimento.

De modo geral, as lutas feministas da segunda onda ainda estavam muito ligadas às demandas das mulheres brancas, pois a maioria das militantes radicais pertencia às classes mais favorecidas e estava inserida nas universidades, o que limitava suas análises e as tornava universalizantes, de modo a desconsiderar as demandas de outros grupos de mulheres que reivindicavam condições específicas como raça e classe, por exemplo (SILVA, 2019).

Nesse contexto em que a segunda onda ganha corpo, no Brasil, ainda a reverberar as lutas por direitos e garantias legais da primeira onda, a criação do Estatuto da Mulher Casada, em 27 de agosto de 1962, garantiu que as mulheres não precisavam mais autorização do marido para trabalhar, passando a ter direito à herança e a oportunidade da guarda dos filhos em caso de separação.

A segunda onda do feminismo ganha força no Brasil no início dos anos 70, como embate ao regime militar, “[...] o qual foi uma síntese tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país, quanto de um reforço na opressão patriarcal [...]” (MATOS, 2010, p. 68). O movimento feminista fez oposição ao militarismo e formaram-se muitos grupos que propiciaram maior articulação no cenário da vida pública. “Esta segunda onda caracterizou-se, no Brasil, e nos demais países latino-americanos como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer.” (MATOS, 2010, p. 69).

Mesmo no período da ditadura, as mulheres brasileiras resistiram de muitas formas: se organizaram em clubes de mães, associações, comunidade eclesiais de base, em movimentos contra o custo de vida e por oferta de creches. Durante a ditadura, o Código Civil colocava as mulheres em posição de cidadãs de segunda categoria e dava aos maridos e pais poderes de decisão sobre suas vidas. Para se trabalhar fora de casa, a mulher precisava do consentimento do seu pai ou de seu marido.

Os movimentos de reivindicação por igualdade sociojurídica entre homens e mulheres no contexto da ditadura foram sustentados, em grande parte, pelo movimento feminista. Mesmo com toda a história de conquistas, até 1974, a mulher ainda não tinha direito a vários serviços bancários. Foi neste ano que a Lei da Igualdade de oportunidade de crédito garantiu direito ao uso de cartão de crédito e liberdade em fazer empréstimos bancários sem a assinatura do cônjuge no contrato. Já a Lei do divórcio foi aprovada em 26 de dezembro de 1977, livrando as mulheres de casamentos infelizes, porém o preconceito contra a mulher divorciada permanecia, de modo que as mulheres eram vistas com maus olhos pela sociedade, o que as coagia a optarem por casamentos infelizes e abusivos (SESC, 2021).

Mesmo com esses impedimentos, a participação das mulheres nas atividades econômicas cresceu e se diversificou. Em 1976, aproximadamente 30% das mulheres já participava das atividades econômicas diretas do país, sendo que os postos mais valorizados no mercado de trabalho e o espaço de projeção social e política era exclusivamente reservado aos homens.

As mulheres eram excluídas de políticas implantadas na época e criou-se o mito de que já não eram conhecidas como produtoras e nem reconhecidas como

chefes do lar. Em movimento oposto de resistência, as mulheres jovens ingressavam cada vez mais nas universidades em busca do respeito intelectual, não se contentando apenas com o direito do voto. Aos poucos, foram se conquistando espaços e se rompendo com os padrões rígidos impostos pela sociedade.

De modo geral, de acordo com Silva (2019), na segunda onda feminista, mulheres lésbicas, de classe trabalhadora e mulheres negras deram início ao que se pode chamar de feminismo identitário. Aqui o movimento passa a aprofundar os debates na busca de compreender como diferenças de classe, etnia, raça e sexualidade são decisivas para as experiências vividas, para o tipo de opressão que as mulheres sofrem, discussão que volta à tona, com maior força, na terceira onda do feminismo.

De modo geral, a luta por liberdades, o questionamento a papéis sociais impostos, a opressão de gênero que recai sobre a coletividade das mulheres, o direito ao prazer sexual, a liberdade reprodutiva, o fim da violência doméstica, a luta pelo fim da impunibilidade masculina nos casos de violência doméstica, a luta pela saúde e descriminalização do aborto, a luta pela ampliação de mulheres eleitas a cargos políticos e por salários iguais compõem as reivindicações da segunda onda e desvelam tipos de violência aportadas em fatores biológicos, socioeconômicos, jurídicos e psicológicos.

2.1.3 Terceira onda: subjetividades e discursos em foco

Entre os anos de 1980 e 1990, acontecimentos históricos como a queda do muro de Berlin, a dissolução da união Soviética, a dissolução das ditaduras militares da América Latina, com destaque às ditaduras brasileira e chilena, marcaram as sociedades em geral. Nesse contexto, as feministas da terceira onda passam a questionar o sentido de mulher universal, essencialmente resumida no seu sexo, do que decorre a problematização e o aprofundamento dos discursos das gerações feministas anteriores (SILVA, 2019).

A crítica pós-modernista à ciência ocidental, nos anos 1980, introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. Assim, as feministas francesas, sob influência do pensamento pós-estruturalista predominante na França, o qual encontrava sustentação no pensamento de autores como Michel Foucault e Jacques

Derrida, começam a se preocupar com as questões que envolvem a diferença, a subjetividade e a singularidade das experiências (NARVAZ; KOLLER, 2006). Passa-se a compreender que as subjetividades são construídas pelos discursos, a partir de um plano dialógico e intersubjetivo. Assim, a terceira onda do feminismo “[...] concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade.” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649) e encaminha-se para as discussões que envolvem gênero enquanto categoria relacional e política (SCOTT, 1995). As feministas buscam, portanto, a problematizar

as totalizantes das categorias fixas e estáveis do gênero presentes nas gerações anteriores, nas quais “gênero” era definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina inscrita na subjetividade (NORVAZ, KOLLER, 2006, p 650).

Assim, pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença constituem-se desafios à constituição das subjetividades masculina e feminina. Nessa terceira onda do movimento feminista, acentua-se a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e as discussões científico-acadêmicas. Em razão disso, nas universidades, criam-se os centros de estudos sobre a mulher, sobre estudos de gênero e feminismos (LOURO, 1995).

Essa onda, portanto, “[...] buscou o reconhecimento de diversas identidades femininas, entendendo que as opressões sociais, mesmo que baseadas em gênero, atingem de maneiras diferentes mulheres que se encontram sob diferentes condições.” (SILVA, 2019, p. 17). A partir de então, passou a ser primordial reconhecer variedades de identidades e de experiências, a questão da interseccionalidade, que, por sua vez, reflete os vários movimentos que discutem sobre a inter-relação raça, etnia e classe.

Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, debate a associação de gênero às categorias de raça e classe, e com isso corrobora a fragmentação do discurso de universalidade da categoria mulher. Nesse sentido, o feminismo negro, pode ser considerado um movimento que reflete essa compreensão.

Considerar a questão racial é crucial à compreensão de que mulheres negras são as maiores vítimas da violência no Brasil contemporâneo, por exemplo. Como

consta no Atlas da Violência 2021 (CERQUEIRA, et al., 2021), os índices de feminicídio entre as mulheres negras aumentaram entre 2009 e 2019 enquanto o número de feminicídios de mulheres brancas caiu no mesmo período. Para Carneiro (2017), a questão da interseccionalidade raça e gênero justifica discriminações e subalternidades, historicamente construídas e, por sua vez, produzem desigualdades. Daí as mulheres negras se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos da organização social.

Hooks (2013) chama atenção para o lugar de fala, como uma necessidade de expandir o movimento feminista ao seu sentido coletivo, inclusivo e interseccional:

Sou grata a muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar de dor e de luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio de mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador. Além de permitir lembrar de nós mesmos e nos recuperar, ele nos provoca e desafia a renovar no nosso compromisso como uma luta feminista e inclusiva. Ainda temos que fazer uma revolução feminista no plano coletivo (HOOKS, 2013, p. 103).

Nesse sentido, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma busca por capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre eixos da subordinação. “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que destruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Na terceira onda, portanto, as discussões em torno do conceito de interseccionalidade entre gênero, raça e classe, ganham força para destacar que as mulheres sofrem diferentes tipos de opressão, e que isso deve ser reconhecido para combate efetivo. “É sob esse cenário que o feminismo negro se fortalece e cresce enquanto vertente feminista independente.” (SILVA, 2019, p. 17). Com debates sobre a discriminação, racial, genocídio da população negra e a solidão da mulher negra, o feminismo começa a juntar forças para um universo maior das mulheres e não apenas para pequenos grupos.

No campo cultural, que acompanha as discussões acadêmicas, por volta dos anos 90, surgem movimentos como *punk* feminista, cuja ideologia visava combater o neoliberalismo; o *Riot Grrrl*, (menina rebelde), com as bandas de músicas *punk*, a

produção de zines, com intuito de combater o estupro, o patriarcado, a incluir a discussão de temas ligados à sexualidade e ao empoderamento feminino.

Destaca-se, nesse cenário cultural, a cantora, ativista feminista e escritora estadunidense Kathleen Hanna, da banda *Punk Bikini Kill*, que dizia em seus shows para os homens irem para o fundo e as meninas virem para a frente, onde se sentiriam mais seguras e sem risco de serem agredidas, o que se traduziu no bordão “girls to the front” (SILVA, 2019).

No Brasil o movimento “*riot grrrr!*” chega na metade dos anos 1990 e encontra reflexo em bandas como Dominatrix, Cosmogonia, TPM – Trabalhar para não morrer em São Paulo, e Bulimia, em Brasília, entre outras.

De modo geral, as questões discutidas na terceira onda do feminismo buscam ressignificar algumas categorias de análise, articulando “[...] o conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento científico.” (NORVAZ; KOLLER, 2006, p. 650).

Com a revisão da ideia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passa a ser entendido como relação política, inserido ao campo histórico e discursivo de relações de poder (SCOTT, 1995). No veio das tendências pós-estruturalistas e desconstrucionistas, Butler (2003), então, conceitua gênero como ato performático, efeito produzido ou gerado, definição esta que põe em foco a noção de processo, de constituição singular dos sujeitos, reafirmada ou renegociada por meio de atos e práticas concretas (NOVAZ; KOLLER, 2006).

As reivindicações da terceira onda desvelam que todos os tipos de violência combatidas na primeira e na segunda onda se apresentam de maneira singular para diferentes grupos de mulheres. Se o sexismo e o machismo persistem no plano cultural, as feministas passam a questionar o binarismo sexual que os sustentam.

2.1.4 Quarta onda do feminismo: ativismo online nas plataformas digitais

Estudiosos falam da quarta onda do feminismo, que seria a que estamos vivendo. Ela surge por volta de 2012 e esta é marcada pelo ativismo *online*, que se dissemina “[...] pelo uso maciço de plataformas de redes sociais com fins de organização, articulação e propagação da ideia de que a igualdade entre os sexos ainda é uma ilusão.” (SILVA, 2019, p. 23).

De acordo com Oliveira (2019), com a popularização da internet e, logo das redes sociais e plataformas a ela ligadas, como *Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Trumblr*, discussões e textos acerca de temas como assédio sexual e estupro passaram a se encorpar e serem divulgadas de forma abrangente e rápida. Temas como misoginia e abusos se tornaram explícitos, assim como se acentuou a revolta contra piadas misóginas, cantadas inapropriadas e desrespeitosas, que antes eram normalizadas e passam a ser problematizadas, da mesma forma que a culpabilização da vítima nos casos de assédio e estupro, em razão de suas vestimentas ou comportamentos.

Diversos episódios em vários países do mundo, que ocorrem em torno dos anos 2011 a 2013, propiciaram o surgimento desta nova movimentação feminista mundial, chamada quarta onda, a qual engloba formações de grupos e associações, protestos, paralizações e, principalmente, manifestos online. Desse modo, “As mulheres estavam abrindo os olhos para questões de misoginia e sexismo em suas formas mais explícitas e começando a combatê-las de forma também radical.” (OLIVEIRA, 2019, p. 73).

Importante pauta da quarta onda é a descriminalização do aborto, que vem sendo discutida desde a segunda onda. Desde o início do século XXI, tem sido enfatizado o aborto no contexto de debate sobre efetivação dos direitos da mulher. No Brasil, a interrupção voluntária da gravidez é crime.

O avanço e uso da tecnologia da informação e da comunicação passam a compor e minorias como a das mulheres transexuais, grupos que nunca ou muito mal tiveram espaço para se manifestar e serem ouvidos. Nesse sentido, a internet se apresentou como espaço de manifestação e democratização, o que foi aspecto central para combate à misoginia, ao sexismo, à LGBTfobia e outros tipos de desigualdade de gênero.

A força da internet, ainda, despertou um novo feminismo, o qual deu voz a grupos de mulheres de países periféricos, de forma substancialmente importante aos países da América Latina. Aqui as feministas encontraram espaço para lutar contra a violência de gênero tanto no ambiente público como privado.

Na Argentina, o marcador “Ni Una Menos” surgiu com uma tragédia ocorrida em 2015, em que uma adolescente grávida, de 14 anos, foi assassinada pelo namorado de 16 e enterrada no quintal dos avós dele com a ajuda dos pais (SILVA,

2019). Assim, o “Ni Una Menos” concretizou-se em marchas em defesa das mulheres. No ano seguinte, também na Argentina, a jovem Lúcia Perez de 16 anos foi drogada, violentada, empalada por dois homens. Este crime monstruoso chocou a população e provocou muita indignação, fazendo do “Ni Una Menos” uma causa que ultrapassou as fronteiras do país. Assim, as passeatas impulsionadas pelo *slogan* ganharam força no México, no Peru e no Chile.

No Brasil, em 2016, no Rio de Janeiro, uma adolescente de 16 anos foi dopada e estuprada por 33 homens armados. E eles filmaram o ato e postaram na internet, num contexto em que os números sobre a violência contra as mulheres no Brasil são estarrecedores, e no qual o país ocupa o quinto lugar no mundo no ranking de feminicídios (SILVA, 2019).

Os dados estão no alto comissariado das nações unidas para direitos humanos. Por isso, o Brasil, a partir de 2015, por meio da Lei 13.104, alterou o código penal que tipifica o feminicídio. A maioria dos crimes de feminicídio no Brasil ainda é cometido por namorados ou maridos, por isso um dos grandes focos das feministas contemporâneas é a violência contra a mulher e a desconstrução do relacionamento romântico. O feminicídio possui marcas muito fortes não só no Brasil como em toda a América Latina e por isso a luta feminista avança no intuito de combater essas violências com grupos de conscientização na internet.

No Brasil, a luta ganhou força e repercussão na internet quando o movimento se organizou para denunciar a violência de gênero por meio da *hashtag* “#MeuPrimeiroAssedio”, que movimentou a internet no país inteiro em 2015. Em depoimentos, mulheres compartilham que o primeiro assédio acontece geralmente antes da adolescência. Outra campanha de natureza similar foi impulsionada pela *hashtag* “#MeuAmigoSecreto” que problematiza atitudes machistas de colegas por meio do Twitter e Facebook.

Os debates acerca de abusos sofridos, sejam eles psicológicos, morais e intelectuais baseados em discriminação de gênero e que podem ocorrer dentro de um relacionamento romântico, ambiente de trabalho, faculdade, são traduzidos em palavras em língua inglesa que ganharam força dentro do feminismo da quarta onda, como: *Gaslighting*, *slut-shaming*, *mansplaining*, *maninterrupting*, *bopriating*.

Conforme discute Silva (2019), *Gaslighting* é uma espécie de jogo de manipulação psicológica utilizado pelo homem para fazer a mulher se passar por

louca. A origem da palavra se populariza a partir de um filme estadunidense, dirigido por Cukor, em que um homem utiliza diversas táticas para confundir sua esposa, com o intuito de desacreditá-la e interná-la como doente mental para ficar integralmente com os seus bens. Assim, nas situações contemporâneas, a expressão *Gaslighting* veio dar nome às manipulações que um homem faz para fazer uma mulher “passar por louca”, desequilibrada, a fim de fazer com suas opiniões sejam completamente desconsideradas como válidas.

Para Nóbrega, Araújo e Gama (2019),

o *gaslighting* (derivado do termo inglês *gaslight*, ‘a luz [inconstante] do candeeiro a gás’) é um abuso psicológico que faz com que a mulher acredite que está equivocada sobre um assunto ou até mesmo que enlouqueceu, sendo que ela está certa, o que a faz duvidar do seu senso de percepção, raciocínio, memórias e sanidade. Na prática cotidiana, algumas das frases que expressam esse comportamento são: “Você está exagerando”; “Pare de surtar”; “Não aceita nem uma brincadeira?”; “Você está louca” (NÓBREGA; ARAÚJO; GAMA, 2019, p. 132).

Na visão de Lucas, Fernandes e Takemoto (2020, p. 103), “[...] o rótulo de louca por meio do *gaslighting* é somente uma das maneiras de tornar o discurso e as identidades concernentes às mulheres como inaptos.”.

Para Silva (2019), *slut-shaming* é expressão ligada à ideia de julgar o comportamento sexual de uma mulher a partir de suas roupas, jeito de falar, maquiagem etc., prática abusiva de censura à sexualidade. Em pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) em 2013, para perceber valores dos brasileiros em torno da violência contra a mulher, parte considerável dos entrevistados concordam parcialmente com a ideia de que “[...] mulheres que usam roupas que deixam o corpo à mostra merecem ser violentadas sexualmente.” (BRASIL, 2014).

Já os termos *Mansplaining*, *Maninterrupting* e *Bropriating*, de acordo com Silva (2019), podem ser interpretados quase que ao pé da letra. *Mansplaining*, que quer dizer “Homem Explicando”, refere-se ao ato de um homem insistir em explicar algo óbvio a uma mulher. Assim, mesmo sabendo que ela sabe mais que ele, procura instituir o monólogo. O termo *Maninterrupting* quer dizer homem interrompendo, ou homem que interrompe, e ocorre quando um homem interrompe uma mulher, não a deixando concluir frases ou raciocínio que esteja desenvolvendo. *Bropriating* seria um tipo de apropriação intelectual em que o homem se apropria de um texto, uma criação

intelectual de uma mulher e se aproveita para tomar os créditos daquilo como se fosse dele (REEVES, 2015). Silva (2019) discute que essas práticas são muito comuns em ambientes acadêmicos, de trabalho, mas também em relações íntimas como irmão, primo, amigo e companheiro.

Um exemplo de prática de *Manterrupting* que se tornou tema de discussão mundial, aconteceu no dia 26 de setembro de 2016, na corrida presidencial nos Estados Unidos. Durante um debate entre Donald Trump e Hillary Clinton, então candidatos à presidência americana, “O republicano Donald Trump interrompeu a adversária por várias vezes, indo contra as regras implícitas em debates de não interromper o adversário. Segundo o Vox, foram 25 intromissões fora de hora em 26 minutos.” (NÓBREGA; ARAÚJO; GAMA, 2019, p. 133).

Como se pode notar, grande parte da pauta feminista da chamada quarta onda está ligada às questões que envolvem práticas de linguagem. Por isso, circunscrita a essa onda está a questão que envolve o que se chama de lugar de fala. Em *O que é lugar de fala?*, Ribeiro (2017) problematiza que é necessário ter consciência do lugar a partir do qual se fala, mas que não se pode confundir lugar de fala com representatividade, sob pena de culminar em certo essencialismo, o que tornaria inapropriado, por exemplo, uma pessoa de falar sobre algo que aflige determinado grupo social ao qual não pertence.

Como discutimos, o movimento feminista contemporâneo possui muitas pautas ligadas às pautas das ondas anteriores e estas são retomadas e se cruzam, além de abrir espaço para problemáticas e conceitos novos. O feminismo contemporâneo é um feminismo plural, expressivo, combativo às questões que afetam a liberdade de escolha e a subjugação da mulher a padrões corporais pré-determinados. Por isso,

são apontadas como pautas frequentes a cultura do estupro, a gordofobia, as representações machistas na publicidade, a misoginia online, a violência doméstica contra as mulheres, a violência contra as mulheres nos transportes públicos, a discriminação com intuito de inferiorizar as mulheres no ambiente do trabalho, nas universidades e o uso de plataformas de redes sociais para fins de conseguir comunicação, oportunizar o desenvolvimento de debates sobre as pautas em questão e articular as atividades em grupos organizados (SILVA, 2019, p. 42).

Nesse contexto, grupos de ciberfeminismo também questionavam o padrão da mulher magérrima, alta, branca, olhos azuis, cabelos loiros e lisos. De todo modo, as

redes sociais vêm ajudando mulheres a pautarem não só opinião pública no meio digital, mas também a se organizarem nas ruas.

Todas as ondas com o passar do tempo, tiveram grande importância para a conquista de direitos, mudanças culturais, questionamento de práticas naturalizadas. De todo modo, a revisão das ondas importa a compreendermos que as próprias lutas desvelam toda sorte de violências sofridas pelas mulheres na história e que, de certo modo, acabam por se concretizar em diferenças que se reverberam nas relações domésticas e vice-versa.

2.2 A violência doméstica contra a mulher no contexto da pandemia da covid-19 e denúncias pelo ligue 180

A compreensão das ondas feministas e suas pautas reivindicatórias elucidada que se há lutas é porque há desigualdades sociais, injustiças e, portanto, em algum nível, legitimação da violência contra as mulheres nas sociedades em geral. A partir disso, a proposta desta subseção é problematizar as relações entre violência doméstica contra a mulher no contexto da pandemia do COVID-19 e as investidas dos governos em incentivar denúncias pelo Ligue 180, em movimento convergente ao objetivo geral dessa dissertação, que se organiza em tono de analisar axiologias compartilhadas em anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher no contexto da pandemia.

2.2.1 Violência doméstica contra a mulher: contextualização

A violência doméstica contra a mulher no Brasil e em vários países do mundo é considerada problema da saúde pública que afeta o desenvolvimento humano e econômico. O fenômeno constitui-se vinculado à estreita relação com categorias de gênero, raça, etnia e relações de poder. Nesse sentido, “Trata-se de um problema social que impacta diretamente a vida das mulheres, como vivem, como adoecem, entre outros aspectos.” (SANTOS, 2021, p. 2).

Agressões contra as mulheres ocorrem, muitas vezes, de forma invisível, principalmente, porque estão circunscritas à esfera da vida privada, doméstica. Problemas como consumo demasiado de álcool, drogas, comportamento controlador,

desemprego e outros de ordem econômica são fatores preponderantes para que a violência doméstica perdure. Portanto, o problema da violência contra mulher se constrói nas tensões entre o público e o privado. Com o avanço da problemática,

[...] a opinião pública foi sendo sensibilizada para a questão, que vinha sendo tratada apenas sob a ótica das relações interpessoais. Assim, um fenômeno que era considerado como um componente natural decorrente das relações pessoais e que, desta forma, era remetido à dinâmica do mundo doméstico – o domínio do privado – passa a ser publicizado, assumindo uma conotação política (SILVA, 1992, p. 97-98).

Do ponto de vista da esfera privada, dos malefícios que a violência causa às mulheres que a sofrem, Souza, Silva e Amaral (2021) afirmam que os atos de agressões podem gerar efeitos permanentes no psicológico das vítimas, na sua autoestima e autoimagem, “[...] resultando em menor probabilidade de se engajarem em ações que aumentem a sua proteção e em maior suscetibilidade a aceitar a violência como parte do seu contexto, naturalizando-a.” (SOUZA; SILVA; AMARAL, 2021, p. 80). E, em se tratando de anulação do outro, a violência psicológica não é menos perniciosa que a física.

O companheiro usa esse tipo de agressão na intenção de denegrir a imagem da mulher, fazendo-a sentir-se sem valor e desprezada. É um fenômeno de enlaces psíquicos, que faz com que a mulher perca, com o passar do tempo, dentre outras coisas, sua autoestima, o que confirmam Monteiro e Souza (2007) ao afirmarem a prevalência cometida por homens contra mulheres assume uma feição crônica e estabilizada; é empreendida sobre a mesma vítima, é constantemente ritualizada. A literatura traz a prevalência da violência psicológica ou emocional sobre outros tipos de violência (MONTEIRO; SOUZA, 2007) (FONSECA, RIBEIRO; LEAL, 2012, p. 310).

Isso significa, que se a mulher sofre agressão física, a agressão psicológica é inerente a esse ato. Para Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), as mulheres que sofrem de violência física e psicológica, na maioria das vezes, manifestam reações de sofrimento e depressão. Percebe-se que as reações e manifestações de violência são causadas por ciúmes, histórico familiar violento, aporte cultural arraigado do poder opressor masculino e da submissão da mulher. De todo modo, os índices de violência contra a mulher corroboram traumas, debilidade e diminuem os índices de qualidade de vida individual e social.

Sendo elemento que está enraizado ao cotidiano social e sendo praticada por pessoas de convivência familiar, como marido ou companheiro, independentemente de sua posição social ou situação socioeconômica, a violência doméstica contra a mulher tem se encorpado nas últimas décadas; porém, a realidade referente ao cuidado às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade ainda é precária. Medidas adotadas nas políticas públicas são, em sua maioria, paliativas e insatisfatórias, principalmente no sentido de sua abrangência e, para que atinjam sua finalidade, é necessária “[...] uma supervisão frequente por parte dos poderes Judiciário e Executivo, garantindo o cumprimento das normas através da intensificação de políticas públicas.” (PIMENTEL, et al., 2021, p. 190).

Em toda nossa história social, as mulheres foram excluídas de praticamente todas as manifestações de poder, direito e políticas, significando que até pouco tempo atrás eram consideradas cidadãs de segunda categoria jurídica, excluídas de vários direitos em praticamente todos os países do mundo, o que alimenta as desigualdades econômicas entre homens e mulheres. Conforme problematizam Oliveira, Moreira e Santana (2021, p.169), essa desigualdade econômica “[...] pode ser atribuída a vários fatores, que incluem os baixos índices de mulheres em posições de gestão ou de liderança, estagnação salarial, participação na força de trabalho e rendimento.”.

Ao discutir o agravamento da violência contra a mulher no contexto da pandemia da covid-19, Azevedo (2021) atenta que é

importante destacar que a violência doméstica não se justifica pelas mudanças trazidas pelo isolamento social. Sua origem está na construção dos papéis de gênero que colocam a mulher como inferior ao homem, subordinada e pertencente a este. Por essa razão, o homem enxerga a mulher como sua, principalmente dentro das relações amorosas, acreditando que ela tem a obrigação de agir conforme a vontade dele, sendo-lhe permitido, inclusive, puni-la caso entenda necessário. Além disso, características como agressividade, impulsividade e violência foram definidas como inerentes ao sexo masculino, o que, por muito tempo, legitimou os atos violentos praticados pelos homens (AZEVEDO, 2021, p. 117).

No contexto da pandemia da covid-19, a situação social das mulheres brasileiras em isolamento piorou, pela falta de renda e pelo acúmulo de afazeres domésticos, aspectos que têm corroborado a regressão de suas conquistas. Diante desse cenário, “[...] observou-se que ocorreu um crescente aumento nos casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes no país, principalmente no âmbito

doméstico e familiar.” (PIMENTEL, et al., 2021, p. 192-193). Em adição, Tonatto e Moraes (2021) problematizam que as mulheres se encontram “Isoladas fisicamente de redes de proteção e com o sistema de saúde saturado, novas medidas precisaram ser pensadas para acolhê-las na atual situação.” (TONATTO; MORAES, 2021, p. 685).

No isolamento social necessário a evitar o contágio generalizado pelo coronavírus, as mulheres foram submetidas ao regime de trabalho remoto, portanto, tiveram suas relações de trabalho reconfiguradas. Somadas às suas obrigações profissionais para manter seus empregos e sustento, agregou-se o cuidado com os filhos, em razão da decorrente suspensão das aulas.

Parte da população mundial, nesse momento de enfrentamento, encontra-se em casa e, o que seria um ambiente de seguro, se apresenta como um ambiente propício para ocorrência de violência contra a mulher, visto que a maioria dos casos registrados de violência à população feminina ocorrem dentro de casa e é causado principalmente por seu parceiro ou por pessoas conhecidas (VIEIRA, et al., 2021, p. 4).

No isolamento social pandêmico, as mulheres passam a ficar em tempo integral no convívio com seus agressores e assim submetidas aos atos de violência praticados pelos seus parceiros íntimos, seja ela física, sexual ou psicológica, ou de outra natureza. Nesse contexto, a perda de empregos decorrente da crise instaurada afeta principalmente as mulheres. Na conjuntura socioeconômica decorrente, a violência doméstica atua atingindo as mulheres de forma agravada, pois são elas os sujeitos sociais mais ligados à informalidade no trabalho, o que as torna um grupo economicamente vulnerável. De todo modo, “A crise econômica subjacente e as perdas do emprego e da renda são condições que aumentam o *stress* no ambiente doméstico e são reconhecidos fatores de risco para situações de violência.” (PINTO, et al., 2021, p. 231).

A situação preocupa autoridades e organismos internacionais, tanto que no dia 30 de março de 2020, nos primeiros momentos críticos da pandemia, a diretora executiva adjunta das mulheres na Organização das Nações Unidas (ONU), Anita Bathia, recomenda cinco atos essenciais que deveriam ser adotados pelos governos

para minimizar os impactos da pandemia sobre as mulheres¹. Antes de anunciá-las, Bathia adverte que, “[...] as preocupações de gênero ainda não estão moldando as decisões que os homens líderes estão tomando.” (BATHIA, 2020) como deveriam. A secretária pontua que

a crise está afetando a saúde e a segurança das mulheres. [...] A disponibilidade de contracepção e serviços para outras necessidades pode ser interrompida. A segurança pessoal das mulheres também está em risco. As mesmas condições necessárias para combater a doença – isolamento, distanciamento social, restrições à liberdade de movimento – são, perversamente, as mesmas condições que alimentam as mãos de agressores que agora encontram circunstâncias sancionadas pelo Estado sob medida para desencadear abusos (BATHIA, 2020, s/p).

Exposta essa constatação, Bathia recomenda as cinco ações que deveriam ser prioridade dos governos, para apoiar as mulheres em vulnerabilidade ou minimizar o problema da violência contra elas: a) a garantia de assistência básica de saúde, apoio e proteção às mulheres enfermeiras e médicas que atuam na linha de frente da pandemia; b) a implementação de medidas de proteção social às mulheres em vulnerabilidade econômica, com vistas à implantação de medidas que assegurem empregos e renda; c) a inclusão das mulheres em tomadas de decisão que envolvem a busca de solução para problemas ligados ao contexto da pandemia; d) garantia de oferta de linhas diretas e serviços para todas as vítimas de abuso doméstico como serviços essenciais mantidos abertos; e) aplicação da lei sensibilizada à necessidade de responder às demandas e às chamadas das vítimas. Nota-se que a preocupação da secretária envolve não só o incentivo à denúncia, mas, em primeiro plano, o investimento em ações de proteção. Por isso, ela recomenda aos governantes:

Siga o exemplo de Quebec e Ontário, que incluíram abrigos para mulheres sobreviventes na lista de serviços essenciais. Isso garantirá que a pandemia não leve inadvertidamente a mais traumas, ferimentos e mortes durante o período de quarentena, dada a alta proporção de

¹ O texto “Mulheres e COVID-19: cinco coisas que os governos podem fazer agora” está disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-covid-19-cinco-coisas-que-os-governos-podem-fazer-agora/>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

mortes violentas de mulheres perpetradas por parceiros íntimos (BATHIA, 2020, s/p).

No dia 07 de abril de 2020, Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e vice-secretária geral das Nações Unidas, reforça as recomendações organizadas por Bathia e problematiza:

O confinamento está promovendo tensão e tem criado pressão pelas preocupações com segurança, saúde e dinheiro. E está aumentando o isolamento das mulheres com parceiros violentos, separando-as das pessoas e dos recursos que podem melhor ajudá-las. É uma tempestade perfeita para controlar o comportamento violento a portas fechadas. [...] Mesmo antes da existência da Covid-19, a violência doméstica já era uma das maiores violações dos direitos humanos. Nos 12 meses anteriores, 243 milhões de mulheres e meninas (de 15 a 49 anos) em todo o mundo foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo. À medida que a pandemia da Covid-19 continua, é provável que esse número cresça com múltiplos impactos no bem-estar das mulheres, em sua saúde sexual e reprodutiva, em sua saúde mental e em sua capacidade de participar e liderar a recuperação de nossas sociedades e economia² (MLAMBO-NGCUKA, 2020, s/p).

Mlambo-Ngcuka (2020) chama atenção para o fato de que a maior parte das mulheres que formalizavam denúncias antes da pandemia já enfrentavam inúmeros fatores preponderantes na hora de romper o silêncio da violência doméstica, como: dependência financeira, vergonha, maternidade, medo da morte, questões legais, religiosas, exclusão da comunidade, dentre outras. Portanto, para ela, a pandemia favorece a invisibilidade crescente do problema da violência contra as mulheres.

A advertência da diretora executiva da ONU mulheres ratifica o que problematizam Parente, Nascimento e Vieira (2009), para quem, historicamente, a parte mais difícil de uma denúncia não é realizá-la, e, sim, mantê-la. A retirada das queixas é uma das maiores reações das vítimas brasileiras, por exemplo, pois estas têm

[...] medo da reação do companheiro e a possibilidade de ele agredi-la, abandoná-la ou mesmo matá-la; o medo de perder a guarda dos filhos, de perder sua casa e ficar sem nada. O medo de não se reconhecer como mulher capaz de desenvolver mecanismos de enfrentamento e superação da violência vivida (PARENTE; NASCIMENO; VIEIRA, 2009, p. 462-463).

² <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

Os medos mencionados se constituem nas vivências e nos inúmeros fatores que corroboram a sua força como fator de impedimento à realização de denúncias contra violência doméstica. Entre esses fatores preponderantes, estão, por exemplo, as tradições religiosas, que pregam pensamentos e práticas que inferiorizam a mulher na sociedade ao longo dos tempos. Conforme esclarece Muraro (1992), o “[...] mito judaico-cristão, que é a base da nossa civilização atual.” (MURARO, 1992, p.70), é um forte fator que sustenta a opressão das mulheres. Desde a representação feminina configurada em Eva, a mulher é constituída como pecadora, interpretação que ajudou a lhe forjar o papel de submissa ao homem e de mera procriadora. Na própria Bíblia, livro sagrado do cristianismo, são compartilhadas valorações, que, aplicadas a contextos de milhares de anos atrás, perduram divulgadas como incontestáveis e aplicáveis aos contextos atuais, como verdades próprias a uma sociedade que se organiza sob uma ordem patriarcal. Desde o mito de Gêneses, compreendermos que as assimetrias entre homens e mulheres subsidiam as relações de poder e dominação.

Mas o machismo não se apresenta de forma dogmática apenas na Bíblia. Em livros sagrados de outros matizes religiosos, como o alcorão, isso também ocorre. Na Bíblia, em específico, encontramos, na carta Timóteo aos Efésios, a célebre sustentação de relações de poder que instituem o homem como dominador da mulher no relacionamento conjugal: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos.” (BÍBLIA, 2008, p. 1900).

Toda a problemática gerada, a partir da disseminação de valores como os expostos, ajudam a constituir o fenômeno da violência doméstica contra a mulher e instaura um estado absolutamente preocupante para toda a sociedade, pois a maioria das mulheres agredidas necessita de recursos como: assistência médica, psicológica, jurídica, financeira, “[...] cabendo ao Estado adotar iniciativas para conter esse aumento e proporcionar segurança às vítimas.” (AZEVEDO, 2021 p. 117). O enfrentamento da violência contra as mulheres depende de vários serviços de diferentes áreas, objetivando um cuidado geral à vítima que necessita de uma construção e resgate de trabalhos em prol da saúde e da dignidade, com o intuito de combater a anulação das mulheres.

Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro para combate à violência doméstica na pandemia foi incentivar denúncias pelo Ligue 180. Algumas cidades investiram na apresentação de “[...] cartilhas de conscientização e oportunidade para a realização de boletim de ocorrência online [...]” (SOUZA; SILVA; AMARAL, 2021, p. 96). Essas medidas contribuem para que as vítimas possam pedir ajuda durante o isolamento social, embora não assegurem sua proteção. Como Vieira, et al. (2021) advertem, “[...] pode-se observar um crescente aumento de casos que chegam a escapar das estatísticas, pois a vítima é mantida refém, o que faz o número de boletins de ocorrências cair drasticamente, o que não condiz com a realidade das agressões do país.” (VIEIRA, et al., 2021, p. 4).

Mainart e Silva (2021) corroboram a afirmação de que a agravante situação das mulheres distantes do convívio coletivo e de diálogo torna difícil a identificação da violência doméstica no contexto da pandemia, fragilizando as redes de apoio às vítimas de violência, tornando inviáveis a denúncia e os serviços de assistência social e médica. Salienta-se que a violência “[...] se expressa também pelo controle físico e psicológico exercido pelo agressor, que impede a vítima de procurar ajuda.” (MAINART; SILVA, 2021, p. 143).

Para intensificar o combate contra a violência doméstica no período pandêmico da Covid-19, foi criada a Lei 14.022/2020. Santos (2021) afirma que essa legislação “[...] prevê que o registro dos casos de violência doméstica e familiar contra esse grupo de pessoas pode ser feito por meio eletrônico ou por telefone de emergência disponibilizado para esse fim pelos órgãos de segurança pública.” (SANTOS, 2021, p. 15). Mediante essa grave situação Santos (2021) problematiza que

[...] a nova lei estipula que as agências que ajudam as vítimas de violência doméstica devem operar continuamente em todo o país. Ademais, o suporte on-line deve garantir que as reclamações possam ser feitas por computador ou telefone celular. As autoridades poderão valer-se de medidas protetivas de forma on-line nos casos em que se fizer necessário o afastamento imediato do agressor do lar ou de outro local em que convive com a vítima (SANTOS, 2021, p. 15).

Por conta do convívio forçado em situação de isolamento social, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos criou campanhas *online* que focam o incentivo à denúncia de violência doméstica pelo Ligue 180, tanto pelas próprias vítimas quanto por vizinhos e familiares, podendo-se, ainda, realizar a denúncia via

aplicativo dos Direitos Humanos do Brasil ou no próprio site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) (SOUZA; SILVA; AMARAL, 2021).

Os estados e capitais brasileiras produziram uma série de ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto pandêmico. Essas ações mostram um esforço para localizar o atendimento das mulheres em situação de violência, visto que

[...] dentre os fatores que contribuíram para o aumento do percentual registrado, encontram-se a falta de acesso aos meios de denúncia, os quais ficaram severamente comprometidos pela situação atual, a precariedade das medidas de proteção e prevenção da violência doméstica e familiar, e a desigualdade social e econômica, uma vez que os estados com menor desigualdade também obtiveram menor percentual de registro (PIMENTEL, et al., 2021, p. 205).

Santos (2021) afirma que o Brasil está passando pela maior crise de saúde pública deste século, causada pela Covid-19. Mesmo com todos os impedimentos à denúncia, já nas primeiras semanas de isolamento social, ficou clara a relação entre a quarentena e a violência intrafamiliar, com o aumento exponencial das ocorrências policiais e das denúncias. Assim, “Em virtude dessa constatação, o atendimento às vítimas passou a ser considerado serviço essencial e não será interrompido enquanto permanecer o estado de calamidade pública ocasionado pela Covid-19.” (SANTOS, 2021, p. 16).

Alguns países levaram a sério as medidas recomendadas pela ONU para o combate à violência doméstica no contexto pandêmico. Espanha, Itália e França, por exemplo, “[...] transformaram quartos de hotéis em abrigos temporários para mulheres em situação de violência.” (SOUZA; SILVA; AMARAL, 2021, p. 96). Medidas como a citada não foram adotadas pelo Brasil, apesar da importância evidente. Nesse caso, as ações no país restringiram-se ao aperfeiçoamento e incentivo ao uso de serviços de atendimento *online* e cartilhas de conscientização.

Essas medidas adotadas pelo Brasil podem ser consideradas paliativas, se considerarmos que o país necessita efetivamente proteger as mulheres contra à violência, mas “[...] terá que ter altos investimentos em políticas públicas, atribuindo a necessária prioridade às questões de gênero.” (SANTOS, 2021, p. 17). Azevedo (2021) ressalta que tal ação não deve se limitar ao período de pandêmico, pois é necessário que todos os órgãos, instituições e organizações se unam para combater

a violência doméstica contra a mulher também no cenário pós-pandemia. Sendo assim, a sociedade em geral e as instituições públicas têm o dever de engajar-se na luta pela proteção das mulheres, “[...] através de educação e diálogo, mas sobretudo, de uma postura estatal responsável, que encare a violência de gênero como um problema de saúde pública, com a seriedade que o cenário alarmante do Brasil exige.” (MAINART; SILVA, 2021, p. 147). As medidas de incentivo à denúncia constituem-se ineficientes e insuficientes quando, na prática, as mulheres não podem denunciar, porque não se sentem seguras e não encontram redes de proteção suficientes.

2.2.2 O ligue 180: dados recentes

O ligue 180 é o mais popular entre os canais de denúncia à violência contra a mulher instituídos no Brasil. É um serviço de denúncia formal, de utilidade pública, gratuito e confidencial. O número único, inicialmente ofertado pela Secretaria Nacional de políticas para as mulheres, registra denúncias de violações contra mulheres, oferecendo atendimento confidencial e qualificado, com acolhimento da vítima por uma equipe treinada, que encaminha o conteúdo dos relatos a instâncias competentes e confere o andamento.

A central de atendimento à mulher, Ligue 180, entrou em vigor pela Lei 10.714, na data do dia 13 de agosto de 2003. O serviço tem abrangência nacional e internacional e funciona gratuitamente 24 horas por dia. As brasileiras que são residentes no exterior podem contar com o apoio do Ligue 180, disponível em mais de 16 países. A central pode ser acessada em português, inglês ou espanhol em países como Portugal, Espanha, Itália, Argentina, Bélgica, EUA, França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Suíça, Uruguai e Venezuela (BRASIL, 2019).

O Ligue 180 possui capacidade de envio das denúncias para a segurança pública, com cópia para o Ministério Público de cada Estado, e conta com apoio financeiro do programa Mulher Viver sem Violência, que registra e encaminha as denúncias aos órgãos competentes como reclamações, sugestões e elogios sobre seu funcionamento e serviços de atendimento, fornece informações sobre os direitos das mulheres, locais de atendimento mais próximos e apropriados para cada caso. Por meio do Ligue 180, é possível também esclarecer dúvidas sobre a aplicação da

Lei n.11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que prevê pena para cinco tipos de violência: a moral, a psicológica, a patrimonial, a física e a sexual.

A cada três minutos e trinta segundos o Ligue 180 recebe uma denúncia de violência contra a mulher, a maioria sendo violência física, psicológica e sexual. O serviço está disponível somente para o sistema operacional androide. Quando a pessoa abre o aplicativo se depara com uma tela de disfarce com uma frase motivacional, que serve para despistar o agressor caso ele esteja por perto da vítima. A usuária agredida pode saber qual atitude tomar, pois o aplicativo lista os tipos de violência como: lesão corporal, estupro, calúnia, assédio sexual e racismo.

Em 2019, o balanço anual dos registros ligados ao Ligue 180 apresentou um total de 1.314.113 atendimentos telefônicos, assim distinguidos: 6,5% tratando de registros denúncias, 47,91% tratando de solicitação de informações acerca de rede de proteção e direitos das mulheres; e 45,59% analisado sobre registros de manifestações, como elogios, sugestões, reclamações ou trotes. Dados do mesmo balanço informam que o canal chegou ao conhecimento dos denunciantes da seguinte forma: 33,96% pela televisão; 16,55% pela internet; 9,85% por amigos e familiares; 3,37% por cartaz, rádio e folder, que 19,42% relatam o conhecimento através de outros canais, 12,59% não informaram como conheceram. Quanto às formas mais recorrentes violência contra as mulheres relatadas no balanço, temos os seguintes registros: violência doméstica (78,96%); tentativa de feminicídio (4,35%); violência moral (4,08%); ameaça (3,81%) (BRASIL, 2019). Os altos índices disponibilizados no balanço de 2019 do Ligue 180 mostram que a violência física é subdividida em: lesão corporal grave, lesão corporal gravíssima e lesão corporal leve, o que nos revela a multidimensionalidade das violações. Elas possuem intensidades diferentes e podem acontecer de forma mútua.

Quanto à faixa etária e o perfil de mulheres que sofreram violência doméstica e denunciaram em 2019, a maior parte tem idade entre 25 e 30 anos, declaradas pardas e a relação com o suspeito da vítima discrimina-se da seguinte forma: 33,15% companheiros; 17,94% ex-companheiros; 12,13% cônjuge.

Em 2020, o balanço do Ligue 180, apresenta-se dividido em dois semestres. E ainda não há relatório disponível com análise dos dados.

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

3.1 A pesquisa interdisciplinar

Nesta subseção, apresentamos alguns pressupostos metodológicos da pesquisa interdisciplinar, seu significado diante as concepções e metodologias científicas, a destacar os embates e as exigências socioculturais que perpassam os períodos da ciência moderna e contemporânea, o que coloca a pesquisa interdisciplinar como capaz de questionar a ciência inspirada na filosofia cartesiana, disciplinar, que se desenvolve em torno dos valores da neutralidade, da objetividade, da simplificação e da exatidão.

Segundo Bicudo (2008), a interdisciplinaridade busca a intersecção entre duas ou mais disciplinas, permitindo a elaboração de uma visão mais ampla a respeito da temática abordada. Sendo assim, subsidia-se não no princípio de criação de novas disciplinas, mas no de construção de pontes entre disciplinas, para que, a partir da intersecção produtiva, elabore-se uma visão mais ampla acerca de temáticas complexas abordadas.

A perspectiva interdisciplinar, assim, contrapõe-se à ciência disciplinar cartesiana impulsionada pelo movimento intelectual suscitado pelo pensamento filosófico de René Descartes. O nome de Descartes é associado ao nascimento da ciência moderna. O filósofo e seus seguidores, chamados no século XVII de novos filósofos, opõem-se drasticamente à filosofia escolástica tradicional que pretendia explicar o mundo natural em termos de qualidade reais. Como maior representante do racionalismo clássico, Descartes acreditava que o racionalismo era a única via segura a partir da qual o conhecimento do mundo podia ser obtido, para se alcançar de uma verdade absoluta incontestável. De acordo com o pensamento cartesiano, era necessário primeiramente duvidar de todo o conhecimento acumulado anteriormente sobre o assunto. A razão cartesiana foi claramente respaldada pelo grande número de obras, teorias e concepções desenvolvidas no âmbito das ciências da natureza, em subáreas do conhecimento como a matemática, a física, a astrologia. Assim, as concepções do pensamento cartesiano foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma noção bastante rígida de razão.

A ciência moderna, nesse aspecto, assume o corte entre conhecimento do cotidiano, ou senso comum, e o conhecimento científico. A objetividade traz consigo os valores tanto do significado do que é externo ao sujeito como da exatidão. Nesse sentido, a neutralidade decorre da compreensão objetiva. A ciência moderna, assim, visa que o cientista seja um observador imparcial dos objetos observados, à parte de crenças, estado de ânimos, experiências individuais, ideologias (BICUDO, 2008).

O rigor, a neutralidade e a objetividade caminham juntos e sustentam a razão da ciência moderna, valores estes que foram apreendidos pelas Ciências Humanas. Com o tempo, esses valores começaram a ser contestados no século XX, quando novas descobertas no campo das Ciências Humanas e da linguagem colocaram a razão cartesiana em xeque. Assim, a própria natureza diferencial das Ciências Humanas em relação às exatas é destacada. Como preconiza o próprio Círculo de Bakhtin em seu pensamento filosófico dialógico, a metodologia nas Ciências Humanas e da linguagem tem o texto como ponto de partida e de chegada (BAKHTIN, 2011) para compreender os sujeitos e as relações sociais.

Por decorrência, no ínterim do próprio desenvolvimento do pensamento científico, o enfoque disciplinar passou a ser problematizado, por não considerar as conexões solicitadas pelo problema ou pela pergunta de investigação, muitas vezes, permeadas pela complexidade que envolve os temas nas Ciências Humanas. A proposta da pesquisa interdisciplinar, assim, vem romper com os padrões tradicionais em que a prioridade era a construção fragmentada do conhecimento, com base na racionalidade, regida pelos valores da objetividade, da exatidão e da neutralidade da ciência moderna (FAZENDA, 2008).

A interdisciplinaridade faz corresponder resultados diante de um objeto investigado, mescla métodos ao avançar e terminar por identificar outros objetos de estudo. Nesse sentido, a orientação da pesquisa interdisciplinar é produtiva à abordagem de temas complexos no mundo contemporâneo. A atualidade nos mostra um mundo com uma complexidade diversa, que solicita recursos e procedimentos que ultrapassem os limites da ciência disciplinar.

Edgar Morin (1998), em sua Teoria da Complexidade, ou pensamento complexo, problematiza que o avanço tecnológico trouxe inúmeras desigualdades e esgotamento de recursos ambientais e pobreza. Nesse sentido, é necessário

modificar o paradigma da simplicidade, para compreender problemas da vida social, a fim de romper com o pensamento fragmentado. Para Morin (1998):

o pensamento complexo tenta ter em linha de conta aquilo de que se desembaraçam, excluindo, os tipos mutiladores de pensamento a que chamo simplificadores e, portanto, ela luta não contra o incompleto, mas sim contra a mutilação. Assim, por exemplo, se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser bio-sociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza (MORIN, 1998, p. 138).

A considerar a complexidade como característica da pesquisa interdisciplinar, o que se busca a partir dessa orientação metodológica é uma postura diferente daquela inerente à ciência disciplinar, postura que avança a uma visão do todo enquanto unidade de articulações possíveis e dinâmicas e não do todo a partir de partes separadas. Nesse enfoque, considera-se, ainda, a concepção de intersubjetividade, a por em foco a interação eu-mundo-outro (BICUDO, 2008).

Nesse sentido, a pesquisa interdisciplinar deve partir da necessidade sentida de explicar, compreender, intervir, mudar, prever algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais um olhar ou talvez de vários, como aqui abordamos o tema da violência doméstica contra a mulher e as ações governamentais voltadas a seu combate, a partir de anúncios de propaganda governamental de incentivo às denúncias pelo ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19.

As perguntas empregadas em pesquisas de caráter interdisciplinar são: por que, a partir do que e de que modo, como? Em termos amplos, podemos pensar o porquê a partir da complexidade do mundo atual e da tensão sempre presente entre as disciplinas, no que diz respeito aos seus limites, objetos e métodos (Bicudo, 2008).

Segundo D' Ambrosio (2004), a prática da interdisciplinaridade é interessante e necessária perante a tensão que se acumula entre as disciplinas acabando por criar outros campos de investigação. Para uma investigação interdisciplinar é preciso ter um tema como norte de investigação, um tema suficientemente abrangente, cujas abordagens não cabem nos limites de uma disciplina, forçando seus limites e não se adequando aos seus métodos. De todo modo, o rigor inerente aos procedimentos científicos deve ser observado, de maneira que os pesquisadores não divergem indevidamente sem um estudo cauteloso efetuado com o apoio de pesquisas de disciplinas interligadas.

Assim, a prática interdisciplinar não caminha, especificamente, na direção de que sejam criadas novas disciplinas, mas deve procurar, no confronto da lógica disciplinar, compreender os temas a partir da complexidade.

E nesse sentido que, nesta dissertação, procuramos compreender tema da violência doméstica contra a mulher, não apenas enquanto fenômeno concreto, sincrônico, mas como um problema social e histórico arraigado à cultura, à ideologia, aos embates, lutas por igualdade, que se constroem em meio a tensões, diferentes concepções. Partimos dessa compreensão geral, para analisar e problematizar como e com base em quais valores e ideologias o governo federal incentiva a denúncia à violência pelo ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19.

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar por duas razões centrais: a) o delineamento geral da pesquisa é feito com base em aportes interdisciplinares, especialmente no que se refere à compreensão da história das lutas feministas e do tema da violência doméstica contra a mulher, juntamente como sua intensificação no contexto da pandemia da covid-19. Essa compreensão socio-histórica ampla e imediata do tema da violência doméstica ilumina a análise de como se dá sua apreensão e manifestação nos anúncios de propaganda governamental de combate à violência doméstica contra a mulher pelo incentivo ao ligue 180, eleitos como unidades de análise nesta dissertação.

3.2 A pesquisa qualitativa e interpretativa do tipo documental

A pesquisa qualitativa não tem foco na utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Assim, visa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais

amplos, por meio da análise de experiências individuais ou de grupos, exame de interações e comunicações, investigação de documentos ou traços semelhantes de experiências e integrações (FLICK, 2009).

Os estudos que empregam metodologia qualitativa preocupam-se em descrever a complexidade de determinado problema. Assim, as técnicas qualitativas focam a experiência de sujeitos e seu respectivo significado em relação a eventos, processos e estruturas inseridos em cenários sociais, de modo que podem se coadunar aos paradigmas da pesquisa interdisciplinar, cuja complexidade é inerente, como já defendemos.

A metodologia qualitativa perpassa disciplinas, campos e temas (DENZIN; LINCOLN, 2006) e caracteriza-se por ser “[...] interpretativa, baseada em experiências, situacional e humanística.” (STAKE, 2011, p. 41). Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, o que nos leva a problematizar a realidade representada em anúncios de propaganda governamental de incentivo ao ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19. Desse modo, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2001, p. 21). Nesse sentido, a natureza da pesquisa qualitativa se efetiva nesta pesquisa, à medida que, a partir de uma abordagem interdisciplinar, tanto revisitamos o tema da violência doméstica, como analisamos e problematizamos suas formas de combate em materialidades verbo-visuais com a ajuda de uma perspectiva definida, como aqui é eleita a perspectiva sociológica e dialógica de linguagem do Círculo russo de Bakhtin. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa e interpretativa é bastante apropriada à abordagem de temas da vida social. Assim, afirma o autor:

Apesar dos muitos enfoques existentes à pesquisa qualitativa, é possível identificar algumas características comuns. Esse tipo de pesquisa visa a abordar o mundo “Lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes (FLICK, 2009, p. 8).

Flick (2009) afirma que, para analisar experiências dos indivíduos e de grupos, deve-se observar suas práticas diárias e comunicações, relacionadas à história vivida ou às práticas de seus cotidianos. Assim, é comum que as pesquisas qualitativas e interpretativas busquem entender como os indivíduos constroem o mundo à sua volta, a partir de diferentes abordagens que trazem formas e sentidos, e podem ser analisadas a partir de diferentes métodos qualitativos que permitem interpretar modelos, teorias, vivências, que contribuem para explicar questões sociais (FLICK, 2009, p. 9). Günther (2006), por sua vez, ao recuperar discussões de Flick, Von Kardorff e Steinke (2000), apresenta quatro premissas anunciadas pelos autores para a pesquisa qualitativa:

a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições “*objetivas*” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa (GÜNTHER, 2006, p. 202).

A autora também menciona treze alicerces da pesquisa qualitativa, de acordo com Mayring (2002) e ao juntá-los com os já apresentados por Flick, Von Kardorff e Steinke (2000), chega à discussão de cinco grupos de atributos da pesquisa qualitativa, a saber: “[...] a) características gerais; b) coleta de dados; c) objeto de estudo; d) interpretação dos resultados; e) generalização.” (GÜNTHER, 2006, p. 202).

Sobre as características gerais, a autora destaca que a pesquisa qualitativa prima pela compreensão como princípio do conhecimento, que estuda relações complexas e não as explica por meio de isolamento de variáveis. A pesquisa qualitativa, ainda, incide sobre o processo de construção da realidade, a descoberta e construção de teorias. Assim, é um fazer científico baseado em textos que são interpretados a partir de diferentes técnicas ou procedimentos analíticos situados por orientações teórico-metodológicas.

Sobre os objetos de estudo, “[...] a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é visto na sua *historicidade*.” (GÜNTHER, 2006, p. 202), com foco em um problema, como é o caso desta dissertação, na qual buscamos compreender o tema da violência contra a mulher e como o governo lida com esse problema em contexto específico. Já no que diz respeito à interpretação dos resultados, a contextualidade é

vista como fio condutor de qualquer análise e implica num processo de reflexão contínua e numa interação dinâmica entre o pesquisador e seu objeto de estudo.

A participação e engajamento são fundantes e “A linguagem é sempre expressão e comunicação do percebido, compreendido, articulado por sujeitos historicamente situados.” (BICUDO, 2005, p. 24). A expressão e a linguagem são consideradas instrumentos da pesquisa qualitativa, carregando significados de convivências, ações, cultura, história e trajetória de um povo. Bicudo (2005) considera esses aspectos necessários na investigação de cunho qualitativo, pois auxiliam a entender seus aspectos amplos e epistemológicos:

Sendo a realidade criada/construída por sujeitos engajados e participantes de contextos históricos, estando esses sujeitos sempre no movimento dessa criação e do que já está tradicionalmente presente ao mundo, tem-se que é impossível a investigação separada do mundo e de seu movimento, dos atos criadores e suas manifestações (BICUDO, 2005, p. 24).

No caso de nossa pesquisa, ela toma anúncios de propaganda governamental de incentivo ao ligue 180 e, a partir da historicidade e das condições de produção desses enunciados, analisa como se inserem na cadeia dos discursos sobre combate à violência doméstica contra a mulher e como validam representações axiológicas e ideológicas de mundo, de relações sociais e de sujeitos. Esses enunciados são analisados como documentos, porque são produções institucionais que representam atos governamentais, construídos à luz de posicionamentos políticos e ideológicos governamentais.

Na pesquisa qualitativa, para Günther (2006, p. 205), “Além de procedimentos tradicionais de leitura e resumo de ideias, é possível extrair e sumarizar resultados por meio de meta-análise.”. No caso de nossa pesquisa, os enunciados, em seu valor documental, são tomados como unidades de análise aportada na teoria dialógica do Círculo de Bakhtin, que ajuda a compreender como os discursos se constituem no meio social, a partir de compartilhamentos axiológicos.

Segundo Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nessa concepção, é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

A depender da natureza dos documentos, existem as mais diferentes maneiras de analisá-los, desde relatos verbais e respostas a perguntas de pesquisadores, até segmentos de texto selecionados como “sujeitos” entre um corpo linguístico grande, por meio de procedimentos de amostragem (Günther, 2006), como ocorre nesta dissertação, ao extrairmos dois enunciados do universo dos discursos governamentais sobre violência contra a mulher, que incentivam ao uso do ligue 180 e os quais elegermos como unidades de análise.

Realiza-se, nesta pesquisa, portanto, o formato qualitativo, interpretativo e documental, a partir de uma abordagem interdisciplinar, com análise guiada pelas orientações do pressupostos teórico-metodológicos da concepção sociológica e dialógico-enunciativa preconizadas pelo Círculo russo de Bakhtin.

3.2.1 Universo e unidades de análise

No Brasil, as discussões sobre os problemas e soluções que envolvem o papel social da mulher e o fomento de políticas de reparação de injustiças, combate à violência, políticas de assistência social e outras, tornaram-se oficialmente mais fortes desde a criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 17 de abril de 1997, pelo então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No governo da presidenta Dilma Rousseff, formou-se o denominado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Assim, o MMIRDH foi criado no dia 2 de outubro de 2015, a promover a fusão das Secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criada em janeiro de 2003 e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em de março de 2003 e de Direitos Humanos da Presidência da República, em de abril de 1997 (BRASIL, 2021). A Medida Provisória n.º 696, que criou o MMIRDH, aguardou aprovação pelo Senado Federal até fevereiro de 2016. No mesmo ano de 2016, o Ministério foi dissolvido com a posse de Michel Temer, sendo recriado como ministério em 2017 pelo mesmo, desta vez sob o nome de Ministério dos Direitos Humanos.

No governo do presidente Jair Bolsonaro, a pasta foi atualizada pela lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que institui Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Conforme se dispõe no sítio Institucional do referido ministério, trata-se de um órgão “[...] responsável pela articulação interministerial e intersetorial

das políticas de promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil.” (BRASIL, 2021). De acordo com o disposto na lei nº 13.844, em seu Artigo 43:

Art. 43. Constituem áreas de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

I - políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos:

- a) da mulher;
- b) da família;
- c) da criança e do adolescente;
- d) da juventude;
- e) do idoso;
- f) da pessoa com deficiência;
- g) da população negra;
- h) das minorias étnicas e sociais;

II - articulação de iniciativas e apoio a projetos destinados à proteção e à promoção dos direitos humanos, com respeito aos fundamentos constitucionais do Estado de Direito;

III - exercício da função de ouvidoria nacional em assuntos relativos aos direitos humanos;

IV - políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade; e

V - combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância (BRASIL, 2019).

Conforme se depreende dos incisos II, III, IV e V do Artigo 43, principalmente o que se preconiza no inciso V, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) combater todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância, incluindo-se nesses grupos, o das mulheres. Dessa forma, está à responsabilidade do referido Ministério, tanto implementar políticas de proteção quanto anunciá-las e divulgá-las à população na forma de publicidade/propaganda institucional.

Dentre as inúmeras formas de publicização/propagação de discursos governamentais sobre os temas de responsabilidade do MMFDH, estão as campanhas governamentais de combate à violência doméstica e dentro delas os anúncios. É desse universo dos discursos governamentais, que extraímos para análise, nesta dissertação, dois anúncios de propaganda governamental de combate à violência doméstica contra a mulher e incentivo ao ligue 180³, produzidos pelo

³ O ligue 180 é um canal criado pela lei 10.714, de agosto de 2003, que registra denúncias de violações de direitos das mulheres e encaminha os relatos aos órgãos competentes.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em parceria com outras instituições, no período correspondente ao contexto da pandemia da covid-19.

O primeiro deles, produzido em parceria com o ministério da cidadania, foi apresentado ao público pela própria ministra do MMFDH, Damares Alves, no dia 15 de maio de 2020, data em que se comemora internacionalmente o dia da família. Na referida data, o governo Federal opta por lançar campanha pública de combate à violência doméstica, intitulada: “Denuncie a violência doméstica: para algumas famílias, o isolamento está sendo ainda mais difícil”. A campanha aborda não somente a violência contra a mulher, mas também contra idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Nesse ínterim, apresentam-se vários anúncios de propaganda governamental componentes da campanha, entre os quais está o de combate à violência doméstica contra a mulher e de incentivo às denúncias pelo ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19:

Figura 1 – Anúncio de propaganda governamental de denúncia à violência contra a mulher 2020



Fonte: Brasil (2022)

O segundo anúncio compõe a campanha do Governo Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para combate à violência contra a mulher em todo o país. A campanha lançada no dia 07 de março de 2021, organiza-se em torno do tema: “O amor não causa dor, não causa medo, não deixa trauma ou dívidas, conforme se apresenta na Figura 2:

2021 **Figura 2** - Anúncio de propaganda governamental de denúncia à violência contra a mulher



Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/governo-federal-e-cnjlancam-campanha-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>

Ambos os anúncios serão apresentados novamente no capítulo da análise.

3.3 O pensamento filosófico dialógico e os pressupostos teórico-metodológicos fundantes da análise em perspectiva dialógica

Conforme discute Faraco (2009), na visão metodológica de Bakhtin (2011[1979]), as Ciências Humanas “[...] se materializam por gestos interpretativos, por contínua atribuição de sentidos [...] e não por gestos matematizadores.” (FARACO, 2009, p. 41). Desse modo, problematizam o mundo da cultura, das subjetividades, do que é externo e interno aos sujeitos, das experiências vividas em conjunto e seus significados na vida social. Nesse sentido, os estudos da linguagem estão inseridos nas Ciências Humanas, que “[...] tratam da *criação ideológica* [...]” (FARACO, 2009, p. 41, grifos do autor) e buscam compreender como ela se manifesta nos enunciados.

Nas Ciências Humanas, há aquele que analisa e o que é analisado. Os conjuntos de signos, produtos de sujeitos sócio-históricos, culturais e ideológicos datados se materializa nos enunciados, para dizer dos embates e tensões que se estabelecem entre as ideologias institucionalizadas e as ideologias cotidianas.

Na visão de Bakhtin (2011[1979], p. 319), “O texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina das Ciências Humanas.”. As diferentes disciplinas das ciências humanas e da linguagem ancoram-se nos textos e “[...] perambulam em diferentes direções, agarram pedaços heterogêneos da natureza, da

vida social, do psiquismo, da história, e os unificam por vínculos causais, [...], misturam constatações com juízos de valor.” (BAKHTIN (2011[1979], p. 319).

Por decorrência, o que se investiga nesses textos são as imagens de mulheres, de homens, de sujeitos representados em suas práticas, a considerar os signos que os constituem e que, ao mesmo tempo, corroboram a constituição das consciências sociodeológicas dos sujeitos em interação pela mediação da linguagem. As Ciências Humanas e da linguagem, portanto, voltam-se aos textos não como artefatos mortos, mas a considerar todas as suas condições concretas de vida social, a considerá-los, portanto, como enunciados.

A considerar as condições de produção dos textos, estes ganham estatuto de enunciados. Não são, portanto, produtos fechados, mas têm seus sentidos entretecidos por relações dialógicas com outros enunciados já ditos, já publicados (BAKHTIN, 2011[1979]), ao mesmo tempo que são produzidos como projetos de agir social construídos com base no compartilhamento de valorações, ideologias. Essa “[...] compreensão aponta para o possível, porque é uma operação sobre o significado que sendo em grande parte efeito da interação, do encontro de cosmovisões e orientações axiológicas, envolve uma dimensão de pluralidade.” (FARACO, 2009, p. 43).

As Ciências Humanas estudam as coisas vivas e nelas se estuda “[...] o indivíduo enquanto ser que age socialmente e que entra em relações emotivo-volitivas com o mundo e com o outro.” (OLIVEIRA, 2017, p.80). Por isso, o “[...] objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*” (BAKHTIN, 2011, p. 395, grifos do autor). Esse ser expressivo se constitui na e pela linguagem nas suas práticas de interação discursiva que servem para mediar as relações sociais.

Conforme explica Oliveira (2017), as considerações do Círculo de Bakhtin sobre a natureza das pesquisas nas Ciências Humanas, implicam em uma nova concepção de língua(gem) e de sujeito. Para o Círculo, assim, o estudo da língua ultrapassa o estudo da estrutura abstrata, assim como a compreensão da formação da consciência humana ultrapassa qualquer tese subjetivista individualista, pois o homem é um ser social e sua reação verbalizada não é individual, visto a linguagem ser social, história e ideológica, assim como os sujeitos também são.

Com base em pressupostos como enunciados, a língua não funciona como “[...] *um sistema estável e imutável de formas linguísticas normativas e idênticas,*

encontrado previamente pela consciência individual e indiscutível para ela.” (VOLÓCHINOV (2018 [1929], p. 162, grifos do autor). Tampouco, as “[...] *leis linguísticas específicas não possuem nada em comum com os valores ideológicos* [...]”. (Idem). A palavra da língua, os signos não verbais são todos ideologicamente preenchidos.” (BAKHTIN, 2015 [1934-1935]).

Nesse sentido, para Bakhtin (2008 [1963]), é precioso avançar para além das proposições estruturais da linguística de sua época. Assim, ele faz a proposta de uma Metalinguística ou Translinguística, uma disciplina que se configura com o objetivo de avançar para além do plano linguístico, de modo a revestir a compreensão do discurso com uma dimensão extralinguística, tomando-se os enunciados como unidades de análise. Na Metalinguística, as relações dialógicas passam a importar substancialmente para a produção de sentidos. Com essa postura, conforme discute Oliveira (2017, p. 82),

Bakhtin reveste o objeto de estudo em uma dimensão extralinguística, na medida em que passa a se preocupar, *a priori*, com as relações semântico-valorativas existentes na língua concreta, já que a metalinguística permite o estudo das relações dialógicas que não existem entre as unidades da língua (OLIVEIRA, 2017, p. 82, grifos da autora).

Desse modo, tanto as dimensões extralinguísticas como as linguísticas, materiais são consideradas na análise dos enunciados. O que é extraverbal não influencia o enunciado de fora, mas reflete-se de modo vivo na materialidade (VOLÓCHINOV, 2013 [1926]), seja nos signos linguísticos, seja em imagens. E é “[...] na combinatória dessas duas dimensões, como uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens” (BRAIT, 2014, p. 22-23), que o Círculo de Bakhtin faz uma proposta metodológica sociológica para compreensão da linguagem em uso.

À luz dessa concepção sociológica de linguagem, Volóchinov (2018 [1929]) apresenta a proposta do método sociológico, para o estudo da língua na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. Essa proposta preconiza uma ordem, como se nota:

1) Formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológicas; 3) partindo disso, a revisão das formas da língua em sua concepção habitual (VOLÓCHINOV, 2018[1929], p. 2020).

A investigação da linguagem, nessa proposição sociológica e dialógica, considera as dimensões sociais e verbais para análise do enunciado, que por sua vez, se concretiza em um gênero mobilizador de discurso que lhe atribui valorações próprias, como forma de expressão da realidade (RODRIGUES, 2001, 2005). A primeira etapa do método sociológico, implica compreender o horizonte social do enunciado, “[...] aspirando à compreensão da esfera onde se produz, circula e se recebe (se interpreta) [...] e de seu cronotopo.” (ACOSTA-PEREIRA, 2016, s/p). Em adição, inclui ainda considerar a situação sócio-histórica, cultural e ideológica de sua produção, que inclui os interlocutores e seus horizontes apreciativos.

A segunda etapa do método envolve a compreensão dos gêneros do discurso que mobilizam o dizer. Nesse sentido, o gênero discursivo não deve ser compreendido a partir do plano de sua estrutura, mas “[...] de maneira a explicitar as inter-relações dialógicas e valorativas (entoativas, axiológicas) que o caracterizam enquanto possibilidade de compreender a vida, a sociedade, e a elas responder.” (BRAIT; PISTORI, 2012 p. 378). A compreensão da dimensão interna de um gênero discursivo não pode ocorrer apartada de sua dimensão social (RODRIGUES, 2001). Assim, “A análise do conteúdo temático do gênero do enunciado; seu estilo e suas projeções dialógico-estilístico-composicionais; sua arquitetura; entre outras instâncias enunciativo-discursivas” (ACOSTA-PEREIRA, 2016, s/p) se dá em função das relações sociais ali representadas.

Na última e terceira etapa do método sociológico são analisadas as “formas da língua em sua concepção habitual (VOLÓCHINOV, 2018[1929], p. 2020), no caso de materialidades verbo-visuais, também as semioses visuais mobilizadas. Assim, a partir da dimensão sociológica do enunciado, o pesquisador busca compreender os sentidos agenciados pelo uso de determinadas formas linguísticas, visuais, que servem ao compartilhamento de valorações e que ajudam a construir um

posicionamento sobre determinada temática da vida no enunciado concretizado em dado gênero discursivo (ACOSTA-PEREIRA, 2016).

O pesquisador [então,] ‘embrenha-se’ na projeção a partir da qual as formas da língua engendram “potenciais de sentido” e tornam-se, como explicam Bakhtin; Volochínov (2006[1929]), temático-valorativas. Em síntese, como explica Volochínov (1993, p. 246-247), sob a ótica sociológica, podemos entender que “a essência efetiva da linguagem está representada pelo elo social com a interação verbal (ACOSTA-PEREIRA, 2016, s/p).

A postura dialógica de investigação não se assenta no uso de categorias fixas de análise. Embora neste trabalho o norte seja compreender, em especial, as axiologias mobilizadas em enunciados do gênero anúncio de propaganda governamental, os conceitos teóricos mobilizados constituem-se como princípios dialógicos orientadores e não propriamente como categorias fixas de análise. Ao conceito de axiologias são precedentes outros a ele ligados e imbricados e que precisam ser compreendidos. A partir desse plano metodológico, portanto, anunciamos revisitação dos principais conceitos dialógicos imprescindíveis à compreensão das axiologias sociais na próxima seção.

4 DIALOGISMO, LÍNGUA(GEM) E RELAÇÕES SOCIAIS

O denominado Círculo de Bakhtin, partidário de uma filosofia de linguagem que põe em foco a relação entre sujeitos, linguagem, história, cultura e ideologia, concebe a interação discursiva como fenômeno que medeia as relações sociais (BRAIT, 2008). O Círculo construiu um vasto referencial teórico para defender uma perspectiva sociológica e dialógica de estudo da língua/discurso no contexto da episteme soviética, especialmente nas décadas de 20 e 30 do século 20, de modo que detém a autoria de “[...] escritos teórico-filosóficos, às vezes construídos a mais de duas mãos e, alguns, por meio de trocas de identidades sob pseudônimos, como forma de resistência à visão totalitária do stalinismo” (DE PAULA, 2013, p.243) vigente na antiga União Soviética, em contexto de profunda divisão ideológica, contexto este que afetou as políticas e práticas sociais de toda ordem, assim como as discursividades.

Tais interpretações continuam extremamente válidas às sociedades que atravessam fenômeno de divisão ideológica semelhante, como a sociedade brasileira no contexto atual, na qual subsistem diferentes orientações ideológicas que subsidiam a interpretação dos papéis sociais de grupos pertencentes à organização social, a legitimar assimetrias entre eles. Entre esses grupos, está o das mulheres, as quais têm sido agredidas e assassinadas no chão das vivências cotidianas, em especial no cronotopo doméstico.

Portanto, o objetivo desta seção é apresentar uma revisão sobre alguns conceitos discutidos pelo Círculo de Bakhtin e que se constituem balizas orientadoras da análise. Entre os principais, estão signo ideológico, ideologia, enunciado, gênero discursivo, conteúdo temático, construção composicional, estilo, axiologias sociais, que entre seus competentes tem os conceitos de avaliação social/valoração e entonação.

4.1 Signo ideológico e ideologia

O dialogismo, em suas amplas redes conceituais e teórico-metodológicas, toma a língua(gem), nas suas condições de comunicação viva, de interação

discursiva, como via à interpretação do funcionamento da ideologia e de sua relação com estruturas sociais (POLATO, 2017).

Para os autores do Círculo, a ideologia não reside isolada na consciência dos sujeitos, nem está fora dessa consciência, como um mundo de ideias isoladas às quais aderimos de forma inconsciente. A ideologia precisa da mediação da palavra, para que possa, a partir do movimento exterior – interior – exterior, permitir que os valores construídos no mundo social participem do discurso interior dos sujeitos situados, para voltarem revalorados ao social nos enunciados proferidos por eles e inseridos na cadeia dos discursos. Esses encerram o compartilhamento de valores para a defesa de posicionamentos ideológicos sobre temáticas da vida social.

No texto, “A ciência das ideologias e a filosofia da linguagem”, Volóchinov (2018 [1929-1930]), rebate a filosofia idealista e os pressupostos da psicologia cultural que “[...] desconsideram que um signo e a própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material sígnico.” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929-1930], p. 93, grifos do autor). Nesse sentido, a ideologia não tem morada fixa na consciência porque “[...] a própria consciência individual está repleta de signos” (VOLÓCHINOV, 2018, p.95) e só passa a existir de fato, na proporção em que é constituída pelo conteúdo ideológico, o que ocorre exclusivamente na e a partir do processo de interação discursiva. Tomemos como exemplo a formação de uma consciência socioideológica machista. Um sujeito que é machista, certamente ouviu, leu, ou assimilou discursos de conteúdos machistas, cujas valorações mobilizadas ajudaram a sua consciência a se formar.

Volóchinov (2018 [1929-1930]), afirma que os signos surgem a partir do processo de interação entre as consciências individuais, que se nutrem ininterruptamente dos signos e se amplia a partir deles. Se um homem vive toda sua existência ouvindo discursos machistas, a sua consciência se ampliará sempre a aderir valores que sustentam o machismo. Logo, seus atos e práticas de linguagem se darão em torno desses valores participantes de sua consciência socioideológica. Portanto, “A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sígnica de uma coletividade” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929-1930], p.97-98).

A consciência e a ideologia, nesta perspectiva, não são aceitas como internas ao indivíduo. Nega-se que tais fenômenos deem-se sem nexos causal baseado no terreno exterior, pelo fato de admitir-se que tanto a consciência quanto a ideologia são constituídas pelos mesmos

materiais semióticos, quais sejam, os signos verbais, as palavras. (FREITAS, 1999, p.20).

Para o autor “*Onde não há signo também não há ideologia*” (VOLÓCHINOV, 2018, p.91) e esta é conceituada como “[...] todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas e outras formas sígnicas.” (VOLÓCHINOV, 2013[1930], p. 138, em nota de rodapé) e, por conseguinte, é indissociável de toda realização linguística.

Em razão disso, Volóchinov (2018 [1929]) discute que qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar um signo ideológico. A citar o exemplo do pão e do vinho, que são produtos de consumo, o autor explica que se tornam símbolos religiosos para os cristãos nas cerimônias de comunhão, portanto, nessa condição, são signos ideológicos vinculados à fé cristã. Daí, advém a afirmação que o signo reflete e refrata uma realidade que lhe é externa, ou seja, que vem do mundo social. Assim, qualquer signo é “[...] capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante” (VOLÓCHINOV, 2018, p.91). Para uma pessoa que não comunga da fé cristã, por exemplo, o pão e o vinho não têm o mesmo significado social que para as pessoas cristãs.

Nesse sentido, defende-se que as categorias de avaliação ideológica, ligadas a avaliações morais, como verdadeiro, correto, justo, bom e outras, podem ser representadas por qualquer signo, visto que “Onde há signos há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação sígnica*” (VOLÓCHINOV, 2018, p.93, grifos do autor).

Para Volóchinov (2018 [1929]), no entanto, a realidade ideológica não se encontra desvinculada da vida social. Ao contrário, para o autor, a “[...] realidade ideológica é uma superestrutura colocada diretamente sobre a base econômica” (VOLÓCHINOV, 2018, p.98), sendo que a consciência individual não constrói essa superestrutura ideológica, mas apenas a abriga por meio dos signos ideológicos.

Para o Volóchinov (2018 [1929-1930]), na vida social, existem diferentes esferas da atividade humana, ou diferentes esferas da comunicação ideológica, e cada uma delas possui modos próprios para se orientar na realidade e refratá-la a seu modo nos enunciados. Os materiais sígnicos, portanto, são criações da humanidade, e são sociais. Na esfera da publicidade e propaganda, por exemplo, quando se vende uma

ideia ou produto, os signos escolhidos para compor os enunciados sevem para compartilhar valorações de interesse do interlocutor. Nesse sentido, o signo ideológico é ponte entre aquele que fala e aquele que ouve, existindo apenas entre indivíduos organizados. Em vista disso, “[...] *a consciência individual é um fato social e ideológico.*” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929-1930]), p.97, grifos do autor) que se forma pela mediação dos signos.

Depois que Volóchinov (2018 [1929-1930]) explica a sua tese sobre a formação da consciência socioideológica pela mediação dos signos, passa a explicar a especificidade e a importância do signo ideológico palavra. Para o autor, “*A palavra é o fenômeno ideológico par excellence*” (VOLÓCHINOV, 2018, p.98, grifos do autor), por ela se constituir como o médium valorado da comunicação social e porque apenas a palavra pode adentrar a consciência humana. Por sua significação e representatividade, a palavra é fenômeno ideológico e possui clareza excepcional, pois a partir dela se pode explicar as formas ideológicas de qualquer comunicação sógnica. Uma criança que assiste a um ato de violência doméstica ou avalia uma forma de representação dessa violência numa imagem, por exemplo, precisa de um discurso interior, precisa de uma entonação interior para compreender e atribuir valores à cena que assiste ou à imagem que avalia.

A palavra é o único signo que para ser produzido depende apenas do organismo individual. Por isso, somente ela pode ser “[...] *o material sógnico da vida interior: a consciência (discurso interior) [...]*” (VOLÓCHINOV, 2018, p.100, grifos do autor), ou seja, somente ela é material flexível para adentrar a consciência humana. Na interpretação realizada por Freitas (1999), a palavra é um veículo ideológico, que ocupa espaço significativo na formação da consciência mediante orientação social.

Assim, a palavra é fundamental para a compreensão de qualquer fenômeno ideológico, como, uma canção, uma peça, um quadro, uma imagem. Conforme explica Freitas (1999),

O signo passa a ser entendido como o elemento material básico e pertencente ou ao meio social ou ao meio natural, que adquire um estatuto diferenciado quando realiza a função semiótica de representar algo, como um *conceito* ou um *valor*. Em outras palavras, é a partir do signo, material, verbal, social e ideológico, que se constroem sentidos e veiculam-se ideologias (FREITAS, 1999, p.14, grifos do autor).

Segundo Freitas (1999) a palavra reflete e refrata a produção sócio-histórica do enunciado, e é a partir deste que a palavra ganha vida e significação. Portanto, somente nos enunciados a palavra representa índices de valor.

Sendo os signos não neutros, e muito menos arbitrários, mas sim ideológicos, é na enunciação que trazem marcas que determinam os aspectos sociais. Freitas (1999) considera a linguagem uma ferramenta constitutiva dos sujeitos e de suas consciências, através do processo dialógico carregado de signos verbais sociais.

Para autores do Círculo de Bakhtin como Volóchinov (2018 [1929] e Bakhtin (2014 [1927]), a ideologia tem duas categorias sociais de manifestação social na e pela linguagem. Essas categorias não são separadas, mas se afetam mutuamente: a ideologia do cotidiano e a ideologia formal. A ideologia cotidiana possui vários estratos. Ela é constituída nos encontros causais e fortuitos, nas vivências – seu estrato inferior, e com o tempo pode se tornar organizada em estratos superiores, passando a representar o pensamento de grupos numa organização social (infraestrutura). Esta forma social de manifestação da ideologia é colocada em relação dialética e dialógica à ideologia oficial/formal, que, por sua vez, é dada como conteúdo ou estrutura oficial, estável, e de certo modo legitimadora das relações de poder entre grupos sociais, classes (superestrutura).

Em relação complexa, a ideologia oficial é entendida como relativamente dominante, porque sempre tenta manter valores estáveis para os signos. Assim, nega valores outros que não são de seu interesse, com o objetivo de promover a manutenção do estado das coisas, numa dada ordem de organização social alicerçada na base socioeconômica. Conforme nos apresenta Volóchinov (2018 [1929-1930]),

existe um campo enorme da comunicação ideológica que não pode ser atribuído a uma esfera ideológica. Trata-se da *comunicação cotidiana*. Essa comunicação é extremamente importante e rica em conteúdo. Por um lado, ela entra diretamente em contato com os processos produtivos e, por outro, ela se relaciona com várias esferas ideológicas já formadas e especializadas[...] (VOLÓCHINOV, 2018 [1929-1930]), p.99, grifos do autor).

A ideologia formal não deixa de ser afetada pela ideologia do cotidiano. Esta, sempre preenchida de conteúdo novo no contexto da vida, constitui espaços de movência, de quebra de ordens e valores instaurados. Assim, tem o poder de testar nas vivências sociais se o que está formalizado corresponde a uma proposta de

organização social que traz conforto ou desconforto a grupos. Se olharmos para o fenômeno da violência contra a mulher na sociedade brasileira, por exemplo, podemos nos perguntar: por que as mulheres estão sofrendo violência doméstica? Quais seriam os valores balizados pelas ideologias formalizadas que corroboram diferenças entre homens e mulheres, de modo que a violência acontece nas vivências?

Para o Círculo, todas essas questões estão assentadas na base econômica, nas formas de produção e regulação que sustentam o grande edifício onde se abrigam os grupos sociais, “[...] seja de maneira mais ou menos confortável, a depender das hierarquias, dos lugares determinados, das relações de poder que se estabelecem entre uns e outros.” (POLATO; SOUZA; BRUSIANI, 2020, p. 212).

Assim, quando olhamos para enunciados, vemos que neles se representam relações sociais vivas e que neles são compartilhados, por meio dos signos, axiologias que medeiam essas relações e conferem lugares a mulheres e homens na organização da vida social. Um anúncio de propaganda governamental, por exemplo, pode compartilhar imagens de mulheres objetificadas, emancipadas, agredidas, guerreiras, fortes, livres, donas de si, sem voz, submissas e tudo isso representa relações sociais que precisam ser analisadas, porque dizem de como uma sociedade concebe a vida e o papel social da mulher.

4.2 O enunciado e dimensões extralinguísticas e linguísticas/semióticas pelo fio da publicidade e propaganda

Em perspectiva dialógica, os enunciados constituem-se em unidades de análise, por representarem relações sociais que se estabelecem em eventos de interação discursiva. Dessa forma, “É possível falar que toda comunicação ou interação discursiva ocorre na forma de uma *troca de enunciados*, isto é, na forma de um *diálogo*.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 272, grifos do autor).

De acordo com Brait e Melo (2008), a noção de enunciado desempenha um papel fundamental na concepção de linguagem subjacente ao pensamento bakhtiniano. O enunciado sempre nasce circunscrito a um cronotopo, ou seja, em dado tempo-espço, a dada esfera da comunicação ideológica e encerra uma situação ampla e imediata de interação discursiva entre sujeitos situados. Essas instâncias formam a dimensão extralinguística do enunciado que, mobilizado em

determinado gênero, também tem uma dimensão linguística, ou linguístico-semiótica, na qual se apresentam axiologias compartilhadas para defesa de um posicionamento ideológico sobre determinado tema do discurso. As axiologias são mobilizadas em arranjos estilístico-composicionais que realizam o conteúdo temático do enunciado. Nesse sentido, a linguagem formadora do enunciado é compreendida a partir de um ponto de vista histórico, cultural e social, para efeito de compreensão e análise.

Volóchinov (2019 [1930]) compreende que “É na comunicação discursiva [...] que são elaborados os mais variados tipos de enunciados, correspondentes aos diferentes tipos de comunicação social.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 267). Assim, o enunciado mantém relações dialógicas de sentidos com outros, sendo apenas “uma gota no fluxo da comunicação discursiva, tão ininterrupto quanto a própria vida social e a própria história. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 267). Temos, portanto, que todo

enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social (BAKHTIN, 2015[1975], p. 49).

Em outras palavras, o enunciado emerge socialmente em um cronotopo social. Para Bakhtin (1988), o conceito de cronotopo diz respeito à relação entre o tempo e o espaço. Essa relação jamais pode ser analisada em separado, porque o tempo e o espaço não são indissociáveis, mas não fundidos. O tempo, assim, é o fio condutor do cronotopo e se junta aos diferentes espaços sociais, para formar cronotopos menores, mais específicos. Quando analisou os romances clássicos, Bakhtin (1988) cunhou a ideia de que há o grande e os pequenos cronotopos. Conforme discute Huff (2021, p. 140), em relação à literatura,

os grandes cronotopos são aqueles que abarcam toda a obra e todos os demais motivos cronotópicos. Os pequenos cronotopos, também denominados de motivos cronotópicos, são os acontecimentos que compõem a obra e dão movimento à narrativa e, além disso, sustentam o grande cronotopo (HUFF, 2021, p. 140).

Um exemplo ilustrativo que nos ajuda a compreender essa questão é o grande cronotopo pandêmico, formado por um tempo histórico específico em que a pandemia da covid-19 afeta todas as vivências sociais. Um exemplo de cronotopo menor, é o do lar, das residências, que passa a ser discursivizado em vários enunciados, para se

demonstrar como as práticas sociais foram nele afetadas, alteradas, em razão das refrações do cronotopo maior.

Fato é que o cronotopo perpassa e ajuda a constituir as discursividades. Para Huff (2021, p. 140), “O espaço-tempo assimilado no/pelo discurso é essencialmente o espaço-tempo habitado pelo ser humano cuja imagem está refratada no discurso”.

O cronotopo, assim, constitui índices de identidade para os participantes das interações e do mesmo modo constitui discursivizadas imagens de homens, de mulheres, dos sujeitos sociais, históricos e situados, com base em avaliações de uma época, que são sempre vinculadas a ideologias.

Dentro de um enunciado, os cronotopos configurados ou representados têm orientação temática. Nas narrativas, por exemplo, eles são os centros organizadores do enredo. É nos cronotopos que o discurso ganha vida, nos dizeres de Bakhtin (1987), se enche de sangue. Assim, o próprio cronotopo oferece terreno para as representações dos acontecimentos no mundo da mesma forma que as representações discursivas constituídas em dado cronotopo se volta para a vida.

Além de estar submetido ao grande cronotopo, o enunciado se insere na cadeia da comunicação discursiva como elo de resposta a enunciados antecedentes e também como elo capaz de suscitar novas respostas, de modo que mantém relações dialógicas com outros que estão a circular no meio social. Nesse sentido, ratifica Bakhtin (2011 [1979]) que

Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois de seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 275).

No meio social, o enunciado é perpassado por milhares de linhas dialógicas que tocam um dado objeto ou tema do discurso (BAKHTIN, 2015[1975]) e nele a língua ou qualquer outra semiose não verbal mobilizadas para formar a materialidade do enunciado não são produtos abstratos e desprovidos de valor ou carga ideológica. Por isso, Volóchinov (2019 [1930]) afirma que a língua só pode ser analisada nos enunciados concretos e neles, de modo algum, representa “[...] um produto morto e

petrificado da vida social: ela movimenta-se ininterruptamente, seguindo em seu desenvolvimento a vida social.” (VOLÓCHINOV, 2019[1930], p. 267). O mesmo se aplica aos signos ideológicos não verbais, cuja avaliação entre interlocutores se constrói a partir da dimensão extraverbal do enunciado e de quem são os envolvidos na interação circunstanciada. Em razão disso, a essência do enunciado é um acontecimento social da interação discursiva, que se realiza nos enunciados pertencentes à corrente do discurso. (VOLÓCHINOV, 2019 [1930]).

Nos enunciados publicitários, por exemplo, as palavras da língua não se apresentam dicionarizadas, mas representam valorações compartilhadas para convencer o outro a aderir a uma ideia, consumir um produto, a partir de uma vivência social ali representada. Como afirma Bakhtin (2015 [1934-1935]), a língua é ideologicamente preenchida. Desse modo,

A estrutura do enunciado, bem como da própria vivência expressa, é uma estrutura social. O acabamento estilístico do enunciado – o acabamento social e o próprio fluxo discursivo dos enunciados que de fato representa a realidade da língua – é um fluxo social. Cada gota nele é social, assim como toda a dinâmica da sua formação (VOLOCHINOV, 2018 [1929], p. 217).

Como afirma Volóchinov (2018 [1929]), o enunciado é um fenômeno social, justamente porque o discurso é um fenômeno bilateral, que pressupõe, obrigatoriamente, a presença de um falante e de um ouvinte, esteja ele presente ou ausente. Assim, “[...] todo enunciado [...] leva em conta um ouvinte, isto é, sua compreensão e resposta, sua concordância ou discordância, em outras palavras, a percepção avaliativa do ouvinte.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 273).

A presença do interlocutor participa da construção do enunciado porque aquele que fala se antecipa ao que ouve e busca estreitar seu projeto de dizer a partir do compartilhamento de valorações comuns em determinada situação imediata de interação. Um publicitário que não leva em consideração o seu público-alvo, por exemplo, paralisa “[...] a força de seus enunciados, [...] [destrói] a relação viva e dialógica com seu auditório e, com isso, [...] [desvaloriza] a sua apresentação.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 273), ou, no caso, a sua campanha. Para que um enunciado tenha força de agir social, ele precisa considerar o seu interlocutor, visto que “[...] a comunicação discursiva [...] é composta por dois momentos: o enunciado pelo falante

e a compreensão desse enunciado pelo ouvinte.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 272). Desse modo, estabelece-se uma relação entre locutor e interlocutor/ouvinte, a qual forma orientação social do enunciado.

Todos os elementos que compõem a materialidade dos enunciados, sejam verbais ou visuais, ou seja “A palavra e o gesto das mãos, a expressão do rosto e a pose do corpo são igualmente sujeitos a orientação social e organizados por ela.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 280). Num enunciado publicitário, por exemplo, a escolha das palavras, das imagens, dos símbolos, dos sujeitos sociais representados, sejam eles mulheres, crianças, homens, não são aleatórias, mas se assentam firmemente na sua orientação social, para que o anúncio cumpra sua função de convencer o outro. A orientação social forma o que se denomina de avaliação social/valorização e esta, por sua vez, se manifesta na forma de entonação. Nesse sentido, “[...] a orientação social determina a *entonação* da voz e a *gesticulação* (que, em parte, dependem do próprio tema da conversa), nas quais se expressa externamente uma certa *relação* e *avaliação* do falante sobre a situação e o ouvinte” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 295, grifos do autor).

Assim, por ter uma orientação social, o enunciado não está solto no tempo e no espaço. Além de surgir em dado cronotopo, ele emerge em dada esfera da comunicação ideológica.

Os diversos campos da atividade humana ou esferas estão ligados diretamente ao uso da linguagem, que se efetua em forma de enunciados, podendo eles serem orais, escritos, formados de semiose visuais, ou congregar a combinação verbo-visual, como geralmente é o caso dos anúncios publicitários ou propagandas. Os enunciados, assim, refletem, também, valorizações atribuídas pelo campo de atividade humana de onde emergem e pelas condições de sua produção (Bakhtin, 2011[1979]). Os campos ou esferas da atividade humana de onde os enunciados mobilizados em gêneros emergem são importantes, porque os consubstanciam de determinadas projeções ideológicas.

Para Polato, Souza e Brusiani (2020), por exemplo, a esfera institucionalizada da publicidade mantém um diálogo direto, forte e concreto com os valores e vozes que fervilham na ideologia do cotidiano. As vozes e as entoações do povo perpassam a publicidade. Assim, a sociedade apreende com familiaridade e naturalidade as valorizações transmitidas pelos gêneros publicitários. Os conteúdos veiculados, muitas

vezes, são aceitos como verdades e guias para escolhas e criação de padrões culturais.

Para Bakhtin, “O conteúdo e a composição das camadas não-oficiais da ideologia do cotidiano (isto é, o conteúdos e a composição do inconsciente, segundo Freud) são condicionados pela época e por uma classe” (BAKHTIN, 2014, p. 89.), e é justamente para dialogar com a sociedade, em dado momento de sua organização sócio-histórica, que a publicidade opera. Os valores, as entoações, ou seja, as axiologias mobilizadas no conteúdo dos gêneros discursivos que emergem na esfera de publicidade e propaganda se apoiam em avaliações sociais amplas e constantes de dada sociedade (VOLÓCHINOV, 2019 [1926]), as quais se ancoram em ideologias que fervilham naturalizando práticas na vida social cotidiana.

Quanto à sua importância social, a publicidade e propaganda não se vincula apenas a objetivos comerciais. Conforme discute Williams (2011):

o lugar da publicidade na sociedade vai muito além desse contexto comercial. [...] A publicidade ultrapassou a fronteira da venda de bens de serviços e tem se envolvido com o ensino de valores sociais e pessoais; ela está também adentrando rapidamente o mundo da política. A publicidade também é, em um certo sentido, a arte oficial da sociedade capitalista moderna (WILLIAMS, 2011, p. 251).

Na esfera da publicidade e propaganda, cada enunciado estabelece uma interação social entre autores, tema e leitores, à qual é representada, geralmente, em semioses verbais e não-verbais. A esfera da publicidade, assim, busca compartilhar situações e signos ideológicos, para que possa cumprir sua função social de vender ideias ou produtos. O problema, então, é que para estabelecer este diálogo, ela faz sua imersão às bases da vida, da ideologia cotidiana e, a partir desse lugar, dialoga com os seus interlocutores. Trata-se de uma esfera que hibridiza discursos cotidianos e institucionalizados, por meio de acabamento artístico, para divulgação em mídias.

Balonas (2011) defende que a publicidade e propaganda focada no cunho social consiste em uma ferramenta direta. Esse tipo de publicidade tem como foco a responsabilidade coletiva, ocasionando a reflexão diante de questões colocadas enquanto demandas sociais para a promoção de novas ações com a finalidade de promover transformações sociais.

Para Guerra (2015), a publicidade e propaganda está cercada de nomenclaturas aplicadas ao não comercial, tendo em vista que ela pode focar na

comunicação de problemáticas e demandas sociais, não estando sempre associadas ao lucro financeiro, entre eles estão: publicidade educativa, publicidade social, publicidade e propaganda comunitária e outras. Por isso, alguns gêneros que emergem da esfera publicitária estão ligados ao convencimento dos sujeitos a uma atitude e/ou comportamento em face da demanda social.

Quanto às representações de imagens de mulheres nos enunciados modulados em gêneros que emergem da esfera ideológica da publicidade e propaganda, por exemplo, é relevante problematizar que, em diferentes contextos históricos, reforçaram e ainda reforçam relações assimétricas de gênero, que conferem ao homem domínio, poder e protagonismo, enquanto as mulheres são representadas como objetos, submetidas a apelos sexuais, sem voz ativa. Isso ocorre porque a publicidade e propaganda se obriga a responder ao objetivo de vender ideias, concepções, incentivar, coibir atos, e, para isso, necessita se ancorar ao que ocorre nas vivências cotidianas, a buscar pelo compartilhamento de valores comuns aos interlocutores ou público-alvo.

Nota-se que a representação socio-histórica da mulher na publicidade e propaganda, desde contextos mais antigos até mais os atuais, muitas vezes, a coloca como objeto de consumo ao lado dos produtos. Na divulgação de produtos dirigidos ao público masculino, em especial, a reprodução do papel social da mulher e da beleza feminina está atravessada por axiologias e ideologias próprias dos discursos machistas e pelos estereótipos a eles vinculados. Marcas das mais diversas utilizam-se da imagem da mulher sem se conscientizar de que objetivá-la representa um abuso que impacta na construção da identidade desse grupo social (POLATO; SOUZA; BRUSIANI, 2020).

Mas não só apenas as mulheres objetificadas aparecem nos enunciados da esfera da publicidade e propaganda. Essa é uma esfera volátil e versátil. Mais recentemente, tem também investido em representar a mulher sob a perspectiva “[...] do feminismo no marketing, no âmbito do *femvertising*, [...] [a] transmitir ideias de empoderamento feminino e promover uma representação da mulher [...] que fuja dos estereótipos.” (BAYONES; BURROWES, 2019, p.24). Essas autoras problematizam que nessas “[...] estratégias recentes, a libertação da mulher e o feminismo vêm sendo utilizados com o objetivo de vender produtos e serviços.” (BAYONES; BURROWES,

2019, p. 25). Vemos que a organização da base socioeconômica se mostra fortemente nos apelos da esfera da publicidade e propaganda.

Além de emergir vinculado a dada esfera, como por exemplo a da publicidade e propaganda, o enunciado configura-se numa situação de interação discursiva e a partir dessa situação é dotado de sentido. Por isso,

se tomarmos um enunciado qualquer [...] por mais que nos esforcemos, não compreenderemos o sentido desse enunciado se não conhecermos todas as condições nas quais ele é pronunciado. Em condições e em um ambiente diferentes, esse enunciado sempre terá sentidos diferentes (VOLÓCHINOV, 2019, p. 282).

O sentido, portanto, é dependente tanto da situação mais próxima que gerou o enunciado quanto “[...] de todas as causas e condições sociais mais longínquas da comunicação discursiva (VOLÓCHINOV, 2019, p. 283, grifo do autor). A considerar isso, Volóchinov (2019 [1930], p. 283) enfatiza que todo enunciado “[...] é formado de duas partes: uma verbal e outra extraverbal.” e sem a parte extraverbal não é possível analisar sua totalidade de sentido.

Três aspectos compõem a parte extraverbal do enunciado, quais sejam: “O espaço e o tempo do acontecimento do enunciado (...), o objeto ou o tema do enunciado (...) e a relação dos falantes com o ocorrido.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 285, grifos do autor), o que gera uma avaliação comum entre eles que permitem atribuir sentidos – a avaliação social. Tão importante é o peso da situação para a compreensão do enunciado que sua mudança é capaz de provocar alterações nos sentidos. Assim, “[...] enunciado – reflete a situação não apenas de modo passivo, [...] [mas] é uma condição necessária do seu desenvolvimento ideológico posterior.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 285, grifos do autor).

Tanto a situação quanto o auditório social influenciam no discurso interior daquele que elabora o enunciado. Um autor de linguagem que assume o papel social de publicitário, ao elaborar um anúncio/propaganda dessa natureza, por exemplo, leva em consideração a situação e o auditório social. Estes “[...] forçam o discurso interior a atualizar-se em uma expressão exterior determinada.” (VOLÓCHINOV, 2018 [1929], p. 221) e repleta de sentido, o que se dá pelo compartilhamento de axiologias.

Outro fator que participa da formulação do sentido é a relação que o enunciado mantém com outros, o que o Círculo de Bakhtin concebe como sendo as relações

dialógicas. Estas são relações de sentido que se estabelecem entre enunciados (BAKHTIN, 2011 [1979]).

4.2.1 O gênero discursivo do enunciado

De modo geral, os enunciados são sempre organizados e concretizados a partir de um gênero discursivo, que atribui valorações próprias ao discurso. Dessa forma,

podemos dizer que cada gênero possui seus próprios meios de visão e de compreensão da realidade, que são acessíveis somente a ele. Assim como a arte gráfica é capaz de dominar aspectos da forma espacial que a pintura é incapaz de alcançar e vice-versa, igualmente, nas artes verbais, os gêneros líricos, para dar um exemplo, possuem meios de atribuir forma conceitual à realidade e à vida que são inacessíveis ou menos acessíveis à novela ou ao drama. [...] Cada um dos gêneros efetivamente essenciais é um complexo sistema de meios e métodos de domínio consciente e de acabamento da realidade (MEDVIÉDEV, 2019 [1928], p. 198).

Em adição, Bakhtin (2011 [1979]) nos ensina que os gêneros discursivos são constituídos por três elementos: o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional. Esses

estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 261-262).

A considerar o que postula Bakhtin (2011 [1979]), esses três elementos do gênero não podem ser analisados em separado. Tampouco é produtivo se dar prioridade a compreensão da estrutura, pois todos os elementos estão indissolivelmente ligados para formar um todo valorativo dotado, do ponto de vista interno, de conclusibilidade, ou seja, o enunciado é uma atuação discursiva completa (POLATO; MENEGASSI, 2017). A conclusibilidade é indicativa de que o sujeito do discurso literalmente concluiu o que tinha a dizer sobre um tema, em dado momento ou mediante a alguma condição dada, sob dado ponto de vista e posicionamento axiológico e ideológico. Assim, Bakhtin (2011 [1979]) confirma que

a conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) tudo o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 280).

Conforme discutem Franco, Acosta-Pereira e Costa Hübés (2019, p. 278), a “[...] conclusibilidade do enunciado refere-se ao *dixi* conclusivo da enunciação, isto é, ao acabamento do enunciado e a possibilidade de se responder a esse enunciado nas práticas de interlocução”. Ela é formada de outras três instâncias subjacentes ligadas para a formação de seu no todo: “[...] 1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento.” (BAKHTIN, 2011 [1975], p. 281).

A conclusibilidade é condição necessária para que o enunciado seja compreendido em sua integralidade e, logo, respondido no meio social. Em razão disso, Bakhtin (2011 [1979]) explica que as palavras e as orações isoladas não têm a mesma propriedade de promover a alternância dos sujeitos do discurso como o enunciado tem. Como explica o autor,

uma oração absolutamente compreensível e acabada, se é oração e não enunciado constituído por uma oração, não pode suscitar atitude responsiva: isso é compreensível, mas ainda não é *tudo*. Esse tudo – *inteireza* do enunciado – não se presta a uma definição nem gramática nem abstrato-semântica. (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 280).

O critério central característico da conclusibilidade do enunciado, como unidade concreta da comunicação discursiva, assim sendo, é a capacidade de determinar a ativa reação-resposta dos outros participantes da comunicação, já que todo enunciado suscita respostas, por ser um ato de valoração sobre os enunciados dos outros. Como instância ligada à conclusibilidade, a

[...] exauribilidade semântico-objetal diz respeito ao conteúdo temático do enunciado e à orquestração do dizer, ou seja, ao dizer algo com relativo acabamento. Podemos compreender como uma instância que referencia o que se diz e o quanto se diz a fim de realizar a *compreensão* (em termos bakhtinianos) (FRANCO, ACOSTA PEREIRA, COSTA-HÜBES (2019, p. 278).

Conforme discutem Fuza e Menegassi (2018, p. 34), a exauribilidade é “[...] elemento responsável pelo esgotamento total ou parcial do dizer e que possibilita uma posição responsiva do sujeito em relação ao enunciado”. A exauribilidade está circunscrita ao tratamento do tema do enunciado, e está ligada a vários fatores como: a) a especificidade do gênero discursivo que mobiliza o dizer, seus modos de apreender a realidade; b) os objetivos do dizer em face à compreensão responsiva do interlocutor; c) a situação de interação. Assim, a exauribilidade temática

[...] pode ocorrer de duas maneiras: de forma plena ou de forma relativa. A plena está presente em campos da vida humana cujas atitudes e respostas são caracterizadas por ações factuais, os gêneros do discurso são padronizados, e o elemento criativo está ausente quase por completo. (FUZA; MENEGASSI, 2018, p. 34).

Uma bula de remédio, por exemplo, exaure o tema a partir de princípios bastante fixos, e a partir de domínios científicos determinados. Já a exauribilidade relativa é marcada pelo elemento da criatividade, da interpretação dos fatos e da contrapalavra. Num anúncio publicitário, por exemplo, o autor de linguagem que o elabora pode exaurir ou tratar o tema a partir de aspectos muito amplos e diferenciados, a depender dos intuítos discursivos, dos interlocutores, da situação. Nesse caso, exauribilidade do tema está vinculada a escolhas de valores, não havendo pré-determinação de princípios exatos para exaurir o tema.

O projeto de discurso ou vontade de discurso do falante liga-se à expressividade. Afirma Bakhtin (2011 [1979]) que quando produz o enunciado, o autor de linguagem sempre manifesta uma vontade de dizer sob determinado posicionamento axiológico. Essa intenção ou vontade discursiva é o que “[...] determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 281).

A “[...] propriedade de o enunciado ser expressivo é uma das marcas da posição valorativa/avaliativa/apreciativa dos sujeitos da interação discursiva face ao conteúdo temático do enunciado e a eles próprios.” (FRANCO, ACOSTA-PEREIRA, COSTA-HÜBES, 2019, p. 279). Esse elemento expressivo do enunciado determina a composição e o estilo, sob a relação emocional valorativa do falante com o conteúdo do enunciado.

4.2.1.1 Conteúdo temático, composição, estilo e axiologias sociais

Ao discutir como se dá a análise dialógica do conteúdo temático dos gêneros discursivos, Oliveira e Acosta-Pereira (2020) afirmam, que, em primeira instância,

a seleção do conteúdo temático do enunciado não depende exclusivamente da vontade do sujeito que enuncia, mas dessa vontade engendrada às condições dadas pelo cronotopo. Portanto, depende de como as experiências humanas são situadas espaço-temporalmente e como as visões de homem e de mundo atravessam determinado evento concreto e dão o tom aos acontecimentos (ACOSTA PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 247-248).

A partir desse conceito, compreendemos que os discursos têm sua historicidade, porque os temas discursivizados ao longo do tempo, em diferentes espaços, a compõem.

Os mesmos autores afirmam, ainda, que todo conteúdo temático responde às coerções da esfera sociodiscursiva e da situação de interação. Assim, o conteúdo temático de um enunciado é ideológico, valorativo e engendrado por relações dialógicas. A proposta dos autores vem ao encontro das discussões de Medviédev (2019 [1927]), quando afirma que, em primeiro plano, toda obra ou enunciado se orienta para os ouvintes ou receptores, “[...] e para determinadas condições de realização e percepção.” (MEDVIÉDEV, 2019, p. 195). Em segundo plano, orienta-se para a vida social por meio de seu conteúdo temático. O enunciado nasce em determinadas circunstâncias temporais e espaciais. A partir dessas circunstâncias, o conteúdo temático é apreendido dos discursos que circulam no meio social e com eles mantém relações dialógicas. Já no enunciado mobilizado no gênero, esse conteúdo ganha sua exauribilidade, tratamento. Desse modo, cada gênero, consideradas suas peculiaridades, está “[...] tematicamente orientado para a vida, para seus acontecimentos, problemas e assim por diante.” (MEDVIÉDEV, 2019 [1927], p. 195).

Para Medviédev (2019 [1927]), o enunciado não é uma simples combinação de significados de palavras e orações isoladas, visto estas estarem direcionadas ao tema do enunciado e aos seus receptores. Assim, todo o material verbal e outros tipos de materialidade formadoras do enunciado participam da construção do tema, e este se realiza não por meio das palavras ou frases isoladas, mas, sobretudo, por meio do gênero discursivo, visto que

cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e compreensão dessa realidade, certos graus na extensão de sua apreensão e na profundidade de penetração nela (MEDVIÉDEV, 2019 [1928], p. 195-196).

Cada gênero possui uma construção composicional que, por sua vez, corresponde, conforme discute Acosta-Pereira (2012), à disposição, à orquestração e ao acabamento do enunciado, levando em consideração os participantes da interação que ele representa. Em outras palavras, a construção composicional refere-se a “[...] uma forma padrão relativamente estável de estruturação de um todo” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 301), que não se resume “[...] em formas rígidas, pois todo gênero se comporta dentro de uma dimensão fluida e dinâmica, tendo em vista o próprio estilo que o autor pode lhe conferir nos limites instáveis do contexto” (FRANCO; ACOSTA PEREIRA; COSTA-HÜBES, 2019, p. 286).

Como discute Rodrigues (2001), na produção do enunciado, o gênero atribui ao discurso “[...] determinadas formas composicionais e estilísticas.” (RODRIGUES, 2001, p. 44). E o estilo, por sua vez,

é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos de relação do falante com outros participantes de comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 266).

Nesse sentido, o estilo representa relações sociais, o diálogo de consciências socioideológicas possíveis sobre o tema, e que, no enunciado, serve ao compartilhamento de axiologias entre o autor e o interlocutor sobre o tema (Volochinov, 2019 [1926]). Conforme explica Bakhtin (2011 [1979]), a escolha de palavras e expressões que compõem o estilo não provém da alma individual.

Quando escolhemos as palavras, partimos de um conjunto projetado de enunciado, e esse conjunto que projetamos e criamos é sempre expressivo e é ele que irradia a sua expressão (ou melhor, a nossa expressão) a cada palavra que escolhemos; por assim dizer, contagia essa palavra com a expressão do conjunto (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 291).

Nesse sentido, Polato e Menegassi (2017) afirmam que o estilo verbal do enunciado se constitui dialógico, puridiscursivo (BAKHTIN, 2015 [1934-1935]), porque as escolhas vocabulares e gramaticais do autor, assim como as escolhas de outras semioses que compõem sua materialidade, estão orientadas tanto ao tema quanto aos interlocutores. O estilo serve ao compartilhamento do projeto de dizer, a partir do qual se demarca um posicionamento axiológico e ideológico sobre o tema no enunciado.

Franco, Acosta Pereira e Costa-Hübes (2019) afirmam que a compreensão do estilo, de certo modo, relaciona-se à revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual, conforme preconiza Volóchinov (2018 [1929-1930]), na terceira etapa do método sociológico. Além de incluir escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais em enunciados verbais, o estilo também se manifesta de outras maneiras em enunciados que se valem de outras semioses, como “[...] cores, figuras, imagens, tamanho das letras etc. (em gêneros multimodais), selecionados pelo autor do enunciado em função do que dizer, para quem, quando, onde, por que, ou seja, em função da dimensão extraverbal” (FRANCO; ACOSTA PEREIRA; COSTA-HÜBES, 2019, p. 287), como é o caso dos anúncios de propaganda governamental.

Para Bakhtin (2011 [1979]), ainda, o estilo verbal de linguagem tanto está ligado ao gênero, em si, quanto ao trabalho autoral. Em alguns gêneros mais protocolares, prevalece o estilo social de linguagem, como em documentos formais, ordens militares, por exemplo. Já em outros mais livres, favorece-se a manifestação do estilo individual de linguagem do autor. De todo modo, o estilo está consubstanciado pelo gênero discursivo, seja ele mais ou menos propício à manifestação da individualidade.

Nos gêneros da esfera artística ou da esfera publicitária, por exemplo, mostram-se mais vivas ou acentuadas as possibilidades de o estilo responder à individualidade autoral. Quando um publicitário cria um anúncio ou propaganda, se envolve com o tema, e tem liberdade criativa para fazer escolhas de estilo direcionadas ao seu público-alvo. Por isso, o estilo é fundamental para o compartilhamento de axiologias entre o autor, o interlocutor e o tema no enunciado.

O estilo também responde aos campos de atividade humana de onde os gêneros emergem. Em esferas ou campos em que prevalecem a liberdade e a criatividade, como a esfera literária e, até mesmo, a publicitária, o estilo individual de linguagem ganha maior expressão. Todavia, conforme explica Volóchinov (2019

[1930], “Essa peculiaridade estilística é determinada inteiramente e de todos os lados por aspectos puramente *sociais*: a *situação* e o *auditório* do enunciado.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 305, grifos do autor).

Faraco (2003, p. 21) explica que “[...] o estilo se constrói a partir de uma orientação social de caráter apreciativo: as seleções e escolhas são, primordialmente, tomadas de posições axiológicas frente à realidade linguística, incluindo o vasto universo de vozes sociais”. Logo,

o extraverbal, o julgamento de valor e a entonação se apresentam dialogicamente perceptíveis no estilo verbal do enunciado, sendo possível observar um tripé de relações imbricadas: *a*) a própria forma, a estrutura, como por si valorativa porque consubstancia; *b*) o estilo do autor no estilo genérico, para tratar de *c*) um tema socialmente capaz de mover avaliações comuns por parte dos interlocutores, exaurido de forma peculiar no enunciado (POLATO; MENEGASSI, 2017, p. 131).

No estilo de linguagem empregado no enunciado manifestam-se axiologias sociais. Essas são formadas a partir da tríade extraverbal, juízos de valor e entonação.

No interior do gênero discursivo, o estilo, a composição e o conteúdo formam, indissolavelmente, o gênero discursivo, porque ocorre uma utilização composicional das ligações de palavras e expressões, de modo que “[...] o ritmo, agregado ao material, é levado para além de seus limites e começa a penetrar no conteúdo por si só como uma relação criativa com ele.” (BAKHTIN, 1988a [1975], p. 65 - 68). No estilo, portanto, inscreve-se na superfície material a entonação expressiva, que, por sua vez, responde ao tom do gênero, à própria expressividade do enunciado.

Sobre as avaliações sociais ou valorações, Medviédev (2012 [1928]) explica “[...] que as formas da língua na materialidade dos enunciados sempre são determinadas pelas projeções da avaliação social.” (FRANCO; ACOSTA PEREIRA; COSTA-HÜBES, 2019, p. 280). O signo ideológico, que representa índices de valor compartilhados entre os interlocutores

é o que matiza a ideologia, consubstanciando-a de uma marca de avaliação singular e responsiva às reverberações da situação interlocutiva. Com isso, todo discurso, na forma material de enunciado, não apenas traz ressonâncias ideológicas do meio social, mas o traz atravessado pelos índices sociais de valor (FRANCO; ACOSTA PEREIRA; COSTA-HÜBES, 2019, p. 280).

Como nos apresenta Volóchinov (2019 [1930]), o sentido de uma palavra ou expressão é tolamente dependente “[...] do ambiente mais próximo, gerador imediato do enunciado, quanto de todas as causas e condições sociais mais longínquas da comunicação discursiva.” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 283, grifo do autor). É sobre a bases da situação extraverbal de interação discursiva, tanto a ampla quanto a imediata, que a avaliação social se constrói. A situação extraverbal, assim, envolve o horizonte espacial comum dos interlocutores, o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte deles, ou, em outras palavras, “[...] o conhecimento ideológico dos falantes sobre as condutas que devem ter nesse espaço determinado” (MENEGASSI; CAVALCANTI, 2013, p. 436), assim como a avaliação comum dessa situação (VOLÓCHINOV, 2019 [1930]). Em razão de “[...] o ‘eu’ [...] se realizar na palavra apenas apoiando-se no ‘nós’” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 121, grifos do autor), compreende-se que todas as avaliações sociais fundamentais são geradas a partir da existência de dado grupo, das condições econômicas que regem a vida. Assim, ao entrarem, as avaliações sociais constituem e são constituídas pelos representantes desse grupo, e organizam seus os atos as ações.

Conforme explica Volóchivov (2019 [1930]), a compreensão do sentido de um enunciado pode ser dependente da situação mais próxima que o gerou e das avaliações sociais específicas vinculadas àquele domínio, porém, quando o horizonte social é mais amplo, o enunciado geralmente se apoia em aspectos constantes e estáveis da vida e nas avaliações sociais essenciais e fundamentais de dada sociedade. Com base no exposto, Acosta-Pereira e Brait (2020) sintetizam que

- a. A valoração se engendra no enunciado à luz das reverberações da interação social;
- b. A valoração é um elemento constitutivo-funcional da enunciação;
- c. A valoração é um índice social avaliativo, expressivo, axiológico da enunciação;
- d. A valoração determina as escolhas linguísticas e composicionais do enunciado;
- e. A valoração determina os sentidos da enunciação. (ACOSTA PEREIRA; BRAIT, 2020, p. 96).

A considerar o exposto, Mendes-Polato e Menegassi (2021) explicam que a palavra, a oração, ou quaisquer outras unidades da língua só podem ser analisadas do ponto de vista de sua inserção no enunciado concreto, por ali representarem valorações ancoradas em partidas ideológicas sobre determinado tema do discurso.

Nesse sentido, a entonação vem a ser o elemento axiológico que revela a expressão mais evidente das avaliações sociais compartilhadas nos enunciados mobilizados em gêneros. Para Volóchinov (2019 [1930], p. 287, grifos do autor), a entonação é a “[...] *expressão sonora da avaliação social*.”

A “[...] situação e o auditório correspondente determinam justamente a entonação e, por meio dela, realizam tanto a escolha das palavras quanto a sua ordenação, ou seja, já por meio dela concebem o todo do enunciado.” (VOLÓCHINOV, 2019 [1930], p. 287). Assim, a entonação é condutora mais flexível de relações sociais entre os falantes situados (VOLÓCHINOV, 2019 [1930]).

A entonação, no entanto, não é representada apenas nas materialidades verbais, porque o estilo nem sempre é feito só de palavras. Ele também se constrói a partir da imagem, do gesto, das cores, que da mesma forma que as palavras representam valores compartilhados entre interlocutores, por serem signos ideológicos, e, sendo assim, são dotados de entonação. É por meio da entonação “[...] que os valores sociais são desvelados, isto é, os desejos, as impressões, as angústias, entre outros aspectos emotivos-volitivos da atividade humana são percebidos” (BEZERRA; MENEGASSI, 2020, p. 29).

Tanto é assim, que a entonação pode revelar a relação socio-hierárquica entre os interlocutores, o respeito socialmente requerido, a reverência exigida, etc. Por isso, “[...] quando uma pessoa pressupõe que o outro discorda dela, ou ao menos não tem certeza ou dúvida da sua concordância, ela não só entoas as palavras de outro modo, como constrói o enunciado de outra maneira [...]” (VOLÓCHINOV, 2019 [1926], p. 124). É pela entonação social que as palavras entram em contato com a vida, em orientação dupla para o ouvinte, que se busca instituir como cúmplice ou testemunha, e para o tema do enunciado, que se busca exaurir para a defesa de um posicionamento axiológico e ideológico, pois, conforme explicam Polato e Menegassi (2019),

A entonação diz de quem fala e para quem, onde e quando. É desse modo que agrada ou desagrade, tornando-se chave para a resposta (Voloshinov, 1976). O autor socioconsciente acerta sua entoação na interação (Bakhtin, 1988b), como apreciação compartilhada de valores. Assim, a entoação autoral presente nas palavras, nas estruturas sintáticas da língua escolhidas, emerge como sobretudo social na forma da entoação expressiva da enunciação, a sustentar a posição valorativa do autor sobre um tema social, com e diante do interlocutor naquela situação (POLATO, MENEGASSI, 2019, p. 6).

De todo modo, a compreensão das axiologias sociais – o extraverbal da enunciação, a valoração e a entonação – é fundamental à análise de qualquer enunciado e, logo, à compreensão da vida socioideológica do discurso, o que buscamos compreender a partir dos anúncios publicitários institucionais governamentais de incentivo ao uso do ligue180, como recurso de combate à violência contra a mulher no contexto da pandemia da covid-19.

4.2.1.2 O anúncio de propaganda governamental

Convencionamos chamar o gênero dos enunciados analisados nesta dissertação de *anúncios de propaganda governamental*. Segundo Sampaio (2003), no Brasil, apresentam-se diferenças na difusão dos termos publicidade e propaganda, mas por vezes, esses mesmos termos são tomados como sinônimos. O termo propaganda estaria alinhado à função de utilidade pública de caráter político, ideológico ou religioso e tem diversas formas de manifestação, mostrando ideias dessa natureza, já a publicidade é vista, na maioria das vezes, como uma comunicação planejada visando informar, promover interesse de compra, uso de produtos e serviços. Desde o princípio, quando tratamos da questão da esfera da comunicação ideológica, não separamos os termos publicidade e propaganda, considerando-os componentes da mesma grande esfera.

Optamos, assim, por nomear o gênero *anúncio de propaganda governamental*, porque não se trata de publicidade com fins comerciais, como geralmente é a função específica de um anúncio publicitário. No entanto, nos termos da finalidade discursiva e das características composicionais e estilísticas, o gênero *anúncio publicitário* se assemelha com o gênero *anúncio de propaganda governamental*, o que não nos impede de utilizar referências sobre o primeiro para apresentar características que, também, se apresentam no *anúncio de propaganda governamental*.

São características comuns aos anúncios publicitários e anúncios de propaganda governamental, a mobilização de um discurso de manipulação, com a intenção em convencer ou mudar o comportamento do público almejado. Em termos composicionais, esses gêneros congregam, geralmente, diversas linguagens, com os tons que podem indicar ordem, pedido, sedução, provocação, entre outros.

A composição desses tipos estáveis de enunciados, ainda, reúne recursos multimodais ou multissemióticos (ROJO, 2012). Para Kleiman (2005), os textos multimodais combinam diferentes modos de representação discursiva, a coadunar imagens, língua escrita e, às vezes, outros recursos, como a música, de modo que essa multimodalidade forma uma gama de sentidos mobilizados no enunciado. Nesse sentido, ao se analisar um anúncio, seja ele de que natureza for, é sempre importante não dissociar o visual do verbal, “[...] pois a articulação entre essas linguagens é fundamental para a produção de sentidos dos gêneros que tenham tal composição.” (ANDRADE; MEDEIROS, 2017, p. 40). Em geral, esses gêneros apresentam em sua composição verbal um *slogan*, frase curta de efeito, um texto curto, cuja função pode ser a de apresentação de uma ideia ou das características de um produto ou serviço, sob os tons diversos já elencados. No plano visual, apresentam imagem de apelo direcionada ao tema e logomarca representativa da empresa, marca. No caso dos anúncios de propaganda governamental, as logomarcas são as do governo ou da instituição governamental específica vinculada.

Quanto ao estilo, nos anúncios publicitários ou de propaganda governamental, são comuns as formas verbais no imperativo, para fazer injunções; a linguagem concisa e objetiva, em razão de o gênero ser compacto; as inversões estilísticas, os adjetivos, a utilização semiótica de imagens e cores, o uso de sombras, recursos esses amalgamados para mobilização de um conjunto de valorações convergentes ao tratamento da temática e à realização do intuito discursivo.

Bezerril e Alves (2016), ao discorrerem sobre o conteúdo temático, ou conteúdo semântico-objetual do anúncio publicitário, deixam contribuição extensiva a compreensão do gênero anúncio de propaganda governamental. Assim, afirmam que o conteúdo temático desses gêneros orienta o olhar dos interlocutores ou público-alvo a partir do horizonte axiológico, apreciativo. Assim, complementa Silva (1976) que “[...] não é possível fazer um anúncio adaptado a cada indivíduo da multidão [...]. Logo, este anúncio tem de ser ajustado ao tipo médio que constitui o grupo [...] [social] visado pelo anunciante” (SILVA, 1976, p. 208).

No caso dos anúncios de propaganda governamental, esses representam um projeto de divulgação a uma nação inteira, a um estado federativo, ou a um município, cuja população nele aparece constituída e representada a partir de dados, valores e imagens de sujeitos sociais. E como os sujeitos não estão soltos no tempo-espço,

recorta-se ou uma cena possível da vida social ou constrói-se uma imagem remetente a ela (GERALDI, 2016), que possa sensibilizar o maior número de interlocutores possíveis de dado grupo eleito ao projeto de dizer que se compartilha.

Quanto a sua finalidade social, o anúncio de propaganda governamental, é um gênero discursivo cujo intuito pode ser a divulgação de um feito político de dado governo, ou de uma proposta de conscientização coletiva sobre um tema ou uma convocação coletiva de agir social, ou uma convocação coletiva ao uso, ou à adesão a algum um serviço, como é o caso dos anúncios de incentivo ao Ligue 180, ou anúncios de campanhas de vacinação.

Sua autoria é institucional, pois representa o posicionamento axiológico e ideológico de dado governo sobre um tema social de amplo alcance e complexidade. O anúncio de propaganda governamental, portanto, é uma peça componente de uma campanha de publicidade e propaganda governamental de maior envergadura, encomendada a um profissional ou empresa da esfera da publicidade e propaganda, que usa de sua habilidade artística para atender aos valores do cliente; nesse caso, o governo, e mediar a propagação desses mesmos valores nas mais variadas mídias.

Os anúncios de propaganda governamental, assim, podem veicular impressos, na forma de cartazes ou panfletos, ou nos meios virtuais, como em sítios institucionais oficiais ou sítios em geral encomendados ou que aderem as campanhas de dado governo. Do mesmo modo, podem ser divulgados em redes sociais, como *Instagram*, *Facebook* e outras.

5 A CONSTITUIÇÃO AXIOLÓGICA DE ANÚNCIOS DE PROPAGANDA GOVERNAMENTAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CRONOTOPO PANDÊMICO

Nesta última seção, será empreendida a análise e problematização dos dois anúncios de propaganda governamental de incentivo ao ligue 180 para combate à violência contra a mulher no contexto da pandemia da covid-19. Assim, retomamos as questões orientadoras dessa análise: a) Quais são as axiológicas representativas de partidas ideológicas utilizadas nos anúncios de propaganda governamental para incentivo à utilização do ligue 180 no contexto da pandemia da Covid-19?; b) Como os anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher pelo incentivo ao ligue 180 discursivizam a imagem da mulher agredida e do agressor?

5.1 Do cronotopo às axiologias

No cronotopo pandêmico todas as configurações sociais foram mudadas. As tensões que permeiam a vida cotidiana e também as práticas sociais em todas as esferas institucionalizadas passaram a ser outras. E esse fenômeno se refletiu para as próprias relações familiares⁴. Nos lares em que o fenômeno da violência já se fazia presente antes da pandemia, ela se intensificou, ao passo que, em geral, as tensões familiares, de uma forma ou de outra, se apresentaram mais vivas, diante da reconfiguração cronotópica que colocou a todos próximos, dividindo o mesmo espaço, em volume de interação e convivência nunca visto.

Então, no cronotopo pandêmico, a violência doméstica explodiu, apareceu, emergiu a partir dos critérios lógicos e dialógicos de que passar mais tempo com o agressor pode resultar em mais episódios de agressão, ou na intensificação da violência aplicada, ou no aumento do próprio tempo da própria agressão. São muitas as possibilidades. Fato é que esse fenômeno bastante vivo despertou uma preocupação em nível mundial. Organismos como a ONU Mulheres passaram a se preocupar com a situação das mulheres na pandemia e cobraram dos governos mundiais medidas emergenciais de combate à violência doméstica.

⁴ A discussão que envolve a violência contra a mulher no contexto da pandemia foi realizada na seção 2.2 desta dissertação.

Nesse íterim, o Governo Federal Brasileiro, a partir do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com outras instituições, necessitou responder aos reclames desses organismos com ações concretas de combate à violência doméstica contra a mulher e, no caso do MMFDH, uma das frentes, ou a única, foi o investimento em algum tipo de publicidade e propaganda de incentivo à denúncia pelo canal oficial governamental Ligue 180. Dessa forma, o governo convocou a população a denunciar. Em várias de suas falas, a interina ministra do MMFDH, Damares Alves, veio às mídias para pedir:

Nossa campanha é para dizer para todo mundo denunciar, nós garantimos o anonimato. O objetivo é de despertar a urgência em exercitar o dever cívico de informar às autoridades sobre as situações de violência dentro dos lares. O objetivo é incentivar os vizinhos. Vizinhos, por favor, enfiem a colher em briga de marido e mulher. Comecem a denunciar (AGÊNCIA BRASIL, 2020⁵).

Na voz da ministra, o governo garante o anonimato, mas não a segurança das mulheres. O discurso da ministra, ainda, está perpassado de relações dialógicas com os discursos sobre o exercício do dever cívico, a instituir as autoridades como instância a quem se pode recorrer e o povo, os vizinhos como os únicos sujeitos com dever cívico de agir, capazes de fazer algo concreto para ajudar a resolver esse problema da nação. Assim, a ministra recorre ao bordão popular “enfiem a colher em briga de marido e mulher”, para combater o ideologema⁶ “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

E para encorpar coro a essa ação cívica de denúncia e instituir o sentimento de participação popular na resolução do problema, o governo, então representado pelo MMFDH, recorre à esfera da publicidade e propaganda para elaboração de anúncios de propaganda governamental de incentivo à denúncia de violência doméstica pelo ligue 180.

Assim, em 2020, no dia 15 de março, dia em que se comemorava o dia da família, no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente da República, da

⁵ A notícia pode ser encontrada no endereço: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/governo-lanca-campanha-e-pede-atencao-aos-casos-de-violencia>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

⁶ O conceito de ideologema “refere-se à realização do discurso concreto da palavra situada no campo enunciativo tendo como chave conceitual a distinção de seus acentos e entoações. Nesse sentido, o ideologema é construção do ideólogo responsável pelo discurso que enuncia” (MACHADO, 2020, p.158).

primeira dama, de outros ministros do governo e da imprensa em geral, a ministra Damares Alves discursa e faz o lançamento da campanha governamental pró-denúncia à violência doméstica no contexto pandêmico. Nesse dia, ela apresenta o anúncio de propaganda governamental em análise⁷, como se apresenta na Figura 1, primeira do nosso *corpus*.

Figura 3 – Anúncio de propaganda governamental de combate a violência doméstica e incentivo a denúncia 2020



Fonte: Brasil (2022)

No anúncio, recorta-se uma cena do convívio familiar no cronotopo de um lar. Traz-se, em primeiro plano de enquadramento, uma modelo principal na figura de mulher branca, com os ombros caídos, bem vestida, remetendo às mulheres de classe social média/alta brasileira. Coloca-se em foco o corpo da mulher da cintura para cima, com o seu rosto entristecido por sombras e luz, com unhas bem feitas, uma maquiagem discreta (base, sombra e lápis nos olhos, na boca um batom com cor natural), a qual disfarça as marcas de machucados em seu rosto, e permitem o diálogo com a imagem de mulher moderna, vaidosa, porém submissa, sofrida, sem voz, resignada, agredida, que oculta as agressões que sofre com maquiagem, mas que agora, por estar exposta a níveis de violência agravados, precisa de ajuda.

As entonações presentes em suas expressões são de dor, sofrimento, medo, resignação, pedido implícito de ajuda. Para Volóchinov (2019 [1926]),

⁷ O lançamento da referida campanha está disponível em vídeo no Youtube, pelo seguinte canal de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=4nlcaymhSx4&t=995s>

A metáfora entonacional tem um parentesco estreito com a metáfora gestual (pois inicialmente a própria palavra foi um gesto linguístico, um componente de um gesto complexo que envolvia o corpo todo); neste caso, entendemos o gesto de modo amplo, o que inclui a expressão facial, tomada como a gesticulação do rosto. [...] Por outro lado, o gesto, assim como a entonação, abre a situação e introduz o terceiro participante, o protagonista. No gesto sempre dorme o embrião do ataque ou da defesa, da ameaça ou do carinho, sendo que ao observador ouvinte é reservado o lugar de cúmplice ou testemunha (VOLÓCHINOV, 2019 [1926], p. 126-127).

Dessa forma, a imagem é constituída na tentativa de despertar compaixão. Em suas mãos, nota-se um cartaz com *slogan* principal da campanha, evidenciado pelo fato de que está posicionado juntamente com a modelo em questão, em primeiro plano. Ela está segurando o cartaz de frente, supostamente, para uma janela, informando às pessoas: “Estou em casa 24 horas com quem me agride”. A cena recortada remete a um real criado. Na parte verbal do texto disposto no cartaz que a mulher segura, não se identifica nenhuma expressão injuntiva, nenhum pedido direto de socorro, mas apenas se dispõe a informação sobre a sua situação atual de coação, de impotência e de fragilidade no isolamento social no lar, onde agora está em casa 24 horas por dia com quem a agride e vigia.

O pedido de ajuda indireto, ou seja, subentendido a partir da apresentação da imagem da mulher que precisa de ajuda, não é confirmado no texto do cartaz que a mulher segura, a comprometer, parcialmente, um possível intuito formado pelo conjunto da imagem e do texto, que seria ou pedir, convocar ou interpelar diretamente o interlocutor a denunciar as agressões, já que a mulher não pode fazê-lo.

A autoria usa da sedução e da indução ao ato de denúncia, o que é legítimo, mas não efetivo, quando o conjunto do enunciado não dispõe de informações sobre como fazer a denúncia. O Ligue 180 é o canal oficial do governo para as denúncias de violência contra a mulher, mas ao deparar-se com o anúncio do próprio governo, que busca sensibilizar o interlocutor a denunciar os atos de violência doméstica praticados contra a mulher, esse mesmo interlocutor não pode encontrar uma informação mínima sobre qual o melhor caminho ou sobre qual é o canal de denúncia. Assim, do ponto de vista do incentivo à denúncia pelo Ligue 180, o anúncio é pouco ou nada efetivo, a menos que o interlocutor tenha conhecimento prévio de que o Ligue

180 é o canal propício para tal ato. No entanto, ainda que tenha, o enunciado não apresenta diretamente essa informação primordial à ação de denunciar.

No enunciado, representa-se a imagem de uma mulher que não pode agir, porque ao fundo, na porta de entrada do que se configura como uma sala, está o homem agressor, a coagi-la, amedrontá-la psicologicamente, de modo que se pode depreender que a violência psicológica participa de qualquer ato de violência física (MONTEIRO; SOUZA, 2007), (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Sua imagem é retratada como uma sombra. O homem está supervisionando a mulher e assim se discursiviza a imagem do homem agressor, vigilante, autoritário, coercitivo, pronto a usar da violência física para subjugar-la a seus mandos, desejos, ou simplesmente satisfazer sua crueldade ou exercitar sua misoginia. Subentende-se que sua conduta é responsável pela coação e, logo, pela violência psicológica aplicada à mulher, que no plano frontal, é retratada artisticamente a partir de entonações que a configuram amedrontada, triste, desgostosa. A posição corporal do agressor demonstra uma irreduzibilidade em sua conduta, o que se nota pelo posicionamento inflexível dos ombros, das mãos abertas e rentes ao corpo, pernas equidistantes, postura ereta, cabeça em posição perpendicular ao solo, a aparentar certa tranquilidade e segurança no domínio do espaço e da mulher.

Ainda, no anúncio de propaganda, no canto superior esquerdo, em letras capitulares, na cor verde claro brilhante, quase marca texto, está expresso em destaque o texto secundário: “Para algumas famílias, o isolamento está sendo ainda mais difícil”. Semioticamente, a cor verde pode ser considerada “[...] a cor do equilíbrio, da calma, da compreensão, da cooperação, da generosidade, da segurança, da justiça, do raciocínio, pois atenua emoções e paixões.” (BARROS, 2017, p.87). Já no conteúdo do texto verbal escrito em verde, o signo ideológico “família” aparece no lugar do que deveria ser “mulheres”, pois se o anúncio é de combate à violência contra a mulher, parece não ser efetivo dissolver esse problema central como sendo um problema que atinge à família diretamente. Se pela lógica do anúncio, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, deveria ser o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, porque, institucionalmente, seu intuito discursivo é colocar em foco o sofrimento da família e não daquela que dentro dela sofre agressão direta – a mulher. Assim o anúncio oculta parcialmente o real problema da violência contra a mulher e o expõe de forma vinculada a um problema de família.

A disposição do signo família e não do signo mulher em evidência no anúncio de propaganda governamental reverbera a agenda neoconservadora do Governo Bolsonaro e ajuda a construir uma imagem política para captação dos eleitores que se orgulham em estadear a religião e a família conservadora. Nesse caso, o neoconservadorismo mostra-se presente a partir das ações coordenadas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela ministra Damare Alves, a qual caracteriza a mulher e as crianças como sujeitos pertencentes aos modelos exclusivos da família tradicional, não contemplando os demais modelos contemporâneos de família.

Nessa cartografia que se forma a partir de ataques constantes aos direitos humanos e aos movimentos feministas, é nítido que os discursos dos atores de direita, convergem em uma narrativa da crise que tem como lócus a família. A família deve ser resguardada de qualquer ataque que venha fragilizá-la ou acabar com ela (RODRIGUES; GALETTI, 2022, p. 370).

Assim, a topicalização e o destaque ao signo ideológico “família”, estabelece relações dialógicas com os discursos governamentais conservadores sobre a preservação da família tradicional e institui no enunciado um interlocutor social também preocupado com a manutenção social da família. Para Bakhtin (2011 [1979]), as relações dialógicas são relações de sentido com outros enunciados que entretecem dado enunciado.

Em nenhum dos textos verbais do anúncio se reproduz características comuns do estilo verbal do gênero anúncio de propaganda, já que o esperado seria pelo menos o uso de uma linguagem que mobilizasse uma entonação de indicação, de ordem ou pedido, com intenção de aderência direta à ideia de denunciar o agressor por meio do Ligue 180. Em vez disso, o enunciado restringe-se à intenção de fazer o interlocutor se emocionar com a situação representada, e como não há indicação de como denunciar, ele permanece impotente diante da cena indigesta representada.

Em se tratando da análise das cores, a peça traz em destaque a cor preta, impermeada no fundo, a compor uma sombra que se estende do suposto agressor a todo o espaço representado e também à mulher. No canto esquerdo superior, além de trazer um tom de suspense, medo e terror, a cor preta permite que o texto em letras verdes se destaque. A cor preta, além de ser uma cor relacionada culturalmente ao luto, ou seja, a um sentimento ruim, pode indicar a ideia de neutralidade sentimental,

sendo associada à força, transmitindo a sensação de mistério, silêncio, penitência, terror, além de ser relacionada ao medo, com grande carga valorativa, em especial, à memória emocional. Para Barros (2017, p. 87), “As cores estão relacionadas às sensações e ao estado de espírito dos homens e dependem também da cultura”. Assim, associadas ao seu uso reiterado na sociedade e na cultura, constituem relações simbólicas entre a expressão e o conteúdo (BARROS, 2017), ou seja, significam contextualmente.

O enunciado representa, também, o cronotopo do lar. Moran (1995), no campo da publicidade, mostra que a representação de situações, pessoas, cenários, cores, relações espaciais, dimensões espaciais como alto-baixo, direita-esquerda, grande-pequeno, equilíbrio-desequilíbrio, ajuda a compor múltiplos recortes da realidade por meio de planos. Assim, um olhar que está situado no presente pode se interligar não linearmente com o passado e o futuro, apoiando o falar, o narrar, o contar histórias.

O anúncio mostra o lar de um casal, composto por signos ideológicos cujo valor remete ao poder econômico ou aquisitivo da família. Os móveis são de clássica sala de uma família de classe média/alta, com um abajur ligado, sofá moderno, tapete, duas banquetas decorativas na lateral, estante moderna e uma televisão ligada. As luzes da sala encontram-se apagadas e apenas é possível observar o cenário pela luminosidade vinda do abajur, da televisão e do corredor, onde o homem encontra-se em pé. Mostra-se apenas sua sombra, criando-se uma atmosfera de intimidade misteriosa, recoberta pelas entonações de medo e de coerção. Para Volóchinov (2019 [1926], p. 125), “[...] praticamente toda entonação viva do inflamado discurso da vida discorre de modo como se ela, além dos objetos e coisas, se dirigisse também aos participantes vivos e aos propulsores da vida”. No caso do anúncio de propaganda governamental em análise, a sombra que os recobre remete a um cenário depressivo, de violência, tristeza, medo. Como ensina Medviédev (2019 [1928], p. 199), “[...] o domínio da época em seus diferentes aspectos – familiar, cotidiano, social, psicológico – acontece em ligação ininterrupta com os meios de sua representação, isto é, com as principais possibilidades de construção do gênero”. Assim, o cronotopo pandêmico, no qual a violência generalizada contra a mulher impera, entra para o enunciado mobilizado em anúncio de propaganda governamental, assim como este se volta para vida a partir de um plano axiológico e ideológico.

No canto inferior do anúncio, estão dispostas, em destaque numa caixa de texto na cor branca, com cantos arredondados, as logomarcas do Governo Federal brasileiro, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Ministério da Cidadania, parceiro do MMFDH, na ocasião do lançamento da campanha de combate à violência doméstica no contexto da pandemia da covid-19. Essas instituições, no caso, assinam a autoria institucional do anúncio.

Ao analisarmos todos os elementos da construção artística e social do enunciado, vemos que o publicitário, sob encomenda dessas autorias, assume os propósitos da autoria institucional, “[...] ao ver a realidade [sob dada perspectiva e posicionamento] com os olhos do gênero.” (MEDVIÉDEV, 2019 [1928]).

Para Dionísio (2005), vivemos em uma sociedade cada dia mais visual, representada por meio de imagens que remetem a um conjunto de valores fulcrais em nossa sociedade e se, nos anúncios de propaganda governamental e anúncios em geral, a linguagem visual deve estar coadunada à verbal, no anúncio em análise, essa combinação mostra-se pouco efetiva ou fragilizada.

O verbal deveria ser construído em conjunto com o extraverbal, para produzir efeitos de sentido que reforçam a sensibilidade do interlocutor quanto à situação da mulher e quanto a necessidade de denunciar. Mas, enquanto os recursos visuais investem na imagem fragilizada/violentada da mulher e na imagem de vigilante autoritário coercitivo para o homem, os dois textos verbais apresentam constatações soltas e pouco incisivas do que deveria ser o conteúdo objetual, ou conteúdo temático do enunciado, orientado ao intuito discursivo de incentivar o interlocutor médio brasileiro à denúncia da violência doméstica contra mulher no cronotopo da pandemia.

Outro aspecto que merece ser problematizado, é a representação da figura de mulher violentada, que não abrange a nossa realidade sócio-histórica, visto que uma pequena parte da nossa população faz parte da classe média/alta. A escolha por uma mulher branca, de classe média/alta, certamente aponta à abrangência do tema na sociedade, pois a violência contra a mulher está presente em todas as classes da organização social. Por outro lado, negligencia-se que esse problema se vincula, em grande parte, a outros problemas de origem econômica, pois as vítimas de violência contra a mulher no Brasil, em sua maioria, pertencem às classes menos favorecidas e são negras. O governo não expõe esses problemas econômicos em seu anúncio e

os mascara, quando discute o problema na perspectiva de uma classe que não representa a maioria.

O anúncio, ainda, reforça representações femininas empregadas na publicidade e que se arrastam historicamente, remetendo às fortes relações sociais apoiadas na cultura machista, aquela que focaliza a mulher sem voz, oprimida, submissa, imagem refratária das práticas de violência, já que ela sempre é prenunciada como objeto ou propriedade do homem. A mulher representada no anúncio de propaganda governamental é a mulher da segunda onda feminista, a mulher branca, de classe média, o outro do homem, e não sujeito de si, como discute Beauvoir (1980).

Do ponto de vista do alcance social do anúncio, ainda, na sociedade atual, as propagandas circulam nos mais diversos meios de comunicação – jornais, revistas, TV, outdoors, internet, etc. – e até mesmo em meios de transportes, como ônibus e automóveis, a fim de atingir o público-alvo, levando-o a adotar certo comportamento ou atitude, ou, ainda, fazer acreditar na ideia sugerida. O anúncio da Figura 1, entretanto, teve uma disseminação restritiva, pois foi veiculado apenas na internet, especificamente no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), não possuindo uma ampla divulgação em sua distribuição ao público-alvo, os interlocutores brasileiros que presenciam ou percebem atos de violência contra a mulher em sua vizinhança.

Assim, seguimos à análise do segundo anúncio de propaganda governamental que compõe nosso *corpus*, rerepresentado na Figura 4:

Figura 4 – Anúncio de propaganda governamental de combate a violência contra a mulher e incentivo à denúncia 2021



Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/governo-federal-e-cnj-lancam-campanha-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher>

O anúncio de propaganda governamental em análise foi disponibilizado na campanha de combate à violência doméstica do Governo Federal em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no ano de 2021, como resultado de um acordo que visa a divulgação do Disque 100 e do Ligue 180 no âmbito do Poder Judiciário. A campanha foi lançada pela ministra Damarens Alves, titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e tem como tema central: “O amor não causa dor, não causa medo, não deixa trauma ou dívidas”. No discurso de lançamento, noticiado pela imprensa, a ministra enfatiza: “Nós temos uma meta ousada no governo do presidente Jair Bolsonaro: erradicar a violência contra a mulher no Brasil. Estamos buscando isso com a ajuda de parceiros, como o CNJ”⁸ (MELODIANEWS, 2021). O anúncio se encontra disponível no site (MMFDH) e foi encaminhado para órgãos e instituições ligadas ao Poder Judiciário, como cartórios e tribunais de Justiça.

Em seu plano de fundo, o anúncio é majoritariamente composto pela cor preta. Na parte inferior, sob esse fundo perceptivo preto, que recobre o enunciado dos tons de dor, luto e terror, são apresentadas duas imagens de mulheres. À esquerda, se representa uma a mulher branca, que se encontra de cabeça baixa. As entonações empregadas nessa imagem são de tristeza, resignação e dor. Uma espécie de véu

⁸ Notícia disponível em: <https://www.melodianeWS.com.br/6028/noticia/o-amor-nao-causa-dor-e-a-nova-campanha-do-governo-federal-em-favor-das-mulheres>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

em conjunto com seu cabelo cobre um dos lados de seu rosto, o que, de forma subentendida, sugere que serve a ocultar a parte que está machucada. À esquerda, representa-se a imagem de uma mulher negra, estereotipada, com brincos de argolas grandes. Ao contrário da mulher branca, a negra aparece com o rosto à mostra, em pose que remete à certa naturalização da violência que sofre. Essa naturalização é também uma forma de ignorar a gravidade do problema, de ocultá-lo (SOUZA; SILVA; AMARAL, 2021). Em torno de seu olho esquerdo, representam-se marcas levemente roxas, que, a partir do subentendido, depreendem-se resultantes de agressão. O anúncio, assim, contempla representações sociais de mulheres negras e de mulheres brancas, a abarcar, com maior amplitude, as representatividades sociais, porém de forma bastante desigual, a refletir como a violência contra a mulher se manifesta para diferentes grupos de mulheres, como se prenuncia na terceira e quarta onda feministas, como é problematizado por autores da terceira e da quarta onda feministas. A representação dessas imagens de mulheres, a branca e a negra, é bastante estereotipada, visto a imagem da mulher branca remeter à santificação, à resignação. O sofrimento parece recair sobre ela com maior força, para despertar piedade, enquanto parece recair naturalizado sobre a mulher negra. Conforme problematizam Silveira e Nardi (2014),

a interseccionalidade entre gênero, raça e etnia nas situações de violência contra as mulheres nas relações de intimidade é um campo atravessado por relações de dominação, as quais se encontram num momento importante de tensionamentos, mas que ainda são marcadas por muita desigualdade e opressão (SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 16).

Daí a compreensão de Crenshaw (2002) de que a interseccionalidade captura as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Nesse sentido, o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam e aprofundam desigualdades.

Ao nos voltarmos à imagem, contatamos que nos cabelos das duas mulheres reflete-se, como em um espelho, o aspecto de uma memória de momentos aparentemente felizes que viveram com seus parceiros. Esse reflexo de memória é contraposto com as imagens de ambas as mulheres tristes e oprimidas no primeiro plano, considerando que esse representa o estado atual em que se encontram. Assim, o enunciado contrapõe e problematiza a oscilação dos momentos felizes e dos

momentos de agressão que são próprios dos relacionamentos abusivos e propõe a ruptura desse padrão, voltando-se à desconstrução do romantismo nos relacionamentos, como problematiza Silva (2019), ao explicar essa como uma das pautas do movimento feminista da quarta onda do feminismo. Já, no que toca às relações de gênero representadas, como problematiza Minayo (2005),

a concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero (MINAYO, 2005, p. 23-24).

De modo central, compartilha-se no enunciado o valor de que os homens estão no domínio e podem ser amorosos e carinhosos, contudo, podem ser ao mesmo tempo violentos e autoritários, na medida em que se sentem poderosos o suficiente para agredir aquelas que, na visão deles, estão abaixo na hierarquia da relação conjugal e social. Assim, o enunciado representa discursivamente a imagem de homens que oprimem e violentam em nome do amor e de mulheres resignadas e psicologicamente abaladas que aceitam naturalmente a vivência da dor em nome desse suposto amor, que constitui e sustenta um ciclo vicioso de violência.

O texto verbal do anúncio é “AMOR NÃO CAUSA DOR”, expressão que aparece posicionada horizontalmente sobre um rasgo ou corte no fundo preto. O rasgo é representado pela cor branca, numa faixa de bordas irregulares que lembra uma folha de papel. “O branco é associado à pureza, à limpeza, ao desprendimento [...]” (BARROS, 2017, p. 87). A ruptura do papel representa a ruptura da naturalização de relações conjugais abusivas, que se sustentam em de papéis sociais determinados e na resistência à dissolução da relação, da família.

Já no texto verbal que se inscreve nessa ruptura são destacadas duas palavras na cor rosa: “amor” e “dor”. A cor rosa, culturalmente, remete ao romantismo, à ternura, à ingenuidade, à feminilidade, à fragilidade e está associada ao universo feminino. Rosa é a cor das emoções, dos afetos, da compreensão, do companheirismo, do romance, e representa os sentimentos (Barros, 2017).

As valorações sociais em torno da palavra “amor”, aplicadas ao amor entre parceiros, cônjuges, remetem a sentimentos de afeto, que induzem à aproximação,

proteção, afeição, atração, querer bem. Sendo o sentimento de atração, transposto pela afetividade, inclui, na maioria das vezes, o desejo sexual. Por isso, sobre a imagem de ambas as mulheres, aparecem imagens de cenas que remetem a atitudes masculinas carinhosas. Na da esquerda, que tem a mulher branca em primeiro plano, o homem aparece sentado perto dela, a apoiar a mão em uma superfície que permite que seu braço apoie as costas dela, enquanto ela contempla o horizonte calmante. A mesclar-se com a imagem da mulher negra à direita, aparece um homem que a envolve com um abraço no pescoço, enquanto ela ri.

Já os valores aclamados pelo signo ideológico “dor”, remetem às sensações corporais penosas, associadas ao sofrimento, seja ele físico ou psicológico. Amor e dor estão dispostos em lados opostos da expressão “amor não causa dor”, formando uma antítese excludente, pois do ponto de vista das relações dialógicas, o amor naturalmente está associado a sentimentos positivos enquanto a dor está associada a sentimentos negativos, destrutivos, não podendo coexistirem. Do ponto de vista das relações dialógicas com outros enunciados, “amor não causa dor”, é uma espécie de bordão. No campo dos discursos sobre a violência contra a mulher, a criação de bordões é comum, como “Quem ama não mata”, expressão que alcançou grande alcance social na mídia, ao estar relacionado com o assassinato de Ângela Diniz, pelo seu então namorado Doca Street, ambos frequentadores de eventos promovidos pela elite paulistana na década de 70. Foi a primeira vez, que um bordão relacionado ao tema da violência contra a mulher intui dissociar sentimentos de afeto de atos violentos, visto ser ainda comum nos valores cotidianos que se machuca ou mata por amor ou em nome de um amor ferido, o que justifica crimes passionais.

A contrapor imagens de mulheres tristes, machucadas, resignadas com representações de momentos felizes vividos com seus companheiros, o enunciado encerra a fusão do verbal e do visual, com o intuito de conscientizar de que é necessário dissociar a ideia de que o homem agressor pratica atos de violência contra a mulher em nome do amor, ou que pode oscilar entre ser carinhoso e violento, numa relação doentia, conturbada, que tenta amalgamar sentimentos e ações opostas em sua sustentação valorativa.

O anúncio institui as mulheres que sofrem violência doméstica de companheiros que dizem amá-las e possíveis espectadores desse tipo de relacionamento como interlocutores diretos. O convite ao uso da Central de

Atendimento à Mulher, Ligue180, aparece centralizado no meio do anúncio sobre o fundo preto. Ao lado da logomarca da central de atendimento, que aparece em branco, a palavra “Ligue” é disposta na cor laranja, que remete à coragem, à energia ao corpo (BARROS, 2017).

Na parte inferior do anúncio, de forma centralizada e logo abaixo da chamada para o Ligue 180, aparecem as logomarcas do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Governo Federal, como assinaturas institucionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, foram problematizados dois anúncios de propaganda governamental produzidos na esfera ideológica da publicidade e analisamos como se utilizam de valorações e entonações que reverberam concepções de mundo e de sujeitos e ao mesmo tempo representam concepções e formas de agir do governo Bolsonaro.

De modo geral, coadunamos as perspectivas interdisciplinar e dialógica de trabalho com a linguagem para compreender as dimensões extralinguísticas e linguísticas e semióticas dos enunciados elaborados pelo governo para incentivar a denúncia à violência doméstica contra a mulher pelo Ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19.

Para compreender as dimensões extralinguísticas de produção dos dois enunciados analisados, um de 2020 e outro de 2021, e compreender o tema da violência contra a mulher, fizemos, no primeiro capítulo da dissertação, uma retomada dos movimentos de lutas das mulheres por direitos. Depois, discutimos a violência contra a mulher no contexto da pandemia da covid 19, a partir de breve revisão sobre o tema e apresentamos no que se constitui o canal Ligue 180. Assim, nós apontamos, de maneira inicial, quais foram as reais motivações do governo Bolsonaro para encomendar a produção de anúncios de propaganda governamental no contexto da pandemia da covid-19, já que as outras ações de amparo às mulheres não estavam sendo efetivadas com amplo alcance social.

Apontamos que os anúncios são produzidos como uma resposta do governo a pressões internacionais por políticas de proteção às mulheres no contexto da pandemia. Assim, como essas não estavam sendo realizadas no Brasil, o governo optou pela propaganda e pela responsabilização da sociedade civil.

No plano metodológico, apresentamos na terceira seção do trabalho, a natureza da pesquisa interdisciplinar, a natureza da pesquisa qualitativa e interpretativa do tipo documental, assim como apresentamos o universo e as unidades de análise, que são os dois anúncios de propaganda por nós eleitos. Por fim, apresentamos alguns pressupostos do pensamento filosófico dialógico e anunciamos os pressupostos teórico-metodológicos fundantes da análise em perspectiva dialógica.

No plano teórico, apresentamos, discutimos e exemplificamos a partir da esfera da publicidade, na quarta seção do trabalho, conceitos do dialogismo que guiaram a análise, entre os quais estão os de signo ideológico, ideologia, enunciado e gênero, a considerar o extraverbal e o verbal.

Assim, a responder às questões norteadoras do trabalho, que foram: a) “Quais são as axiológicas representativas de partidas ideológicas utilizadas nos anúncios de propaganda governamental para incentivo à utilização do ligue 180 no contexto da pandemia da Covid-19?”; b) “Como os anúncios de propaganda governamental de combate à violência contra a mulher pelo incentivo ao ligue 180 discursivizam a imagem da mulher agredida e do agressor?” e com base no objetivo geral do trabalho que é “analisar a constituição axiológica e ideológica de dois anúncios de propaganda governamental de incentivo a denúncias de violência doméstica contra a mulher pelo ligue 180 no contexto da pandemia da covid-19”, concluímos que os anúncios de combate à violência contra a mulher do ano de 2020 e 2021, elaborados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, configuram e reforçam imagens estereotipadas de mulheres agredidas e de homens agressores em relações sociais assimétricas, ou seja, relações de poder em que o homem subjuga a mulher e a coage com violência física, psicológica e outras.

Apontamos, ainda, às imagens de mulheres agredidas e agressores discursivizadas nos anúncios eleitos para análise e problematizamos essas representações. Desse modo, concluímos que no anúncio de propaganda governamental do ano de 2020 é discursivizada a imagem de uma mulher branca, resignada, submissa, de classe média alta, amedrontada, coagida dentro do lar, impotente à denúncia no isolamento social e que oculta as agressões sofridas. Em relação ao homem agressor, são discursivizadas e reforçadas a imagem do homem detentor de poder dentro do lar, agressivo, vigilante, coercitivo, que pratica violência física, psicológica e outras. Concluímos que, em termos de representatividade, o enunciado não abrange a nossa realidade sócio-histórica, visto que uma pequena parte da nossa população faz parte da classe média/alta e branca e que essa representação escolhida é axiológica e ideologicamente constituída.

Sobre o anúncio de propaganda governamental do ano de 2021, são discursivizadas imagens de mulher branca e negra, com maior representatividade social, porém, as axiologias mobilizadas na representação de ambas são diferentes.

A mulher branca é representada vitimizada, resignada, e sua imagem remete à santidade, ao sofrimento, à submissão, à vergonha e à dor, enquanto a imagem da mulher negra naturaliza sua condição de agredida. Quanto aos homens agressores, são representados como sujeitos que oscilam em suas práticas de agredir e demonstrar amor, e que praticam violência doméstica física, psicológica e outras, num ciclo que necessita ser rompido.

A problematização da constituição axiológica dos anúncios de propaganda governamentais e todo o trabalho realizado aponta à necessidade da constante necessidade de problematizar as representações da mulher na esfera da publicidade e, em especial, na esfera da publicidade e propaganda governamental, porque essas representações podem reforçar estereótipos que legitimam desigualdades de gênero, ainda a considerar a intersecção gênero e raça, como no caso do anúncio de 2021. De modo geral, os anúncios do campo da publicidade e propaganda podem ajudar a reafirmar diferenças, ou podem promover rupturas no que se refere à representação de papéis sociais.

Assim, fica aberto o campo de discussões sobre a responsabilidade ética da publicidade e da publicidade governamental acerca das representações femininas no campo da publicidade e propaganda, porque a sociedade em geral necessita avançar para compreender que determinados papéis não podem mais ser aceitos e que reforçá-los significa retroceder política, moral, ética e economicamente.

Outra reflexão que pode explorada com maior força é a responsabilidade governamental com a publicidade e propaganda e, em especial, com a que se refere à representação das mulheres, pois o posicionamento que dado governo deixa transparecer em seus anúncios de propaganda governamental diz respeito às relações sociais que esse governo espera para a nação.

7 REFERÊNCIAS

"O AMOR não causa dor" é a nova campanha do governo federal em favor das mulheres. **Melodianews**, 2021. Disponível em: <https://www.melodianews.com.br/6028/noticia/o-amor-nao-causa-dor-e-a-nova-campanha-do-governo-federal-em-favor-das-mulheres>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ACOSTA PEREIRA, R.; OLIVEIRA, A. Análise dialógica do conteúdo temático em gêneros do discurso. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão-PR, n. 16, v.9, p. 245-264, 2020. Disponível em: <http://revista.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/54>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ACOSTA-PEREIRA, R. A orientação sociológica para a análise da língua: posições metodológicas nos escritos do Círculo de Bakhtin. **Revista Letra Magna**, v.12, n.19, 2016.

ANDRADE, C. A. B.; MEDEIROS, S. M. S. Anúncio Publicitário: estilo, ideologia e verbovisualidade em propaganda do sabonete lux. **Revista Interseções**, v. 10, n. 24, p. 37-54, 2017.

AZEVEDO, M. de S. Confinada com o agressor: o aumento dos casos de violência doméstica no período de isolamento social. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/113515>. Acesso em: 31 out. 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011[1979].

BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008/1963[1929].

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: BAKHTIN, M. **Teoria do romance I. a estilística**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015[1934-1935], p. 19-167.

BALANÇO 2019: Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/downloads/direitos-humanos/4229-balanco-ano-2019-central-de-atendimento-a-mulher-ligue-180/file#:~:text=Em%202019%2C%20o%20Ligue%20180,manifesta%C3%A7%C3%B5es%2C%20como%20elogios%2C%20sugest%C3%B5es%2C>. Acesso em: 22 maio 2022.

BALONAS, S. O despertar da publicidade cidadã. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 19, p. 127-144, 2011. DOI: 10.17231/comsoc.19(2011).902. Disponível em:

<https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1591>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BARNETT, J. O. W. **It Could Happen to Anyone: why battered women stay**. Califórnia, USA: Sage Publication, 2000.

BARROS, D. E. C.; FARACO, C. A. Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo : Parábola Editorial, 168 páginas, 2009. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 185–191, 2011. DOI: 10.26512/les.v12i1.10544. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/10544>. Acesso em: 22 maio. 2022.

BARROS, D. L. P. Cor e sentido. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs). **Texto ou discurso?**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 81-108.

BAYONE, A. M.; BURROWES, P. C. Como ser mulher na publicidade: Femvertising e as “novas” representações do feminino. **Consumer Behavior Review**, [S.l.], v. 3, Edição Especial, p. 24-37, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cbr/article/view/242586> >. Acesso em: 10 dez. 2022.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEZERRA, J. C.; MENEGASSI, R. J. A entonação valorativa em atividades de leitura no livro didático de português. In: Beloti, A. Polato, A. M., Brito, A. **Dialogismo e ensino de línguas: reflexos e refrações na práxis**. Campo Mourão (PR), Editora Felcicam, 2020, p. 28-48.

BEZERRIL, G. S.; ALVES, M. da P. C. Aspectos da dimensão verbal do gênero anúncio publicitário impresso direcionado ao público masculino. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 15, n. 1/2, p. 327–352, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9422>. Acesso em: 30 maio. 2022.

BHATIA, A. **Mulheres e COVID-19: cinco coisas que os governos podem fazer agora**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-covid-19-cinco-coisas-que-os-governos-podem-fazer-agora/>. Acesso em: 16 maio 2022.

BÍBLIA. Efésios. **Sagrada bíblia católica: antigo e novo testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 1900.

BICUDO, M. A. V. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. In: **Educ. Mat. Pesqui.** São Paulo, v.10, n.1, pp. 137-150, 2008.

BICUDO, M. Pesquisa Qualitativa: Significados e a Razão que a Sustenta. **Revista pesquisa qualitativa**. V. 1, n. 1, 2005, p. 7 – 26. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/7>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BONNICI, T. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

BORIN, T. B. **Violência doméstica contra mulher: percepções sobre a violência em mulheres agredidas**. 2007. 146 p. Dissertação (mestrado em ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

BRAIT, B. Estilo. In: _____. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 79-102.

BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunicação. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. **Alfa**, v. 56, n.2, p.371-401, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5531>. Acesso em: 29 de fev. 2021.

BRASIL. Denunciar e buscar ajuda a vítimas de violência contra mulheres (Ligue 180). **Governo do Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-e-buscar-ajuda-a-vitimas-de-violencia-contra-mulheres>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. **LEI nº 13.844, de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. [S. l.], 18 jun. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm#art43. Acesso em: 22 maio 2022.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOI, I. C. O livro “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História** (São Paulo) v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011, ISSN 1980-4369.

CASIQUE, L. C.; FUREGATO, A. R. F. Violence against women: theoretical reflections. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online]. 2006, v. 14, n. 6

[Acessado 15 Maio 2022], pp. 950-956. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018>>.

CASTRO, M. G. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista**: mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p. 98-108, 2000.

CARNEIRO, Sueli. (2003). *Mulheres em Movimento*. Dados, no 17, p.p. 117-132.

_____ (2013). *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*.

CERQUEIRA, D.; et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. **O Feminismo no Brasil**: Reflexões Teóricas e Perspectivas. Universidade Federal da Bahia; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2007.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** v. 10, n. 1, p 123-145. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 20 fev. 2021.

D'AMBRÓSIO, U. Um enfoque transdisciplinar à educação e à educação matemática. In: BICUDO, M. e BORBA, M.C. **Educação matemática**: pesquisa em movimento. São Paulo, Cortez, 2004.

DAKLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, B. (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2 ed. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2005, p. 55 – 86.

DAY, V. P. et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul* [online]. 2003, v. 25, suppl 1, p. 9-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

DE PAULA, L. Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, 2013. Disponível em: <<http://www.relin.letras.ufmg.br/revista/upload/2118-DEPAULA.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432 p.

DIONÍSIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). **Gêneros Textuais: Reflexões e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 119 a 132.

DUARTE, C. L. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p. 81-90.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina A. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U.; STEINKE, I. (Orgs.). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução.]. Em U. Flick, E. von Kardorff & I. Steinke, (Orgs.), **Qualitative Forschung: Ein Handbuch [Pesquisa qualitativa - um manual]** (pp. 13- 29). Reinbek: Rowohlt, 2000.

FONSECA, D. H. da; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade** [online]. V. 24, n. 2, 2012, pp. 307-314. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>>. Acesso em: 16 Maio 2022.

FRANCO, N.; ACOSTA PEREIRA, R; COSTA-HÜBES, T. C. da. Por uma análise dialógica do discurso. In: GARCIA, D. A.; SOARES, A. S. F. **De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 275-300.

FREITAS, A. F. **Palavra**: signo ideológico. Maceió: EDUFAL, 1999.

FUZA, A. F.; MENEGASSI, R. J. Perguntas de leitura e o princípio temático em crônica: proposta de ordenação e sequenciação. **Calidoscópio**, 2018, 16(1), 33–47. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.161.04>>. Acesso em: 30 de maio 2022.

GERALDI, J. W. 2016. Dialogia: do discurso à estrutura sintática. In: RODRIGUES, R. H.; ACOSTA-PEREIRA, R. (org.), **Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em Linguística Aplicada**. São Carlos, Pedro & João Editores, p. 179-190.

GOVERNO lança campanha e pede atenção aos casos de violência doméstica. [S. l.], 15 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/governo-lanca-campanha-e-pede-atencao-aos-casos-de-violencia>. Acesso em: 30 maio 2022.

GUERRA, R. **O uso da publicidade como ferramenta para a tentativa de mudança de estigmas sociais: a homofobia.** 116p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário, 2015.

GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 de jan. 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Marcelo Brandão Cipolla (trad.) - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HUFF, L. A. **Entre o sujeito e/ o seu discurso: um estudo dialógico.** 202p. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). IPEA. **Para 58,5%, comportamento feminino influencia estupros, diz pesquisa.** [S. l.], 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limit_start=12080&limit=20. Acesso em: 30 maio 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A violência contra a mulher.** Brasília: IPEA, 2014.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2019.** Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020.** Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

KLEIMAN, A. B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada brasileira: problematizações. *In*: KLEIMAN, Angela B. (org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani.** São Paulo: Parábola, 2013, p. 39-58.

LOURO, G. L. Educação e gênero: a escola e a produção do feminino e masculino. *In*: SILVA, L.H. & AZEVEDO, J.C. (org) **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola.** Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCAS, C. H. de; FERNANDES, F. de S.; TAKEMOTO, D. Y. “A louca dos gatos” ou sobre como gaslaitear o feminino: um estudo sobre a violência psicológica no âmbito do gênero. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 99–122, 2020. DOI:

10.34019/2594-8296.2020.v26.29808. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/29808>. Acesso em: 15 maio. 2022.

MACHADO, I. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopo e exotopia. In: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (orgs.). **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável**. Campinas: Mercado das letras, 2020, p. 158.

MAINART, C. F.; SILVA, E. C. Mulheres e pandemia: breves reflexões sobre o recrudescimento da violência doméstica no Brasil durante as medidas de isolamento social. **Revista Transgressões**, v. 9, n. 1, p. 138-151, 28 out. 2021.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2010, v. 18, n. 36, pp. 67-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>>. Acesso em: 15 de maio 2022.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy** [online]. 2020, v. 40, n. 4, pp. 647-668. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>> Acesso em: 15 de maio 2022.

MAYRING, P. **Einführung in die qualitative Sozialforschung** [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ª ed.). Weinheim: Beltz, 2002.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2019 [1928].

MENDES-POLATO, A. D.; MENEGASSI, R. J. Atividades epilinguísticas valorativas em prática de análise linguística de perspectiva dialógica. In: ACOSTA PEREIRA, R.; COSTA-HUBES, T. C. [Orgs.]. **Prática de análise linguística nas aulas de Língua Portuguesa**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 183-218.

MENDES-POLATO, A.D.; SOUZA, A.; BRUSIANI, L. A. J. Dialogismo, lingua(gem) e relações sociais: a mulher sob a ótica do direito e da publicidade na ordem da cultura patriarcal. In: **Os fios que tecem a teia: interdisciplinaridade, diálogos e pesquisas**. BOVO, M. C.; MACIEL, F. (Orgs). Campo Mourão - Pr. Editora Fecilcam: 2020, p. 113-132.

MENEGASSI, R. J.; CAVALCANTI, R. S. M. Conceitos axiológicos bakhtinianos em propaganda impressa. **Alfa**, São Paulo, n. 57, v. 2, p.433-449, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/5133/4669>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MIGALHAS (ed.). **O papel da jovem advogada em funções de liderança: a feminilização da advocacia contemporânea**. [S. l.], 20 jul. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/284107/o-papel-da-jovem-advogada-em-funcoes-de-lideranca--a-feminilizacao-da-advocacia-contemporanea>. Acesso em: 30 maio 2022.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. **Ciência Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes e Maria de Souza Minayo(org.). Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 1995.

MLAMBO-NGCUKA, P. **Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres**. [S. l.], 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contras-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 16 maio 2022.

MONTEIRO, C. F. S.; SOUZA, I. E. O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, 2007, p. 26-31.

MORAN, J. M. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, n. 2, p. 27-35, 1995.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Berhand, 1998.

MOURA, N. A. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 2, n. 2, p. 62-86, 2018.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo** [online]. 2006, v. 11, n. 3, pp. 647-654. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>>. Acesso em: 15 de maio 2022.

NÓBREGA, M. B.; ARAÚJO, R. L. F. de; GAMA, L. G. P. da. Práticas contemporâneas de desigualdade de gênero e qualidade de vida no trabalho no serviço público. **Revista Administração Educacional - CE - UFPE**, RECIFE-PE, v. 10, n. 1, p. 129 - 146, 2019.

OLIVEIRA, A. M. Notícias para mulheres: dialogismo e avaliação social. 2017. **Dissertação** (Mestre em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177780?show=full>. Acesso em: 22 maio 2022.

OLIVEIRA, S. R.; MOREIRA, M. S.; SANTANA, S. P. A violência doméstica e a pandemia do covid-19: a justiça restaurativa como proposta de enfrentamento. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, n. 9, v. 2, 2021, p. 166–182. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p166-182>. Acesso em: 28 out. 2021.

OLIVEIRA, P. P. A quarta onda do feminismo na literatura norte-americana. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S.l.], v. 18, n. 30, p. 67-84, nov. 2019. ISSN 1809-3507. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/42952>>. Acesso em: 15 maio 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2019.42952>.

PARENTE, E. de O.; NASCIMENTO, R. O. do; VIEIRA, L. J. E. de S. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v.17, p.445-465, maio-ago, 2009.

PEDRO, J. M. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO; PINSKY (org). **Nova História das mulheres**. São Paulo, Contexto, 2012, pp.238-259.

PEDRO. J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, 2005, PP. 77-98.

PIMENTEL, F. L. et. al. A violência doméstica contra a mulher durante a pandemia do COVID-19 no Brasil. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 23, 2021. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/837>. Acesso em: 31 maio. 2022.

PINTO, I. V.; et al. Atuação de estados e capitais no enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto da covid-19 no brasil. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42363>. Acesso em: 31 maio. 2022.

POLATO, A. D. M. **Análise Linguística**: do estado da arte ao estatuto dialógico. 2017. 231p. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR.

POLATO, A. D. M.; MENEGASSI, R. J. 2017. O estilo verbal como o lugar dialógico e pluridiscursivo das relações sociais: um estatuto dialógico para a análise linguística. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, 12(2): 123-143. <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/27809> . Acesso em: 12 de maio 2022.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das Mulheres no Brasil**. PRIORE, M. D. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578 – 606.

REEVES, A. N. **Mansplaining, Maninterrupting & Bropropriating**: Gender Bias and the Pervasive Interruption of Women. Yellow Paper Series, Nextions, 2015.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.

RODRIGUES, R. H. A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico: cronotopo e dialogismo. 347 P. **Tese de doutorado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.), **Gêneros – teorias, métodos, debates**. São Paulo, Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

RODRIGUES, T. M.; GALETTI, C.C. H. Agenda neoconservadora no governo Bolsonaro e redução da maioria penal. **Revista de Ciências Sociais** — Fortaleza, v. 53, n. 2, jul./out., 2022, p. 365–398. DOI: 10.36517/rcs.53.2.a04.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31.

SANTOS, D., DA C., O aumento da violência doméstica no Brasil durante o isolamento social na pandemia do novo coronavírus. **Intraciência Revista Científica**. Ed. 21, maio/junho 2021. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210618131240.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. V(2)20, julho/dezembro de 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992. p. 180.

SILVA, Z. C. D. **Dicionário de marketing e propaganda**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

SILVA, J. M. **Feminismo na atualidade: A formação da quarta onda**. Publicação independente. Recife, 2019.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Revista Psicologia Social**, v. 26, número especial, 2014, p. 13-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>. Acesso em: 10, Jan. 2022.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOUZA, L. M.; SILVA, H. N.; AMARAL, M. A pandemia do coronavírus e a violência contra a mulher: uma análise de possíveis relações. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 37, n. 72, p. 79-100, jun. 2021. ISSN 2596-2809. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatestes/article/view/1474>. Acesso em: 30 out. 2021.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SESC - TELECONFERÊNCIA REDE SESC-SENAC. **Março Delas**: Conheça a Trajetória das Lutas pelos Direitos das Mulheres no Brasil. [Rio de Janeiro: Senac/DN], 2021. Site. Disponível em: <https://www.sescrj.org.br/noticias/assistencia/marco-delas-conheca-a-trajetoria-das-lutas-pelos-direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 15 maio 2022.

TELES, M. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TONATTO, R.; MORAES, D. R. DA S. Mesmo na pandemia, o cuidado não pode parar. **Olhares & Trilhas**, v. 23, n. 2, p. 682-708, 27 out. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olhasesetilhas/article/view/60167>. Acesso em: 25 set. 2021.

VIEIRA, M. et al. Novas formas de denunciar casos de violência doméstica durante a quarentena propiciada pelo covid-19. **Holos**, [S. l.], v. 3, p. 1–11, 2021. DOI: 10.15628/holos.2021.11759. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11759>. Acesso em: 31 maio. 2022.

VOLÓCHINOV, V. A construção da enunciação. Tradução de João Wanderley Geraldi. In: **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013[1926], p.157-188.

VOLÓCHINOV, V. N. Do outro lado do social: sobre o freudismo. In: VOLÓCHINOV, V. N. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Org., tradução, ensaio introdutório e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1925], p. 59-126.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2018[1929], p. 91-102.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.